

Universidade Católica de Santos

Andréa Lopes

**O conhecimento histórico no Ginásio de Santos (atual E.E.
Canadá) durante a Era Vargas (1930 – 1945)**

Santos

2015

Universidade Católica de Santos

Andréa Lopes

**O conhecimento histórico no Ginásio de Santos (atual E.E
Canadá) durante a Era Vargas (1930 – 1945).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida Franco Pereira.

Santos

2015

[Dados Internacionais de Catalogação]

Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

L864c Lopes, Andrea.
 O conhecimento histórico no ginásio de Santos (atual E.E. Canadá) durante a
Era Vargas (1930-1945).- / Andrea Lopes; orientadora Dra. Maria Aparecida
Franco Pereira. -- 2015.
 150 f.; 30 cm

 Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de
Mestrado em Educação.

Bibliografia:

1. Dissertação. 2. Era de Vargas. 3. Educação em Santos. 4.
E.E. Canadá. 5. Conhecimento histórico. I. Pereira, Maria Aparecida
Franco. II. Universidade Católica de Santos. III. Título.

CDU 1997 - 37(043.3)

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Comissão Julgadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Franco Pereira – Orientadora - Membro-Nato
– UNISANTOS

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira - Titular – UNISANTOS

Prof. Dr. Antônio Simplício de Almeida Neto – UNIFESP

Dedico esse trabalho a minha mãe, Girlene Lacerda Lopes, que em sua breve estada na Terra deixou tantos ensinamentos e saudades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que em sua infinita sabedoria une as pessoas certas no momento certo para que possamos realizar nossos sonhos. A minha família, na figura de meu pai, Nelson Lopes e minha madrastra Regina Frazão, que sempre me apoiam em todos os meus projetos. Também quero agradecer a Prof^a Dr^a Maria Aparecida Franco Pereira, que com seu vasto conhecimento e experiência conseguiu me conduzir nessa jornada.

Aos colegas da E. E. Canadá que me auxiliaram de diversas formas, como a equipe gestora, Maria Helena Lopes Contiero, Cleusa Vera de Carvalho, Nelson Rodrigues Lourenço e João de Paula Arruda que me proporcionaram acesso livre ao arquivo e muitas vezes me ajudaram a desbravá-lo. Também quero agradecer aos colegas professores e funcionários, pela paciência e compreensão nesses dois anos em que me dividi entre professora e pesquisadora da mesma instituição. Em especial ao amigo Antônio Ramacciato Sobrinho e a professora Elaine Moreti, que me socorreram nos últimos momentos da dissertação, com seu auxílio técnico.

Por último, mas não menos importante quero agradecer aos amigos de muitos anos que sempre me estimularam a fazer um mestrado, Helena Maria Miziara do Amaral, Kristina Romano Pimentel e Reinaldo Rossi, pois sempre acreditaram em meu potencial.

A todos vocês, o meu muito obrigada.

LOPES, Andréa. O conhecimento histórico no Ginásio de Santos (atual E.E Canadá) durante a Era Vargas (1930 – 1945). Santos. Universidade Católica de Santos. 2015. (Dissertação de Mestrado).

RESUMO

Pesquisar sobre o conhecimento histórico dentro de uma instituição escolar tradicional e durante um período marcado por debates educacionais, pode auxiliar na compreensão do sistema de ensino paulista, que sofre influência das decisões estaduais e federais, mas também contribui com propostas sintetizadas em novas práticas. A dissertação estuda o Ginásio de Santos (atual E.E. Canadá) pela sua importância na sociedade santista, desde a sua criação, no início da Era Vargas (1934) até a sua equiparação em 1945. Dessa forma pretende-se contribuir para o esclarecimento de como o conhecimento histórico foi sendo consolidado no curso secundário, em uma época que esse grau de educação era reservado a poucos. A metodologia utilizada é a histórico-documental, onde são importantes a legislação governamental, o acervo da instituição e os livros didáticos. Completam a documentação livro de memória, entrevistas e reportagens do jornal A Tribuna. No aporte teórico-metodológico, foram importantes os conceitos de trajetória de vida (Vavy Pacheco Borges); de cultura escolar (Escolano e ViñaoFrago); sobre forma escolar (Vincent) e sobre paradigma indiciário (Ginzburg). Para a análise da história da instituição escolar, Novoa e Werle deram subsídios. Pode-se concluir que esse conhecimento histórico foi muito importante na construção de uma mentalidade cívico-patriótica.

Palavras-chave: Era Vargas, educação em Santos, E.E. Canadá, conhecimento histórico.

LOPES, Andréa. **The historical knowledge at Ginásio de Santos (currently E.E. Canadá) during the Vargas Era (1930-1945).**Santos. Universidade Católica de Santos. 2015. (Masters' dissertation).

Abstract

Researching the historical knowledge inside a traditional school, during a period marked by educational debate, can be useful in the understanding of São Paulo State's educational system, under the influence of both state and federal policies, and contribute to the formulation of synthesized proposals for new practices. This dissertation has its focus on the Ginásio de Santos (currently E.E. Canadá) for its importance in the city of Santos' society, since its creation in the first years of the Vargas Era (1934), until its equalization in 1945. Thereby, this study aims to help clarify the way in which the historical knowledge was consolidated in secondary school, in a time when this educational degree was reserved to a privileged few. The methodology employed was historical and documental, centered on government legislation, school archives and textbooks from the period. In addition to these documents, a memoir, oral history interviews and newspaper articles (from A Tribuna) were analyzed. As for the theoretical and methodological approach, some concepts of great importance to this research were those of *life trajectory* (Vavy Pacheco Borges); *school culture* (Escolano and ViñaoFrago); *school shape* (Vincent) and *evidential paradigm* (Ginzburg). The historical analysis of the school was based on the work of Novoa e Werle. From the information gathered it can be concluded that this historical knowledge was of great importance to the construction of a new civic-patriotic mentality.

Key-words: Vargas Era, education in Santos, E.E. Canadá, historical knowledge.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Reunião no Ginásio do Estado para equiparação do Ginásio - 1944	38
Figura 2 – Jornal A Tribuna 06-10-1944 – Entrevista do diretor administrativo – Sr. Francisco Paino	39
Figura 3 - Local de inscrição para prova de admissão. Casa Av. Ana Costa, 357	41
Figura 4 - Prédio Grupo Escolar “Cesário Bastos” – 1940	41
Figura 5 - Vista geral do prédio a rua Mato Grosso em 1940	43
Figura 6 -Vista lateral esquerda 1945	44
Figura 7 -Casas construídas pela Cia Construtora de Santos – década de 1940	45
Figura 8 -Planta atual da região e localização da escola	46
Figura 9 - Os portões de entrada do Parque Indígena	48
Figura 10 -Mansão de Júlio Conceição – Parque Indígena.	48
Figura 11 - Exposição do Centenário de Santos – Pórtico de Entrada – 1939	49
Figura 12 - Planta da exposição do Centenário de Santos – 1939	51
Figura 13 - Selo comemorativo do Centenário de Santos – 1939	52
Figura 14 - Entrada da exposição do Centenário de Santos – 1939	53
Figura 15 - Edição comemorativa do jornal A Tribuna pelo Centenário – 1939	54
Figura 16 - Arte de J. Wath Rodrigues no cabeçalho – jornal A Tribuna – 1939	55

Figura 17 - Arte de J. Wath Rodrigues no rodapé – jornal A Tribuna – 1939	55
Figura 18 – Dr. Avelino da Paz Vieira – Formatura na faculdade de Medicina – 1933	60
Figura 19: Cinquentenário da Abolição, 1938	74
Figura 20: Solenidade do IHGS no Ginásio do Estado	75
Figura 21: Conferência do Prof. Júlio Guimarães Sampaio no IHGS	75
Figura 22: Livro ponto 1940	77
Figura 23: Vitral da Casa Conrado – Réplica do quadro de Benedicto Calixto	86
Figura 24: Vitral da Casa Conrado – Réplica do quadro de Benedicto Calixto. Lado direito.	87
Figura 25: Vitral da Casa Conrado – Réplica do quadro de Benedicto Calixto. Lado esquerdo.	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas particulares de Santos (década de 1930)	33
Quadro 2 - Divisão do conteúdo de História nas séries (1931)	79
Quadro 3: Frases dos Irmãos Andradas – Praça Independência	85

Lista de instituições e acervos pesquisados

Arquivo da Escola Estadual Canadá

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos

Biblioteca da Universidade Católica de Santos

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santos

Hemeroteca Municipal de Santos

Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação - LIAME

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1 - A educação na Era Vargas (1930-1945) e o conhecimento histórico	
A política educacional da Era Vargas e a ampliação do Ensino Secundário	27
A Legislação referente a disciplina de Educação Moral, História e Geografia	30
A Legislação Estadual para Educação em São Paulo	31
A criação do Ginásio de Santos: a mobilização da sociedade civil e a colaboração dos municípios	32
A equiparação do Ginásio	37
Quem eram os alunos e a influência do bairro	40
A construção do prédio e a importância do bairro	42
O centenário da cidade de Santos e as comemorações no bairro Boqueirão.	49
Capítulo 2 - Os agentes de ensino e da produção do conhecimento histórico	
Mudança para Santos	57
Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba	58
Dupla carreira: como médico	59
Como professor	60

Produção cultural no Estado Novo: Autores e Livros e Cultura Política. 64

Capítulo 3 - O ensino e os lugares de conhecimento histórico.

O conhecimento histórico no Brasil: a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). 68

O conhecimento histórico e a Escola Metódica 69

História Universalista X História Nacionalista. 72

O IHGS no Ginásio do Estado 73

O cruzamento entre o livro de História de Joaquim Silva e o registro do professor de História. 76

O livro didático adotado - Joaquim Silva - Organização dos conteúdos 79

Presença dos jesuítas. 81

Bandeirantes 81

Tiradentes 82

Processo de Independência: D. Pedro e José Bonifácio 83

Livro 4: Do Primeiro Reinado a Segunda República 83

Desenvolvimento do conhecimento histórico no Ginásio de Santos 84

Um espaço cultural e histórico no Ginásio – O Vitral 86

Festas e comemorações cívicas 89

As datas cívicas.	89
O “esforço de guerra”	89
Homenagem à bandeira em 1937	90
As comemorações do Sete de Setembro	91
Considerações Finais	92
Referências e Obras consultadas	96
Anexos	108
Apêndices	115
Notas biográficas	150

Introdução

Este estudo fez uma reflexão histórico-pedagógica sobre o conhecimento histórico durante a Era Vargas no Ginásio do Estado de Santos (atual E.E. Canadá), desde a sua fundação em 1934 até a equiparação e transformação em colégio, que coincidiu com o final do Estado Novo em 1945.

O interesse por esse tema deve-se ao fato de eu ser professora de História dessa instituição desde junho de 2008. Quando comecei o Mestrado (fevereiro de 2013) pretendia compreender como as escolas na cidade de Santos sofreram influência da política educacional na Era Vargas (1930-1945). Procurava relacionar a política educacional do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, no período chefiado por Gustavo Capanema, entrando pela legislação estadual e o surgimento de novas escolas públicas tendo como ponto central o Colégio Canadá, na cidade de Santos. Com o desenvolvimento da pesquisa fui apurando o tema virtude das possibilidades das fontes primárias existentes e da necessidade de adequar o assunto a minha área de trabalho. Após a Banca de Qualificação chegamos ao recorte do conhecimento histórico. Entendendo por “conhecimento histórico” a produção acadêmica desenvolvida pelos Institutos Históricos, a divulgação dos mesmos pelos meios de comunicação, os conteúdos desenvolvidos nas salas de aula e também a experiência vivenciada pela sociedade nos eventos cívicos e monumentos presentes nas cidades.

As escolas secundárias públicas tiveram uma importância muito grande na formação de lideranças diretoras da sociedade da época, pois preparava seus alunos para o ingresso no ensino universitário. E o Colégio do Estado de Santos atingiu prestígio social, pois veio preparar estratos emergentes da sociedade santista, permitindo-lhes ascensão social.

Do ponto de vista social, esse trabalho pode contribuir para a compreensão de como se dava o conhecimento e o ensino da História nesse período de criação e consolidação do Ministério da Educação e Saúde e do surgimento da legislação estadual para metas de formação de um nacionalismo e patriotismo. O professor de História da época também é analisado, no que diz respeito à sua trajetória profissional elucidando como desenvolveu o seu campo profissional. Nesse sentido, foi importante tentar verificar como se desenvolveu o conhecimento histórico no Brasil.

Várias obras serviram de apoio na abordagem desenvolvido nesta dissertação. Do ponto de vista da historiografia da Educação da cidade, há cinco contribuições a respeito

do Colégio Canadá: uma monografia de conclusão de curso de História da Universidade Católica de Santos de autoria de Angélica Arcanja Vieira, intitulada “Memórias dos 66 anos da Escola Estadual Canadá” (2000). O levantamento da documentação referente à escola ajudou a compreender o trabalho de pesquisa acadêmica, mas não especifica como ocorriam as práticas de ensino da época.

Existem quatro dissertações do Programa de Mestrado em Educação, da mesma Universidade, que abordam o tema. Uma, elaborada por Evani Magalhães Barros Arantes Correa, com o título, “Memórias da Escola Canadá: participação estudantil nas décadas de 1950 e 1960” (2007), que partiu do testemunho dos alunos que participavam do Grêmio Estudantil “Vicente de Carvalho” e testemunharam a importância da instituição na educação recebida. A segunda de Eliane Guimarães de Campos Prates, com o título “O perfil de uma cidade: o esporte feminino escolar na década de 1950” (2008), que aborda a importância da Educação Física nas escolas estaduais e revela aspectos fundamentais da formação esportiva da juventude feminina, principalmente no Colégio Canadá, embora privilegiando um período histórico em década posterior a esta dissertação. A terceira, realizada por André Luiz Meireles, com o título “Colégio Canadá: memória dos professores na voz dos alunos (1934-1962)”, reconstituiu a história da origem da instituição e faz um levantamento sobre os professores do Colégio, incluindo os de História na Era Vargas. Esta dissertação foi fundamental. A maneira como organizou as biografias dos professores possibilitou identificar o professor Avelino da Paz Vieira. A quarta, com o título “Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso chefe, as comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)”, seu autor, Manoel Pereira de Souza faz um levantamento das festas cívicas desse período o que permitiu evidenciar aquelas em que o Ginásio de Santos participou, dando subsídios para o conhecimento histórico da instituição.

A respeito a outros trabalhos abordando o ensino da História na Era Vargas, uma tese de doutorado da Universidade Federal do Paraná. A autora, Regina Kawka Martins, abordou o tema com o título: “A disciplina escolar de história no ensino público paranaense: 1931 a 1951”. Um estudo sobre a política educacional do período e relacionando as práticas escolares no Ginásio Paranaense, sob o ponto de vista do material didático, das avaliações, das festas cívicas e do jornal dos estudantes.

Outras duas, sobre a política educacional paulista foram bastante esclarecedoras, servindo de apoio às minhas análises. Uma dissertação de mestrado, intitulada “Uma

abordagem da política educacional entre 1930 e 1934: o ensino secundário do Estado de São Paulo”, de Renata Luigia Cresto Garcia, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). A outra, uma tese de doutorado, intitulada “Política educacional paulista de 1937 a 1945” do autor Oriovaldo Aparecido Lovison, também da UNIMEP.

Colaboram para a análise sobre a escola e a escolaridade como objetos históricos VIÑAO FRAGO (2008). No texto “La escuela y la escolaridade como objetos históricos. Facetas e problemas de la Historia de la educación”, o autor discute como a história social da educação analisa a influência das forças internas e os sistemas educativos nos estudos sobre a escola. Leva em conta o papel dos poderes públicos de forma vertical. Esse texto foi importante para refletir sobre a questão: Qual a influência da política educacional da Era Vargas no ensino de História do Ginásio do Estado de Santos (Colégio Canadá)?

Nesse texto também é abordada a gramática da escolaridade: como o ensino se organiza (tempo, espaço, divisão de disciplinas, modos de avaliação) para graduar o currículo dentro do curso. A distribuição das aulas de História e os temas abordados demonstram qual a importância dessa disciplina no período. Além disso, o autor afirma que a escola recebe influência forte da legislação e da política dominante, muito visível sobretudo no período Vargas. No caso, o processo que o professor Avelino respondeu na década de 1940.

O conceito de Cultura Escolar ou de culturas da escola, ajudou a entrar no cotidiano da escola e quais as forças que nela atuam (legislação, professores, alunos, teóricos acadêmicos. Colabora com a visão sobre cultura escolar o texto de VIÑAO FRAGO (2007) “As culturas escolares”, no qual o autor discute as relações entre cultura escolar e as reformas educativas e a capacidade que a cultura escolar tem de criar as disciplinas escolares. São analisadas também a utilidade e os limites da expressão “cultura escolar”, que foi introduzida na década de noventa do século XX, por historiadores da educação europeus. Os diversos autores citados no texto procuraram diferenciar a cultura escolar da escola-aula e a da escola-colégio ou graduada. No caso de Chervel (1998):

Nesse caso, os autores definem a “cultura escolar institucionalizada” como “o conjunto de teorias e práticas sedimentadas no seio da instituição escolar ao longo do tempo”. A sua “apropriação” e “assimilação” explicaria a inércia do professor que reproduz mecanicamente, por mimetismo e sem distância crítica o que viu fazer. (CHEVEL 1998, APUD VINAO FRAGO, p.84)

Ainda sobre a Cultura Escolar, foi bastante útil o texto “A Cultura Escolar como Objeto Histórico” (JULIA,1995), principalmente pela sua definição:

É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que entendo aqui por cultura escolar, tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. (JULIA, 1995. p.10)

A cultura escolar no Ginásio do Estado, independente da disciplina analisada, pretendia desenvolver e inculcar em seus alunos uma postura nacionalista e patriótica, condizente com a política governamental. A cultura escolar vai além das práticas dentro da sala de aula, também contempla as festas, os rituais de hasteamento da bandeira, as festas de formatura, aniversário da escola e comemorações da cidade, como o centenário de Santos, por exemplo. Nestes momentos, solidifica-se o comportamento esperado por essa nova geração culta, formando seu caráter e sua alma, “disciplinando os corpos e as consciências” (JULIA, 1995, p.22). Esse grupo deverá ingressar na sociedade como reprodutora da cultura?

Na análise da carreira do professor Avelino na instituição escolar, foi de excelente auxílio o texto – na sua primeira parte - “Las culturas de La escuela em Espanha. Tres Cortes Historiográficas” de ESCOLANO BENITO (2005), que chama a atenção para a expressão “caixa preta” da educação, ao referir-se ao cotidiano escolar, pouco explorado pela academia. Escolano classifica as culturas da escola em três dimensões: a empírico-prática, a teórico-acadêmica, e a político-institucional (p.43-44):

a) uma estaria constituída pela cultura empírico-prática que tem constituído os professores no exercício de sua profissão e que se transmitem por diversos mecanismos nas relações que se dão dentro da vida cotidiana das instituições. A escola é um lugar de produção de cultura

e de ofício do mestre se configura na sua identidade em torno da memória corporativa dos docentes.

b) Outro se organiza em torno dos saberes que gera a especulação e a investigação. Esta segunda modalidade de cultura escolar, ligada ao desenvolvimento do conhecimento especializado, sobretudo a partir da instalação acadêmica nas instituições de educação superior, desde o final do século XIX, do movimento positivista, seria a cultura propriamente científica da educação.

c) Um terceiro setor da cultura da escola viria associado ao discurso e as práticas de ordem político-institucional que se configuram em torno aos sistemas educativos, e se expressaria na linguagem normativa que serve de suporte a organização formal da educação. A escola como organização institui neste sentido também uma determinada cultura.¹

O texto “Sobre a História e a Teoria da Forma escolar” (VICENT, 2001), conceitua as formas escolares “recorrendo a uma análise sócio-histórica da constituição da escola na França.” Para tanto, debruça-se sobre sociedades orais e sociedades escritas, relacionando modos de conhecimento a maneiras de exercício do poder.

Para compreender a história dessa instituição escolar, foram utilizados dois autores: Antônio Nóvoa e Flávia Obino Corrêa Werle. No texto “Para uma análise das Instituições Escolares” (Nóvoa,1992), o autor discute “as modalidades de interação com o meio social envolvente constituem, sem dúvida, um dos aspectos centrais da análise da cultura organizacional das escolas.” Para isso, ele organiza em um quadro os tipos de elementos externos e internos que interferem na história das instituições: Bases conceituais e pressupostos invisíveis; Manifestações verbais e conceituais; Manifestações visuais e simbólicas e Manifestações comportamentais. Nos levantamentos até agora obtidos, pode-se perceber a interação da sociedade santista nos assuntos relacionados ao Ginásio. Foram importantes os apoios recebidos por entidades como o Rotary, a OAB e o IHG de Santos, nos momentos de criação e equiparação do Colégio. Várias matérias, assinadas ou não, publicadas nos jornais “O Diário” e “A Tribuna” demonstram como a comunidade estava influenciando na história dessa instituição.

1. Tradução nossa

Já a autora Flávia Obino Corrêa Werle explora no texto “Identidade e História Institucional: Análise do Curso Complementar” (2006) formula a questão contida no título da seguinte forma:

Ora este texto coloca em seu título a articulação entre identidade e história institucional, pressupondo que não há como tratar de identidade a não ser retomando as histórias, as narrativas construídas ao longo do tempo e em diferentes momentos e por diferentes sujeitos, identidades que são lembradas e que foram faladas e que estão sendo retomadas pelas escolas como instituições e pelos sujeitos que dela fizeram ou fazem parte. Esta concepção indica que não há total unidade e homogeneidade entre as compreensões, formulações e posições dos diferentes elementos da instituição e dela para consigo mesma ao longo do tempo. Portanto, pressupõe-se muitas possíveis identidades em cada instituição, chega-se à noção de “identidades” no plural e não a uma identidade com uma, única, constante e permanente. (WERLE, 2006. p.3)

Essas “múltiplas identidades” aparecem nos depoimentos de ex-alunos entrevistados e nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos. O recorte histórico nesse trabalho, pretende debruçar sobre o período de formação dessa identidade, já que aborda o primeiro decênio do Ginásio, até sua equiparação como Colégio. Portanto era uma identidade em formação, influenciada pelos intelectuais que nela atuavam e pela pressão social sofrida. Mesmo tendo consciência de que não existe “uma identidade”, mas múltiplas interpretações sobre ela, espera-se nesta dissertação contribuir com uma visão, a partir do trabalho do professor de História, sobre como essa instituição foi se formando e se adaptando ao momento vivido.

No percurso da pesquisa, na análise do ensino da disciplina História fica visível a presença do professor que mais tempo atuou no Ginásio de Santos, entre os anos delimitados no meu projeto. O professor Avelino da Paz Vieira foi o único professor de História entre os anos 1937 e 1945. Para contar sua trajetória, foi utilizado o estudo sobre biografia como fonte histórica de Vavy Pacheco Borges, “Grandezas e misérias da biografia”, quando a autora discute as vantagens e desvantagens do uso da história de vida para conhecer um período histórico:

No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler

uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu. (BORGES, 2005. p.215).

Ela destaca que o uso dessa fonte leva o historiador a “pensar um indivíduo em sua trajetória, suas origens, sua personalidade e seu ‘contexto’.” (p.211). Esse foi o procedimento, ao analisar a trajetória de um rapaz pobre que sempre se dedicou ao estudo como forma de ascensão social e que mesmo após seu estabelecimento como médico na cidade de Santos continuou exercendo o magistério, influenciando a formação dos jovens.

Para a análise da disciplina histórica, foram utilizados os estudos de André Chervel. No texto “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa” (CHERVEL, 1990), o autor identifica que uma das finalidades da história das disciplinas escolares é classificar e organizar seus objetivos em determinado período. Embora o texto se refira ao final do século XIX na França, pode ser articulado com o trabalho sobre o Brasil nas décadas de 1930 e 1940, pois nos dois casos o grande objetivo dessas sociedades foi formar “uma classe média pelo ensino secundário” (p.190) diretores da sociedade. Nesse tipo de ensino, é de fundamental importância o desenvolvimento do espírito patriótico, que interfere nos conteúdos do ensino e nas orientações estruturais. Nesse sentido, a disciplina de História torna-se um dos principais veículos, principalmente no caso brasileiro, durante o Estado Novo (1937-1945).

Em outro ponto, o autor ressalta que não se pode abstrair dos estudos das finalidades das disciplinas os ensinamentos reais. “Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, e utilizar dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica.” (p.194). Importante ressaltar que as práticas pedagógicas não são totalmente livres em cada instituição escolar, pois os indivíduos (professores) sofrem influência do meio em que atuam e do progresso curricular que eles conseguem intervir por um período limitado (ver também ESCOLANO, 2005). Para que as transformações pedagógicas ocorram, é necessário um movimento coletivo, envolvendo professores e educandos:

Sua transformação como sua constituição estão inteiramente inscritas entre dois polos: o objetivo a alcançar e a população de crianças e adolescentes a instruir. E aí que se devem encontrar as fontes de mudança pedagógica. Pois é, ao mesmo tempo, através de suas finalidades e através

de seus alunos que elas participam da cultura e da vida social de seu tempo.
(CHERVEL, 1990,p.203).

No caso do Ginásio do Estado, a força dos alunos que intimidaram o professor Avelino, com o abaixo assinado que deu origem ao processo no DOPS, por desrespeito ao símbolo pátrio (no caso o Exército) e apologia ao nazismo.

A metodologia utilizada é a histórico-documental, com coleta e análise de fontes primárias e secundárias, a legislação federal e estadual, documentação escolar, reportagens no jornal e alguns elementos de iconografia do IHGS; entrevista com o filho do professor Avelino e com ex-alunos, que deram depoimentos sobre os métodos de ensino da época.

O confronto entre o currículo oficial e o currículo vivido na instituição escolar, foi necessário. O ponto de partida foi a Constituição Federal de 1934 e 1937, dos Decretos-Lei, referentes ao Ensino Secundário, assim como a Legislação Estadual do período, referente à criação dos Ginásios e seu funcionamento, que deram suporte às escolas e eram exigidas pelos inspetores de ensino. O anuário de ensino do Estado de São Paulo evidenciou a situação da realidade da rede secundária. Também foram utilizados os livros de ponto dos professores, livros de atas de exames de admissão e matrícula da década de 1930 da instituição estudada; e os artigos publicados no jornal A Tribuna do período.

Para analisar a metodologia de ensino desenvolvida pelo professor, foi necessário cruzar os dados dos relatos de alunos com o livro didático de História de Joaquim Silva e o currículo aplicado, registrado no Livro Ponto (1940-1941). Também foram realizados os levantamentos das festas escolares do período e a integração da disciplina e do professor de História nesses eventos, quando essas foram documentadas pela imprensa.

Foram realizadas entrevistas por telefone e pessoalmente, com oito ex-alunas, com idades variadas entre 64 a 82 anos. Algumas delas tornaram-se professoras, nenhuma delas de História.

Com a dificuldade inerente da análise de registros pouco conservados, foi de grande auxílio o texto “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, de GINZBURG (1989), principalmente para se tentar caracterizar a formação do professor e as correntes do conhecimento histórico.

O único registro de conteúdo do período é um Livro Ponto de 1940-1941, no qual o professor Avelino descrevia o assunto da aula em cada sala que lecionou. Assim como acontece no texto de Carlo Ginzburg, “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”, a coleta de dados sobre uma atividade é feita de pequenas migalhas, fragmentos de registros, que precisam ser interpretados.

Começando por Giovanni Morelli, formado em medicina, mas exercendo a função de crítico de arte, que cria uma nova técnica de identificação de pinturas: prestando atenção nos detalhes de orelhas, unhas, formas dos dedos das mãos e dos pés, o autor faz uma ponte com outros profissionais (reais ou da ficção). Assim como Sherlock Holmes e Freud, Morelli usa os indícios, os detalhes para realizar seu trabalho. O ponto principal de sua atividade é interpretar os resíduos, considerados reveladores.

Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli). (GINZBURG, 1989. p. 150).

Aliás, essa capacidade de observação e “leitura” dos sinais acompanha toda a evolução humana: desde o caçador pré-histórico, o sacerdote mesopotâmico ou o médico hipocrático, que estuda os indícios da doença e não o paciente. Todas essas atividades exigem uma atividade intelectual de análise e classificação (o paradigma indiciário).

Os capítulos do trabalho estão divididos da seguinte forma:

O Capítulo 1 discorrerá sobre a política educacional da Era Vargas, a ampliação do Ensino Secundário e como essa política influenciou a legislação estadual para educação em São Paulo. Também analisa a legislação referente às disciplinas de Educação Moral, História e Geografia.

Nos itens seguintes, que tratam do Ginásio de Santos, os alunos e o bairro, serão analisadas as reivindicações da população santista, que desejava ter uma formação secundária pública para seus filhos. A instalação da escola também foi modificada, já que a casa onde foi feita a inscrição dos alunos para o exame de admissão foi considerada inadequada para as aulas. Após um período em outra unidade escolar, foi construído um prédio próprio, num acordo entre a *City of Santos Improvement Company Co*, que doou

o terreno, a prefeitura, que construiu o prédio e o governo estadual que contratou o pessoal. Após a mudança para o atual endereço, veio a luta pela equiparação do colégio. Essa equiparação era o processo pelo qual o inspetor federal verificava a execução das diretrizes que existiam na legislação federal, nos quesitos da estrutura física, do material didático e dos professores. Novamente a população da cidade se mobilizou para que o governo federal reconhecesse o Ginásio como Colégio, quando finalmente, mudou seu nome para Colégio Canadá.

Para finalizar, será relatada a comemoração do Centenário da Cidade, em 1939, na qual a escola serviu de local para exposição do salão de pintura e arte, da Escola Escolástica Rosa, da Cia Docas de Santos, a sala de imprensa e o teatro.

O Capítulo 2 relatará como os agentes de ensino e da produção do conhecimento histórico influenciaram o período, de forma geral e o Ginásio/Colégio de Santos especificamente. Quanto aos professores, ficará evidenciado que os dois profissionais que ocuparam o cargo não eram habilitados na disciplina de História e, coincidentemente, eram médicos. Sobre a trajetória do professor de História que mais tempo atuou na instituição, Avelino da Paz Vieira, serão analisadas a sua formação e o processo que respondeu no início da década de 1940, aproveitando para relacionar esse último item a interferência da inspeção federal. A Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba também será citada, pelo fato de ser o local de formação do professor de História.

Também será relatada o conhecimento histórico produzido no período, em duas as publicações da imprensa do Estado Novo, como o suplemento “Autores e Livros” e a revista “Cultura Política”.

O Capítulo 3 abordará o conhecimento histórico produzido no período, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a influência desse conhecimento na Escola Metódica. Também será abordada a polêmica acadêmica, que ocorria no Colégio Pedro II, entre História Universalista e História Nacionalista.

Os temas relativos ao ensino de História no Ginásio de Santos serão analisados em vários aspectos: desde os profissionais de ensino, passando pelo material didático, o espaço escolar e as festas ocorridas no período. Para analisar o material didático (notadamente o livro de História do autor Joaquim Silva), serão comparados com o programa oficial e com o registro do professor na única fonte oficial sobre esse assunto preservada na escola – o Livro Ponto de 1940. Na análise do livro didático serão levados

em conta como o autor contribuía para o objetivo maior da disciplina na época, que era formar um cidadão nacionalista e com boa formação patriótica.

Finalizando, foram desenvolvidos os temas de outras formas de conhecimento histórico: o espaço escolar e a convivência com o Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS), o vitral do anfiteatro da escola, as pesquisas feitas pelos alunos, relatadas em entrevistas e as festas cívicas que a escola participou.

Capítulo 1 – A educação na Era Vargas (1930-1945) e o conhecimento histórico

Para desenvolver uma pesquisa na área de História das Instituições escolares, fazendo o recorte sobre o conhecimento histórico desenvolvido e aplicado no período, fez-se necessário explicar, de forma sumária, o contexto político e econômico da época. Serão analisadas as decisões federais e estaduais no âmbito da educação secundária e do ensino de História, assim como a criação dos Ginásios, com ênfase no de Santos e a influência da municipalidade.

A política educacional da Era Vargas e a ampliação do Ensino Secundário.

A criação do Ginásio do Estado de Santos na década de 1930 fez parte de uma demanda da sociedade santista e paulista. O Estado de São Paulo tinha destaque na economia nacional com a produção de café, que era exportado via Porto de Santos. Mesmo com a crise mundial, provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o Brasil ainda dependia do seu principal produto de exportação, como forma de inserção na economia internacional. Além da crise econômica, o Brasil também enfrentava problemas na área política. O governo de Getúlio Vargas, iniciado em 03 de novembro de 1930 após um golpe, trouxe modificações na cúpula do poder e inovações em várias áreas.

Assim que assumiu, Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde. Os dois ministros que ocuparam a pasta entre 1930 e 1945, Francisco Campos e Gustavo Capanema, implantaram uma série de modificações na estrutura do ensino secundário.

Em 1931 a Reforma Francisco Campos (Decreto N. 19.890 - de 18 de abril), que dispunha sobre a organização do Ensino Secundário. Quando a frequência passa a ser obrigatória, currículo torna-se seriado e existem duas modalidades de ensino: fundamental, com duração de cinco anos e complementar com dois anos. Essa modalidade era necessária para o exame vestibular das faculdades que comportava três áreas: de direito, de odontologia, medicina e farmácia e de engenharia e arquitetura. Já o ministro Gustavo Capanema fez algumas alterações, como o 1º Ciclo (Ginásio) com duração de 4 anos e o 2º Ciclo (divididos entre Clássico e Científico), com duração de 3 anos. De qualquer maneira o conteúdo de ensino permaneceu idêntico à do início da República: era enciclopedista, favorecendo o currículo humanista-literário, voltado para a formação de uma elite intelectual, que desejava, via de regra, chegar ao ensino universitário.

A prioridade dada à reforma do ensino secundário no início de 1940 seria uma ocasião propícia para a reafirmação dos princípios mais gerais da concepção educacional do ministério Capanema. [...] O sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. (SCHWARTZMAN, 2000, p.205).

Em 1942, as reformas educacionais do Estado Novo chamadas de Leis Orgânicas e dividiam-se em ensino industrial, ensino secundário, ensino comercial, ensino primário, ensino normal e ensino agrícola. A Lei Orgânica do ensino secundário trata no Título I, Capítulo I e Artigo primeiro das finalidades do ensino secundário:

Art. 1º - O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

- 1 - Formar, em prosseguimento a obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
- 2 - Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
- 3 - Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (Apud: LOVISON, p. 152)

A Reforma Capanema (1942) estava no contexto do Estado Novo (1937-1945) e refletiu duas tendências do período: uma de Getúlio Vargas, interessada no ensino técnico-profissional e outra, influenciada por Capanema e o grupo de católicos, que investiam num ensino secundário acadêmico, valorizando as humanidades.

As reformas realizadas, de certa forma, acabaram incorporando as duas tendências, valorizando a formação profissional e formulando o ensino secundário como caminho para a escola superior. O ensino industrial foi o mais bem elaborado e o que obteve mais sucesso na prática. A partir de 1942, passou do nível elementar para o de segundo grau, e se transformou num grande campo de atividades, agora aberto a todas as camadas sociais. A falha que apresentou foi a falta de articulação entre o ensino profissional, o ensino secundário e o superior. (LOVISON, 2010. p.46)

No nível político estadual, o presidente do Estado de São Paulo² (Júlio Prestes de Albuquerque) foi substituído por interventores federais, até 1935, quando Armando de Sales Oliveira foi eleito pela Assembleia Constituinte. A legislação pertinente à educação

que vigorava no Estado de São Paulo era o Decreto N. 5.884, de 21 de abril de 1933, também conhecido como o Código de Educação de 1933 que incorporava as orientações a respeito do ensino secundário. Em 1936 funcionavam 24 ginásios estaduais, para uma população de aproximadamente 6.961.740 habitantes. Levando em conta que 66% da população paulista era analfabeta, esse era um grau de ensino voltado para uma minoria.³ Os investimentos desse governo em educação atendiam também, segundo certas interpretações, ao discurso das autoridades de democratização do ensino, como forma de promover a campanha presidencial de Armando de Sales Oliveira.

Em 1935, mais precisamente até o mês de abril, ainda na administração de Sales Oliveira, foram criados outros cinco ginásios, perfazendo um total de 17 estabelecimentos em sua gestão no Executivo do Estado. [...] Não por acaso, o maior número de criações de ginásios nessa gestão ocorreu nos anos de 1934 e 1935 (dez e sete respectivamente) quando se restabeleceu o jogo democrático e Armando de Sales Oliveira propugnava sua ascensão política pleiteando a presidência do país. (SOUZA, Rosa, DINIZ, Carlos. 2014, p.228)

Apesar da importância econômica da cidade de Santos na Primeira República, foi necessária muita luta da população para conseguir a instalação de seu ginásio, sendo que em outras localidades, eles já haviam sido instalados há bastante tempo, como o Ginásio da Capital em 1894; o de Campinas em 1896; e o de Ribeirão Preto em 1906. De acordo com Circe Maria Fernandes Bittencourt, em sua obra “Pátria, Civilização e Trabalho” (1990), uma reforma de ensino não pode ser vista apenas como fruto da ação exclusiva e isolada do Estado, mas sim momento de articulação do poder com as diversas classessociais capazes de ser fazer ouvir.

Mesmo na década de 1940, a criação de escolas continuava deficitária e as determinações do governo não atendiam às necessidades da população, carente de opor-

2. De acordo com a Constituição Brasileira de 1891 os chefes do executivo estaduais eram chamados “Presidentes de Estado”. Essa situação permaneceu até 1930, quando foram substituídos por Interventores Federais e após a Constituição de 1934, passaram a se denominar Governadores de Estado.

3. Dados extraídos do texto: BARROS (1938).

tunidades de ensino e as classes médias cresciam no país. Ainda prevalecia o ensino secundário para as elites:

As posições contrárias à ampliação da rede de ensino ginásial expressavam, ainda, o grau de vinculação desse nível de ensino aos projetos de vida de setores favorecidos da sociedade que recusavam as modificações operadas na tradicional escola das “elites” no sentido da escola “comum”, obrigatória, continuidade natural da educação elementar. É bem verdade que o conjunto dessas manifestações, identificando parte dos problemas vividos pelo sistema escolar paulista exprimia, também, a incapacidade do Estado de formular política educacional capaz de atender, de forma satisfatória, às necessidades educacionais de grandes parcelas da coletividade (SPOSITO, 1984, p. 156).

A Legislação referente a disciplina de Educação Moral, História e Geografia

Na Reforma Capanema, Decreto-Lei Federal nº 4.244, de 09 de abril de 1942, foram estabelecidas diretrizes para o ensino secundário. Entre elas, a Educação Moral e Cívica, disciplinada pela redação de artigos, que dão conta do nacionalismo e o patriotismo presentes na mentalidade dos dirigentes (1942. Capítulo VII do Título II):

Art. 22 - Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos.

Art. 23 - Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as **individualidades condutoras**, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.

As disciplinas de Geografia e História do Brasil mereceram também atenção especial dentro desse capítulo que trata da

Educação Moral e Cívica, sobre as quais o governo paulista altera sua legislação, pelo decreto-lei nº 12.698. Assim se expressa a Lei Federal, sobre tais disciplinas:

Art. 24 - A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

§ 1º - Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil. § 2º - Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país. § 3º - Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade.

A Legislação Estadual para Educação em São Paulo.

De acordo com o Código de Educação do estado de São Paulo de 1933 (Decreto nº 5.884, de 21/04/33):

Art. 594. - O Governo poderá subvencionar por prazo nunca superior a 5 anos as municipalidades do Estado que mantiverem por sua conta estabelecimentos de ensino secundário, observadas as condições seguintes:

- a) - funcionarem em edifício próprio municipal que tenha as necessárias condições higiênicas e pedagógicas;
- b) - terem mobiliário e material didático suficiente e inteiramente adequado ao ensino;
- c) - terem diretoria e corpo docente idôneos;
- d) - observarem a legislação estadual sobre os ginásios oficiais em tudo quanto lhes for aplicável;

e) - terem pelo menos dois anos de funcionamento regular. (1933, Parte V, Título V. p. 151)

Essa situação mudou a partir de 1938, durante o governo de Adhemar de Barros (1938-1941). O município continuaria provendo o prédio, as instalações e o material didático, enquanto o estado assumiria os gastos com os vencimentos dos docentes e funcionários administrativos.

Toda essa estrutura legislativa, federal e estadual, são recebidas pelas escolas do período, e não são adotadas da mesma forma, pois a escola sofre a ação de várias culturas que nela convivem (conforme ESCOLANO, 2005). Cada uma adapta-se para cumprir essas regras, mas mantendo seus hábitos. Essa discussão entra no campo da cultura escolar, também analisada por Viñao Frago, no texto “As culturas escolares”:

A cultura escolar seria, em síntese, algo que permanece e dura; algo que as sucessivas reformas só arranham ao de leve, que a elas sobrevive, e que constitui um sedimento formado ao longo do tempo. Um sedimento configurado, isso sim, por capas mais mescladas do que sobrepostas que, em jeito arqueológico é possível desenterrar e separar. E nesse sentido que caberia dizer que a tarefa do historiador é fazer arqueologia da escola. (VINAO FRAGO, 2007. p.87)

Para fazer essa “arqueologia escolar” foi necessário vasculhar nos poucos fragmentos de registro escolar que restaram do período. Com a situação precária dos arquivos escolares e a pouca preocupação do registro de todas as decisões, o trabalho do pesquisador fica dificultado.

A criação do Ginásio de Santos: a mobilização da sociedade civil e a colaboração dos municípios.

A cidade de Santos, como centro exportador de café, situava-se no início do século XX, como um importante polo econômico. O crescimento e a ocupação da cidade deram-se em direção a parte leste, próxima à barra, ou seja, a praia.

Na década de 1930 os bairros do Boqueirão e do Gonzaga eram habitados por uma classe alta, que tinha acesso às escolas particulares de nível de ensino elevado. No Centro,

na Vila Mathias e na Vila Nova (antigo bairro de elite), existiam outras escolas particulares:

Quadro 1: Escolas particulares de Santos (década de 1930)

Nome da escola	Público atendido/ ano da fundação.	Mantenedora	Localização
Colégio São José	Feminino / 1924	Irmãs de São José, (francesas) <i>Chambéry</i>	Av. Ana Costa
Colégio Stella Maris	Feminino / 1924	Cônegas de Santo Agostinho (belgas).	Av. Conselheiro Nébias, no antigo palacete da família italiana Carrarresi.
Ginásio Santista	Masculino / 1904	Irmãos Maristas (franceses).	Vila Nova
Colégio Coração de Maria	Feminino/1904	Congregação do Imaculado Coração de Maria	Rua da Constituição – Vila Nova.
Associação Instrutiva José Bonifácio	Mista/1907	Associação Instrutiva José Bonifácio (não confessional).	Av. Conselheiro Nébias, 219 V. Nova.
Colégio do Carmo	Masculino/ 1910	Província Carmelita de Santo Elias	Rua Augusto Severo – Centro.
Ginásio Luso Brasileiro	Misto/ ?déc. 1920	Não confessional	Av. Conselheiro Nébias, 309 (prédio SENAC)

Fonte: Pereira, 1996. Site: Novo Milênio. Autora: Andréa Lopes

Para quem não fazia parte da elite, ou pretendesse ofertar uma educação laica para seus filhos, não havia opções. A educação dentro desse contexto era vista como forma de mobilidade social. A criação de colégios como o primeiro ginásio do Estado está ligada

à necessidade de uma classe média emergente que desejava se ilustrar e desejava uma educação pública e laica. Era necessário também formar novos cidadãos preparados para o projeto de modernização.

Desde 1915 havia a mobilização da sociedade santista para a criação de um imposto municipal de auxílio à educação, para a criação de um Curso Normal e um Ginásio (CARVALHO, 2006). Nos anos seguintes a mobilização continuou, inclusive com cartas enviadas ao jornal A Tribuna, expressando a necessidade do Ginásio público na cidade. (MEIRELLES, 2009).

A Tribuna apresentou um alvitre, no mês de agosto de 1915, no qual propôs a criação de uma taxa escolar que possibilitasse o alargamento da instrução em Santos. Em uma sequência de editoriais, esboçou em linhas gerais as condições em que se encontrava a instrução municipal; discursou sobre a legalidade da proposta e a sua execução; apresentou argumentos sobre a ação prática da implementação e do consenso em torno da proposta e a oposição que pudesse receber. Em seguida, convidou ao debate diversas personalidades, tendo publicado ao longo do mês de agosto as respostas destas ao alvitre. Muitas eram políticos, advogados, médicos, professores dos institutos particulares ou municipais, sendo que a maioria estava ligada à Escola de Comércio, ao Lyceu Feminino, ao Instituto D. Escolástica Rosa ou, ainda, à Câmara Municipal. O jornal convocou ao debate homens que não se relacionavam diretamente com a instrução pública – tais como os empresários das casas de espetáculos – porque, de acordo com a proposta de arrecadação do imposto escolar sugerida pelo alvitre, estes deveriam contribuir, acrescentando 20% aos ingressos a serem cobrados do público. (CARVALHO, 2006. p.59)

Segundo a pesquisadora, surgiram muitos argumentos (contra e a favor), discussões sobre a constitucionalidade da proposta, novas ideias, embates e disputas. O projeto não se restringia ao ensino primário, pois o contingente de analfabetos era muito grande e a educação era vista como um mecanismo de progresso para a cidade, mas também incluía a criação de uma Escola Normal e de um Ginásio.

Advogado do foro de Santos e antigo membro da Câmara dos deputados da Província de São Paulo, Alexandre Coelho apresentou, primeiramente, sua concordância diante do quadro exposto por A Tribuna, relativo à situação de escassez de escolas primárias e de grupos escolares, assim

como de um instituto secundário que viesse a preparar a mocidade nas academias e universidades. No entanto, Coelho questionava se essas medidas deveriam ser tomadas pela municipalidade. Em sua opinião, isto seria uma ilusão: afirmava acompanhar de perto as falhas da organização municipal e via que esta, em nome de uma pretensa autonomia, ficava presa às restrições constitucionais (deprimidas, por sua vez, por leis ordinárias do Estado). Para exemplificar, citava a taxa proposta pelo jornal e destinada ao combate ao analfabetismo, à criação de um ginásio e de uma Escola Normal que, no entender do advogado, escapava às atribuições municipais, pois estava fora da enumeração taxativa da Lei 1.038, de 19 de dezembro de 1906, pela qual o estado implicitamente reservava para si o direito de instituir a taxa escolar que estava sendo cobrada de forma indireta. (CARVALHO, 2006. p.62).

O jornal A Tribuna participou ativamente dessa campanha, publicando em seus editoriais argumentos favoráveis à criação de ginásios e Escolas Normais, pois cidades menores em população e importância econômica já possuíam:

Parece incrível que um fato dessa ordem ainda se verifique entre nós, na capital marítima do Estado, nesse assaz encantado e desencantado vestibulo do suntuoso palácio paulista. Há Escolas Normais em Campinas, em São Carlos, em Itapetininga, em Botucatu, Guaratinguetá; há ginásios em Campinas, em Ribeirão Preto; o grande empório comercial de Santos possui, quanto muito, um grupo escolar, com edifício próprio e mediante a aplicação do legado Barnabé; outro grupo funcionando em casa particular de construção antiga e cujo aluguel é pago, há já muitos anos, pelos cofres municipais, um ou dois grupos mais em promessa e algumas, quase inúteis por vício. Em suma, temos alguns estabelecimentos de ensino elementar e a tanto se cifra a dotação de Santos em matéria de instrução pública. Ginásios, Escolas Normais primárias ou secundárias, alguma coisa que cheira a ensino superior – superior ao ABC – luxo tem sido e é para nós, que não merecemos o que municípios menos importantes muitos gozam. (A Tribuna, 11/2/1914, p.1. Apud: CARVALHO, 2006. p.76-77).

As discussões continuaram pelos meses seguintes. Apesar do aumento paulatino de escolas primárias nos anos seguintes, o ginásio não era criado. Embora o ensino secundário fosse controlado pelo poder central, houve uma importante participação dos políticos paulistas na implantação de novas escolas no Estado:

Tínhamos em 1930, como já vimos, três ginásios estaduais – o da Capital, o de Campinas e o de Ribeirão Preto – com a matrícula total de 1.443 alunos. Em 1935 passamos a ter nove ginásios oficiais – os três acima citados e mais o de Araras, Araraquara, Catanduva, Itú, Tatuí e Taubaté – com uma matrícula de 2.516 alunos. No corrente ano, com a transferência para o Estado, de mais 13 ginásios criados em 1934 e 1935 e até fins do ano findo custeados pelas respectivas municipalidades, ficou elevado a 22 o número de ginásios oficiais existentes no Estado.⁴

De qualquer forma, a Capital possuía apenas um ginásio, possibilitando a ampliação de escolas particulares, pois a demanda era crescente. Esse cenário estadual reflete a disputa federal que ocorria entre partidários do ensino público e o ensino particular e confessional. Além disso, os ginásios estaduais não eram totalmente gratuitos, eram mantidos pela cobrança de taxas escolares, selos e contribuições obrigatórias, que os alunos pagavam.

O ensino secundário era voltado para determinada parcela da população, considerada a “elite” e não para todos os adolescentes, apesar do discurso governamental de democratização da educação. Com a ausência de investimento estatal, os grupos confessionais e particulares paulistas ampliaram sua presença nesse setor.

Somente em 11 de agosto de 1934 foram criados os Ginásios de Santos, Franca, Tietê, Bauru e Jaboticabal pelo Decreto N.6.601, que definia que as Prefeituras Municipais deveriam fazer doação dos prédios, das instalações e do material didático.

Também custeariam todas as despesas dos Ginásios, inclusive vencimentos do pessoal durante o ano de 1935.

4. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1935-36, São Paulo, Tipografia Siqueira. p. 261.

No Boletim nº 16 da Diretoria do Ensino, publicado em 1937. Nessa publicação, o diretor do Serviço de Educação Secundária e Normal, Professor Humberto de Souza Leal, encarregado de avaliar o programa de construções escolares do governo, assinalou a importância das municipalidades na edificação de 21 ginásios recém-construídos. Nas palavras do diretor: ‘[...] O de Santos ficou em mais de mil contos e é de belo aspecto, honrando sobremodo o superior descortino de todos os que contribuíram para a sua construção. (Prédios para Escolas Secundárias, 1937, p.10. Apud: SOUZA, Rosa, DINIZ, Carlos. 2014, p.231).

A equiparação do Ginásio

A Inspeção Federal era um mecanismo de controle, pretendia verificar a execução das diretrizes que existiam na legislação federal, tanto por parte dos estabelecimentos de ensino secundário, como pelos seus professores.

O processo de equiparação do Ginásio de Santos ocorreu entre 1943 e 1945. Sobre a equiparação, é importante explicar que para esse estudo utilizaremos aquela estabelecida pela Reforma Francisco Campos (1931). Para que o estabelecimento de ensino (público ou privado) pudesse expedir certificados de valor oficial, seria necessário solicitar ao Ministério da Educação e Saúde Pública uma visita do inspetor federal, que verificaria os “requisitos mínimos”. Entre estes estavam:

- Padronização da estrutura física da escola – instalações e condições de funcionamento.
- Materiais didáticos utilizados por disciplinas.
- Qualificação do corpo docente.

Atendidas as condições mínimas, o estabelecimento ficava sob inspeção preliminar de dois anos, que poderia ser prorrogada ou concedida a inspeção permanente.

Nos itens “materiais didáticos” e “qualificação do corpo docente”, abrem-se espaços para um controle sobre o trabalho desenvolvido na sala de aula, que será melhor discutido quando analisado o referido processo do DOPS.

O processo de equiparação teve início em 08 de fevereiro de 1943, com envio da documentação para a Divisão do Ensino Secundário no Rio de Janeiro pelo prefeito Cyro de Athayde Carneiro. Mesmo com apoio do Diretor Geral do Departamento de Educação

de São Paulo, o prof. Sud Mennucci, o funcionário responsável por apreciar a situação do Ginásio não deu conhecimento da necessidade de uma área livre de 800 metros quadrados para as práticas esportivas, no ofício de deficiências notadas, em julho de 1943. Isso atrasava o processo.

Foram realizadas reuniões no auditório do Ginásio (nos dias 23 e 29 de setembro de 1944), com professores, pais de alunos e membros da sociedade, onde se formou uma comissão que organizaria a Campanha pela Equiparação. O professor Antônio Júlio Guimarães Sampaio publicou um artigo no jornal A Tribuna no dia 27 de setembro e a frequentada loja “Ao Preço Fixo”, no centro da cidade, ficou com o livro de adesão. A campanha recebeu apoio da Comissão da Ordem dos Advogados e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, entre outros. (MEIRELLES, 2009).



Figura 1 - Jornal A Tribuna, 30/09/1944. Hemeroteca Municipal de Santos.

No início de outubro de 1944, após a viagem ao Rio de Janeiro, o diretor administrativo da Prefeitura Municipal de Santos, Sr. Francisco Paino, concedeu uma entrevista ao jornal A Tribuna, garantindo que o prefeito já havia determinado a construção da área necessária a equiparação do ginásio em Colégio, portanto, possibilitava abertura de turmas do Científico e do Clássico. Também relatou que várias obras já tinham sido feitas pela Prefeitura, inclusive duas áreas de 500 m² de cada lado do prédio, mas que só após essa reunião ficou claro que o Ministério da Educação exigia uma área de 1.500 m² integrais e livres de qualquer obstáculo.

Ele ainda explicou que após a aprovação da Divisão de Educação Física, o processo seria encaminhado para “o Dr. Abgar Renault, diretor geral do Departamento Nacional da Educação (D.N.E.), que o remeteria, por sua vez ao Conselho Nacional de Educação, presidido pelo eminente santista professor Reinaldo Porchat. Concluindo o Conselho para a equiparação, será o respectivo parecer homologado pelo ministro Gustavo Capanema, que submeterá ao referendunm do presidente Getúlio Vargas o respectivo decreto.”

O Decreto n. 18.320 de 09 de abril de 1945 reconheceu a transição de Ginásio para Colégio, depois de satisfeitas as condições estabelecidas pela Divisão de Educação Física.

A TRIBUNA — Sexta-feira, 6-10-1944 — Pág. 3

EM 1945, O GINÁSIO DO ESTADO DEVERÁ FUNCIONAR COMO COLÉGIO

BEM SUCEDIDO EM SUA MISSÃO AO RIO O SR. FRANCISCO PAINO

O prefeito municipal já determinou a construção da área necessária à equiparação daquele educandário — Entrevista concedida à A TRIBUNA pelo diretor administrativo da Prefeitura

— Já se pode considerar virtualmente solucionado o caso da equiparação do Ginásio do Estado, Sr. Francisco Paino, diretor administrativo da Prefeitura, garantiu ao jornalista da A Tribuna, ao ser entrevistado pelo assunto, além do outro presidente anterior, destacando a sua atuação em favor da educação em São Paulo, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado. O Sr. Paino, que se desincumbiu abastantemente da sua missão, explicou a construção imediata da área necessária à equiparação do Ginásio do Estado, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

— O Sr. Paino, que se desincumbiu abastantemente da sua missão, explicou a construção imediata da área necessária à equiparação do Ginásio do Estado, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

— E qual o processo de equiparação, uma vez concluída a obra?

— Informado pela Divisão de Educação Física de que os alunos não tinham sido matriculados em virtude da falta de condições materiais, o processo será encaminhado ao Sr. Abgar Renault, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, presidido pelo eminente professor Reinaldo Porchat. Concluindo o Conselho para a equiparação, será o respectivo parecer homologado pelo ministro Gustavo Capanema, que submeterá ao referendunm do presidente Getúlio Vargas o respectivo decreto.

— Mas é necessário decreto do governo federal para o caso de equiparação?

— Sim, e a área que se trata de equiparar é a do Ginásio do Estado, que, em sua opinião, é a melhor do Estado. O Sr. Paino, que se desincumbiu abastantemente da sua missão, explicou a construção imediata da área necessária à equiparação do Ginásio do Estado, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

— A Prefeitura, como já se tornou público, realizou todos os serviços de ampliação, reforma e construção do Ginásio, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

— O Sr. Paino, que se desincumbiu abastantemente da sua missão, explicou a construção imediata da área necessária à equiparação do Ginásio do Estado, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

— O Sr. Francisco Paino, diretor administrativo da Prefeitura, falando ao redator da "A TRIBUNA" explicou a construção imediata da área necessária à equiparação do Ginásio do Estado, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

— O Sr. Paino, que se desincumbiu abastantemente da sua missão, explicou a construção imediata da área necessária à equiparação do Ginásio do Estado, e a sua atuação em favor da educação em Santos, que, em sua opinião, é a melhor do Estado.

Figura 2 - Jornal A Tribuna, 06/10/1944. P.3 – Hemeroteca Municipal de Santos.

Quem eram os alunos e a influência do bairro

Para ingressar no Ginásio, os alunos precisavam fazer o Exame de Admissão. Criado pelo decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, com o objetivo de selecionar os jovens na faixa etária de 10 a 13 anos, já que havia uma grande procura e as vagas eram reduzidas. Como as provas eram difíceis, muitos alunos frequentavam cursos preparatórios, como o Liceu Brasil, que existia em Santos. Esses cursos eram particulares, mas com seu preparo facilitava o acesso ao ensino pelos alunos das classes menos favorecidas, que podiam pagar pequenas taxas. Com esse instrumento de seleção seria possível identificar quem teria condições de seguir até o ensino superior, voltado para a elite condutora. Para os jovens mais pobres, de acordo com a política desenvolvimentista, havia as escolas industriais, como o Instituto Dona Escolástica Rosa, fundado em 1º de janeiro de 1908.

O Exame de Admissão foi oficializado pelo decreto nº 21.241 de 4 de abril de 1932, que consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário.

DA ADMISSÃO AO CURSO SECUNDÁRIO

Art. 20. O candidato a matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de Fevereiro.

§ 1º A inscrição neste exame será feita de 1º a 15 do referido mês mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2º Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 3º O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação anti-variólica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Art. 21. O candidato a exame de admissão deverá provar, por certidão do registro civil, ter a idade de 11 anos ou que a completará até 30 de junho do ano em que requerer inscrição. [...]

Art. 25. O Departamento Nacional do Ensino expedirá instruções que regulem o processo e julgamento dessas provas. (BRASIL, 1931, p. 142).

As inscrições para o primeiro Exame de Admissão do Ginásio do Estado de Santos ocorreram entre 28 de fevereiro e 16 de março de 1935, em uma casa na importante Avenida Ana Costa, nº 357 e contou com 120 candidatas. A prova oficial realizada entre os dias 04 a 08 de maio do mesmo ano, era composta de questões das disciplinas de Português e Aritmética. Numa segunda rodada de provas, havia questões de Geografia,

História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais. Os alunos tinham entre 11 e 17 anos. (Livro de inscrição de exame de admissão ao curso do 1º ano. 1935 – 1948.).

O prédio da Av. Ana Costa não foi considerado adequado, conforme inspeção do Conselho Estadual de Educação, para o funcionamento do Ginásio. A sede foi transferida para o piso térreo do majestoso Grupo Escolar “Cesário Bastos” (na Avenida Rangel Pestana).



Figura 3 - Local das matrículas para o Ginásio do Estado. Av. Ana Costa, 357. Arquivo da Escola



Figura 4 - Prédio do Grupo Escolar “Cesário Bastos” 1940
FAMS – Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Foram aprovados 72 alunos, sendo que 71 fizeram a matrícula entre os dias 13 e 15 de maio de 1935. Formaram-se duas classes, compostas por brasileiros e estrangeiros. Havia um português, um japonês e uma espanhola. Eles moravam nos bairros Marapé, Macuco, Embaré, Vila Mathias, bairros em que havia uma classe de operários e pequenos comerciantes. O público alvo da escola era a classe média alta da sociedade, com muitos alunos filhos de médicos, dentistas e comerciantes, entre eles descendentes de imigrantes. No apêndice 2 dessa dissertação as listas de alunos de 1935 e 1936, com dados coletados nos livros de matrícula demonstram que muitas questões ainda podem ser levantadas a respeito desses jovens.

No mês de fevereiro de 1936 é possível perceber como a criação do Ginásio de Santos era desejada. A população da cidade era de 142.050 habitantes e foram realizadas 241 inscrições para o Exame de Admissão. Já na capital, com uma população de 1.060.450 habitantes, houve 302 inscrições. (A Tribuna, 25/02/1936, p. 5 apud. MEIRELLES, 2009, p. 38). Dessas, 90 foram matriculados, divididos em duas salas. Apenas duas alunas estrangeiras (uma portuguesa e uma polonesa). As profissões dos pais, pelo que foi apurado, repetiam a tendência da turma de 1935 (comércio, educação e saúde).

A construção do prédio e a importância do bairro.

Somente no final de 1935 o atual edifício na Rua Mato Grosso começou a ser construído pela Prefeitura Municipal de Santos, em uma grande praça, um terreno da “*City of Santos Improvement Company Co*” (empresa canadense de energia elétrica, água e bondes) no local em que os habitantes da região jogavam bola. A empresa doou o terreno para o Estado e a Prefeitura construiu o prédio que foi projetado por João Bernils, um construtor emigrado espanhol. O projeto passou pelas mãos do arquiteto Polydoro Bittencourt (MEIRELES, 2009). A escolha do bairro Boqueirão para instalação da escola demonstra a importância dada à educação pública no período, pois era um bairro bem localizado, servido por linhas de bondes e habitado por uma classe alta. Da mesma forma, podemos observar que o estilo da construção ressalta a importância da instituição. A inauguração ocorreu em 28 de agosto de 1937 com grande festa. O Código de Educação de 1933, Título V, Capítulo I definia o papel de cada agente público.

Art. 32 – O Serviço de Prédios e Instalações Escolares tem por fim propagar a nova política das construções escolares, ampliando em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações próprias e dar a cada prédio as condições higiênico-pedagógicas que façam dele centro de saúde e alegria, ambiente de educação estética e fator de nacionalização

O edifício ocupava 1.365 metros quadrados de uma quadra de 3.268 metros, na Praça Voluntários Santistas, entre as ruas Mato Grosso (parte da frente), rua João Pinho (lado direito) e rua Itapura de Miranda (lado esquerdo).



Figura 5 - Vista geral do prédio a rua Mato Grosso em 1940. Arquivo da Escola.

O prédio possui uma distribuição simétrica, com um eixo central onde estão o hall de entrada e as escadarias de mármore. Todas as janelas são verticais e existe um pátio interno. Ainda no piso inferior encontrava-se a biblioteca, o laboratório e duas salas de professores (uma masculina e uma feminina). No piso superior são nove salas de aula. Além disso, o prédio possui um Anfiteatro com capacidade para duzentas cadeiras aproximadamente, e no primeiro andar foi colocado um vitral confeccionado pela Casa

Conrado, de 2,5 m por 4 m com a reprodução do quadro de Benedito Calixto da Fundação de Santos (o mesmo que está na Bolsa do Café).⁵

O funcionamento inicialmente era num único turno (diurno), com quatro séries. As aulas de Educação Física ocorriam em dois salões, um para os alunos outro para as alunas, mas ainda não havia uma quadra esportiva adequada. Essa exigência do Departamento de Educação Física foi cumprida pela administração do Prefeito Municipal Antônio Gomide Ribeiro dos Santos (1935-1936)

Entre 1942 e 1944 foram realizados alguns reparos, a construção de duas salas de aula, nos dois extremos laterais do prédio e a instalação de chuveiros e aparelhagem de Educação Física.

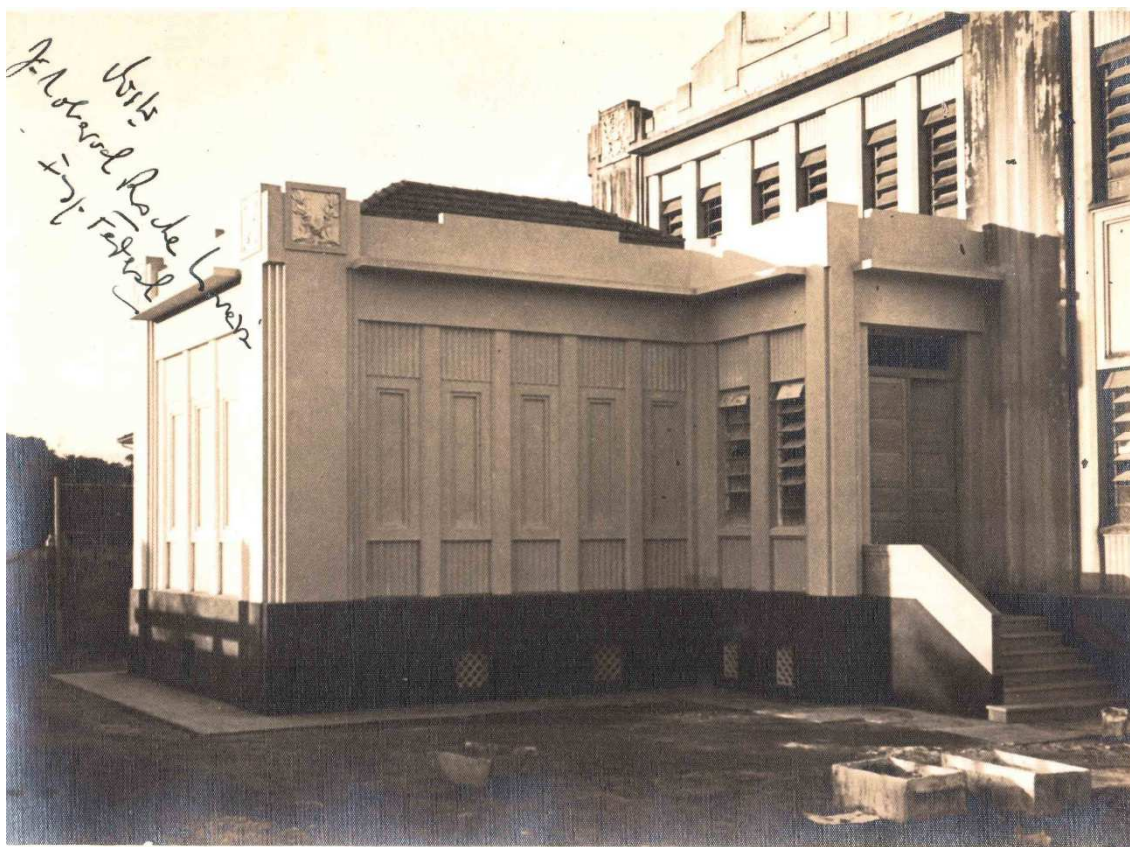


Figura 6: Vista lateral esquerda 1945. FAMS – Fundação Arquivo e Memória de Santos

Um dos aspectos a destacar é a importância dada à educação, não só pela arquitetura do prédio, mas também pela construção num bairro privilegiado da elite san-

5. Os dados sobre a construção do edifício foram extraídos de MEIRELLES, 2009.

tista. A escola está ladeada por importantes avenidas, como a Conselheiro Nébias, Washington Luís e fica próxima à Ana Costa, no bairro Gonzaga.

O bairro estava passando por profundas transformações, com a construção de grandes moradias da elite emergente santista, principalmente pela Cia Construtora de Santos. O seu proprietário, Roberto Cochrane Simonsen (patrono da indústria), era morador da região. Seu palacete ficava na Av. Ana Costa, onde hoje está localizada a sede do Corpo de Bombeiros. Embora o nome do bairro seja Boqueirão, esse trecho é conhecido até hoje como Vila Rica, incluindo o bairro Gonzaga.

Como exemplo da importância da região, havia um dos casarões da Avenida Conselheiro Nébias, localizado no número 689, de frente a Rua Mato Grosso, onde fica o Ginásio de Santos. Pertencente a Domênico Leveiro (vice-cônsul italiano), desde 1886, foi adquirido posteriormente por Francisco Frisoni, residente em Gênova, por escritura de 11 de outubro de 1888. O prédio assobradado com dois andares e um terraço foi vendido em 1903 ao Major Álvaro Ramos Fontes, superintendente da Cia Docas de Santos e subdiretor do Tesouro Federal, que viveu nele muitos anos. Sua filha e herdeira vendeu o prédio ao Instituto Histórico e Geográfico de Santos em 1946, onde funciona até os dias atuais.

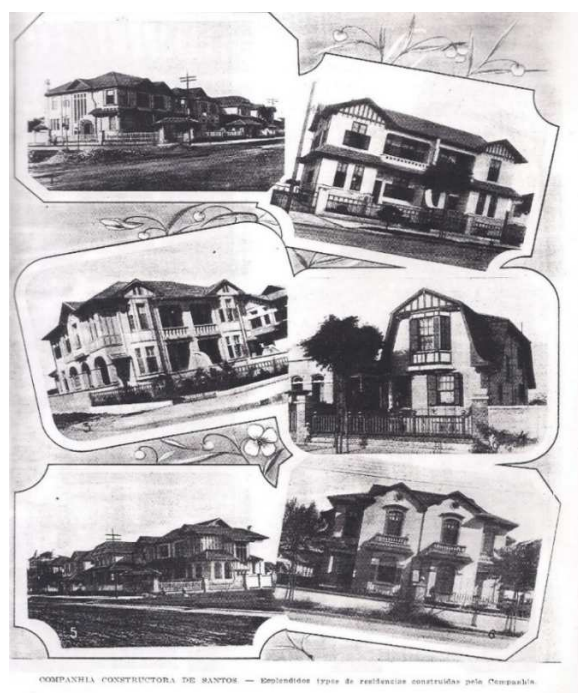


Figura 7: Casas construídas pela Cia Construtora de Santos, Sr. Roberto Cochrane Simonsen
As quatro primeiras são do bairro Boqueirão. Impressões do Brasil no século vinte. p. 596

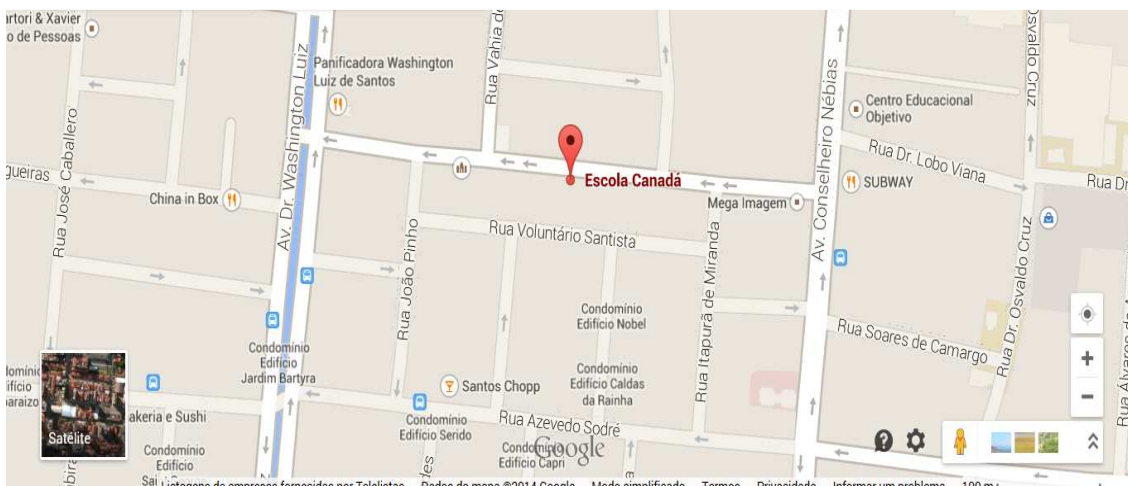


Figura 8: Planta atual da região e localização da escola. Google Maps. Acesso em 11 de agosto de 2014.

Na Av. Washington Luís, 466, esquina da Rua Tolentino Filgueiras e defronte à Rua Mato Grosso, foi construído em 1926, num terreno pertencente à “*City of Santos Improvements Co*”, o Hospital Anglo-Americano, para atender as colônias britânicas e estadunidense de Santos. Esse hospital tinha a capacidade para atender 60 pacientes internados, além de ter luxuosas instalações clínica e cirúrgica. Na atualidade existe um edifício residencial que manteve o nome Anglo-Americano.

Antes da construção do hospital, havia nesse terreno um campo de futebol da “*City of Santos Improvements Co*”, que foi transferido para as proximidades na esquina da Rua José Cabalero e se tornou em 12 de outubro de 1929 o primeiro campo de futebol iluminado de Santos.

Havia locais de convívio social no bairro, como a elegante agremiação da elite santista, na rua Minas Gerais, o Tênis Clube de Santos, o Miramar (desde 1896 até 1940) e o Clube XV que em 1934 mudou-se para a Av. Presidente Wilson, 13, num lindo casarão de frente para o mar, no Gonzaga, sede do antigo Jóquei Clube de Santos. Mas o que marcou época foi o Parque Indígena.

O Tênis Clube de Santos foi fundado em 2 de junho de 1926, na Rua Embaixador Pedro de Toledo, hoje com entrada pela Rua Minas Gerais. Desde 1930 realiza o Campeonato Aberto de Tênis, que sempre contou com a participação de tenistas internacionais. É dele também a primeira piscina de Santos, inaugurada em 1936.

O Clube XV foi fundado em 12 de junho de 1869, no centro da cidade e surgiu do desentendimento de um grupo de sócios da antiga Sociedade Carnavalesca Santista. Com objetivo inicial de conquistar destaque nas atividades carnavalescas e nos programas sociais. A 16 de julho de 1934, mudou-se para sua sede própria, na praia, na Av. Presidente Wilson nº 13 (esquina com a Rua Marcílio Dias) - antiga sede social do Jockey Club de Santos. O Clube XV foi cenário para atrações musicais de renome no País e internacionalmente.

O Miramar era uma construção de madeira e vidro, com amplos espaços abertos. Ocupava o quarteirão e dividia-se em: um salão de concertos, um salão de jogos (como roletas, entre outros) e um cinematógrafo:

O Boqueirão é um dos bairros mais calmos da cidade. Tem uma bela praia e um cinema de nome famoso: Miramar. Este nome lembra épocas ruidosas para o conhecido bairro, quando o Miramar era um grande centro de diversões, conhecido em todo o mundo. Com seu Casino funcionando, os seus “dancings” sempre cheios, os seus cinemas abarrotados, os seus atrativos movimentando a cidade toda. Hoje, porém, ali só há melancolia e saudade. Recordações tristes do antigo esplendor. (TRIGO, 1941, p.59).

Já o Parque Indígena, de frente ao Miramar era uma residência do comendador Júlio Conceição, adquirida em 1908 e depois transformada, com pássaros e orquídeas. Possuía uma área de 22 mil m² entre a Av. Conselheiro Nébias com a praia até a Rua Embaixador Pedro de Toledo. Apesar de ser uma propriedade particular, abria algumas vezes e recebia visitas famosas. “A residência – que já existia quando a propriedade foi adquirida – voltada para o mar, era uma belíssima construção em estilo eclético, com uma varanda à frente, sustentados por 4 colunas e anunciada por alas de palmeiras imperiais.” (PEREIRA, 1990, p.13).

O local era composto por três grandes pomares. As 90 mil mudas de orquídeas estavam colocadas nas árvores e nos suinãs vermelhos e róseos e nos xaxins sobre lajes de pedra. O piso era formado de conchas, vindas dos Sambaquis de Praia Grande. O grande número de pássaros atraía observadores todas as tardes, quando eram alimentados. Do lado da praia, havia cabines de banho. Visitantes importantes na cidade – nacionais e estrangeiros – tinham visita obrigatória no local.

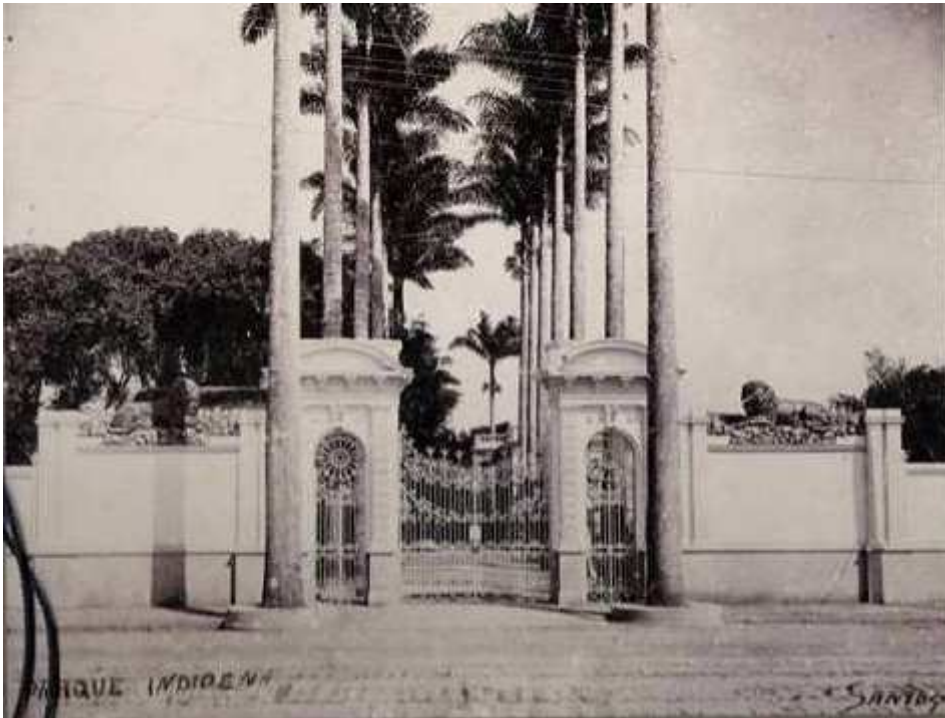


Figura 9: Os portões de entrada do Parque Indígena. (PEREIRA, 1990. P.14)



Figura 10: Mansão de Júlio Conceição – Parque Indígena. (PEREIRA, 1990. P.14)

Finalizando, o Hotel Parque Balneário, localizado na Avenida Ana Costa representou um ponto de referência na cidade principalmente no auge de suas atividades, quando o cassino funcionava, atraindo gente rica e artistas. Seu luxo e conforto atraíam reis e presidentes (como Washington Luís e Getúlio Vargas).

Adquirido em 1912 pelos irmãos Fraccaroli, o primitivo Parque Balneário era, até então, uma construção pequena. Depois das reformas iniciadas em 1922, quando a Companhia Construtora de Santos, presidida pelo economista e empresário Roberto Simonsen, iniciou as obras do luxuoso Balneário. A partir daí passou a ocupar um quarteirão inteiro, limitado pelas avenidas da praia e Ana Costa e ruas Fernão Dias e Carlos Afonseca e passou a receber a elite cafeeira paulista, num tempo em que em torno dela gravitava toda a economia nacional.

O material empregado em sua construção foi quase todo importado. O mármore veio da Itália e de Portugal. As peças sanitárias e as pastilhas do chão eram inglesas. Os cristais dos lustres e das taças tinham origem tcheca. A mobília e os talheres, todos de prata, provinham da França.

Concluindo, o Ginásio de Santos localizava-se no centro geográfico, social e cultural da cidade, em uma região frequentada pela elite. O próprio prédio da instituição foi utilizado para um evento importante do ponto de vista histórico local: a comemoração do Centenário da elevação de Santos de vila para cidade (1939).

O centenário da cidade de Santos e as comemorações no bairro Boqueirão.



Figura 11 - Pórtico de entrada na Av. Conselheiro Nébias. Autor: Sophia Pretzel Waldheim. Data: 1939
Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS)

Em 1939, foram grandiosas as comemorações do centenário da elevação da vila à categoria de cidade de Santos, foi montada uma grande estrutura de exposições, no terreno da Companhia City, no quadrilátero entre as ruas Mato Grosso (criada em 1923), Itapura de Miranda (1933), Azevedo Sodré (1914) e Washington Luís (1923), no quarteirão onde se localiza o Ginásio de Santos (atual E.E. Canadá), no bairro Boqueirão. Vários estandes funcionaram até julho daquele ano. O construtor Artacho Jurado montou esses pavilhões e o próprio prédio da escola foi aproveitado, com salão de pintura e arte, Escola Escolástica Rosa, sala de Imprensa, Cia Docas de Santos, instituições diversas, expositores, teatro.

Como o prédio do Ginásio foi utilizado por seis meses, é possível concluir que a rotina dos alunos também foi afetada, já que o conhecimento histórico propiciado pelo evento foi de duração longa e evidenciando que a sociedade valorizava essa nova instituição de ensino.

Na Revista Comemorativa editada pela Exposição do Centenário da elevação de Santos à categoria de cidade, promovida pela Prefeitura Municipal, existe uma planta da exposição, com todas as atividades desenvolvidas. A área circulada é o prédio do Ginásio de Santos (grifo da autora).



Figura 12: Planta da exposição do Centenário da cidade de Santos – 1939. N.28 – Prédio do Ginásio de Santos.

Revista Comemorativa do Centenário de Santos 1939.⁶

Essa exposição foi organizada e financiada e realizada pelo Sr. João Artacho Jurado, na qualidade de Comissário Geral, em virtude do contrato assinado com a Prefeitura Municipal, durante o mandato do prefeito Cyro de Athayde Carneiro (1938-1941). Recebeu também o patrocínio de duas entidades: a Sociedade Pró Cidade de Santos e o Touring Club do Brasil.

6 - 1: Pórtico de Entrada – 2: Comissariado Geral – 3: Delegacia de Polícia – 4: Departamento Pessoal – 5: Secretaria – 6: Bandeira Nacional – 7: Pavilhão Municipal – 8: Pavilhão Touring do Brasil (informações e vendas de selos) – 9: Pavilhão da E.F. Sorocabana – 10: Pavilhão do Dep. Nac. do Café – 11: Pavilhão da Cia City – 12: Pavilhão do Instituto do Café – 13: Pavilhão da São Paulo Railway – 14: Bar “Bavária” (com números artísticos) – 15: Museu de Cera do Dr. Alberto Baldissara – 16: Cassino da Exposição – 17: Rink de Patinação – 18: Rádio Studio – 19: Pavilhão Braz Cubas (Expositores) – 20: Palco para concertos ao ar livre – 21: Pavilhão “Machinas Recorde” – 22: Pavilhão da Casa Teixeira – 23: Pavilhão “José Bonifácio” – 24: Pavilhão de Ernesto Dziabas – 25: Pavilhão das águas de Lyndóia – 26: Pavilhão Matarazzo – 27: Bar “Antártica” – **28: Edifício do Ginásio de Santos (Salão de pintura e arte, Escola Escolástica Rosa, Sala de Imprensa, Cia Docas de Santos, Instituições diversas, Expositores, Teatro)** – 29: Cinema ao ar livre – 30: Bar “Cascatinha” – 31: Dangler – 32: Roda Gigante – 33: Auto Pista – 34: Viagem à Lua – 35: Bar “Antarctica” – 36: Rumba – 37: Carroussel – 38: Balanços Venezianos – 39: Churrasqueira Argentina – 40: Pavilhão do Instituto Nacional – 41: Experiência Científica do Professor Wilson – 42: Mulher Aranha – 43: Tablado para Bailes – 44: Estádio de Box – 45: Estação dos Bonds “Camarões” – 46: Estação do Trenzinho LIIIputiano – 47: Bar “Brahma” – 48: Barracas de Tiro ao Alvo – 49: Autopista Infantil – 50: Marrequinhos – 51: Bar “Antarctica” – 52: Chicote – 53: Barracas de Habilidades – 54: Departamento de Atrações – 55: Entrada Avenida Washington Luís – 56: Arco Monumental “Cinzano” – 57: Fonte Luminosa – 58: Cruzada das Senhoras Católicas.



Figura 13 - SELO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA CIDADE – 1939

Selo oferecido a Novo Milênio pelo historiador Waldir Rueda.

As exposições nos demais espaços eram variadas, havendo estandes comerciais e culturais, como o Museu de Cera do Dr. Alberto Baldissara, e os parques infantis. Também foi instalado o Bar Bavária, considerado por muitos um ponto de encontro e diversão marcantes, pois contava com pista de dança e *show* de variedades apresentados pelo humorista Príncipe Maluc.



Figura 14 - Entrada da exposição. Autor: Sophia PretzelWaldheim. Data: 1939.
Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS)

O jornal santista A Tribuna lançou uma edição especial comemorativa de 96 páginas em oito cadernos, em 26 de janeiro de 1939, com arte em bico-de-pena de José Wasth Rodrigues.

A edição especial do centenário da elevação de Santos à categoria de cidade reuniu depoimentos e artigos especiais, um balanço da situação em 1939 da cidade, do estado de São Paulo e do Brasil, evocações históricas, uma planta da cidade especialmente feita para a edição, as comemorações que ocorreriam naquela semana, os novos edifícios públicos e particulares que estavam surgindo.

DIRETOR
M. NACIMENTO ANDRE
Rua General Canabé No. 1644
Casa de Correo, 215

GERENTE
OSWALDO SANTOS
Praça Estrela, 2832
Administracao, 219

NUM. 201

SANTOS — Quinta-feira, 20 de Janeiro de 1939

ANNO XLV



Figura 15 - Edição comemorativa do jornal A Tribuna pelo Centenário - 1939.

Cada página tinha geralmente um cabeçalho e um rodapé especiais, alusivos à data, também com arte à bico-de-pena de José Wash Rodrigues, como as que seguem:



Figura 16 - Arte de J. Wash Rodrigues no cabeçalho (dividido aqui em três partes) de cada página da edição especial de A Tribuna de 26 de janeiro de 1939. Exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.



Figura 17 - Arte de J. Wash Rodrigues no rodapé (dividido aqui em duas partes) de cada página da edição especial de A Tribuna de 26 de janeiro de 1939. Exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

Esse evento, conclui-se, marca a vida da cidade e torna possível a circulação de pessoas no local onde o Ginásio do Estado apresentava-se com majestosa arquitetura e qual a importância que a cidade dava à educação.

Capítulo 2 – Os agentes de ensino e da produção do conhecimento histórico

Para entender o conhecimento histórico dentro das instituições escolares, faz-se necessário debruçar sobre a carreira do magistério no ensino secundário, durante a Era Vargas.

No ano de 1937, havia no Estado de São Paulo, 294 homens atuando no magistério secundário e 57 mulheres, sendo 316 professores catedráticos e 35 professores auxiliares. (São Paulo, Anuário, 1936-1937. Apud: SOUZA, Rosa, DINIZ, Carlos. 2014, p.229).

Todos eles deveriam obter o Registro de Professores, por disciplina lecionada, no Departamento Nacional de Ensino. As exigências do Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931 eram:

Art. 69. A título provisório será concedida inscrição no Registro de Professores aos que o requerem, dentro de seis meses a contar da data da publicação deste decreto, instruindo o requerimento dirigido ao Departamento Nacional do Ensino, com os seguintes documentos:

- a) Prova de identidade;
- b) prova de identidade moral;
- c) certidão de idade;
- d) certidão de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior, do país ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscrição;
- e) quaisquer títulos ou diplomas científicos que possuam, bem como exemplares de trabalhos publicados;
- f) prova de exercício regular no magistério, pelo menos durante dois anos.

Parágrafo único. O documento a que se refere este artigo na letra d) poderá ser substituído por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo ministro da Educação e Saúde Pública e constituída por 3 professores do magistério secundário oficial e 2 do equiparado. (Título III – Registro de professores).

No período estudado dois médicos ocuparam o cargo de professor de História no Ginásio de Santos: Dr. José Dantas, desde a criação em 1934 até 1937 e o Dr. Avelino da Paz Vieira⁷, que ingressou em 1937, foi efetivado através de um concurso em 1945 (DOU 04/07/1945, N.24.103-45) e permaneceu na escola até a sua aposentadoria em 1967.

Outros professores também lecionaram nessa escola, tais como a professora Maria dos Santos Fonseca, formada em História, mas seu ingresso foi em 1948, no período que não faz parte desse trabalho.

Portanto, o ensino de História no Ginásio de Santos esteve sob a regência de um único professor, o Dr. Avelino da Paz Vieira, do qual tentaremos traçar o seu perfil. Filho de José Américo Vieira e Maria Virginia Camargo Vieira, lavradores pobres de Piracicaba, teve a data de seus documentos alterados para poder entrar na escola mais cedo, o que demonstra uma preocupação dos pais em oferecer uma boa formação para seu filho, em busca de uma ascensão social. Embora tenha nascido no dia 22 de novembro de 1902, seus documentos trazem o dia 24 de janeiro do mesmo ano como data oficial. Nessa época, havia uma família de posses, de sobrenome Feicane que ajudou muito a cria-lo.

Os primeiros anos de estudo foram na própria Piracicaba, até a Escola Normal, mas se desinteressou pela carreira de professor primário, devido a conselho de amigos e dos próprios pais que sonhavam em ver o filho doutor. A partir de então, mudou-se para São Paulo e frequentou o curso preparatório no Colégio “Oswaldo Cruz”. Sua primeira faculdade foi a de Farmácia e Odontologia em Pindamonhangaba, formando-se farmacêutico em 22 de novembro de 1926, no mesmo dia que completava 24 anos. Nesse período o primeiro baque: seus pais haviam morrido e ele decidiu, com apoio da noiva, Alzira Simões Vieira, cursar a Faculdade de Medicina. Eles se casaram em 1927 e ela cuidou durante um tempo da farmácia que ele tinha em Santo André. Depois se mudaram definitivamente para o Rio de Janeiro. Ele frequentou o curso da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1933. Seu filho, Dr. José Cassio, acredita que ele ainda tenha ficado por lá durante um ano, trabalhando no seu consultório.

Mudança para Santos

Após a formatura em Medicina, Dr. Avelino recebeu uma carta de recomendação do Prof. Arnaldo Vieira de Moraes (Ginecologia), que o apresentava ao Prof. Raul Brique (Ginecologia e Obstetrícia). Com essa carta havia a possibilidade de tornar-se professor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Mas ele preferiu não se apresentar e mudou-se para Santos, onde os cunhados (Dr. Benedito de Castro Simões e Dr. João de Castro

7. Os dados sobre o professor Avelino foram obtidos a partir de duas entrevistas feitas com seu filho, o Dr. José Cassio Simões Vieira. Uma delas feita em 1977 pelos alunos da Escola Avelino da Paz Vieira e outra, realizada por mim, no dia 02 de maio de 2014. Foram também pesquisados alguns documentos oficiais.

Simões) e a sogra já viviam. Sua esposa queria muito viver perto da família.

Ao chegar a Santos, foi trabalhar na Santa Casa de Misericórdia, mas naquela época, não havia salário para esses médicos e ele precisou desdobrar-se em outros empregos, inclusive como professor de História.

Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba.

Nesse trabalho de conhecimento histórico no Ginásio de Santos, durante a Era Vargas (1930-1945) será abordada a formação do Dr. Avelino da Paz Vieira, que exerceu o cargo de professor de História nessa instituição. Tentando compreender sua formação, será analisada alguns estudos feitos a respeito da biblioteca da Escola Normal de Piracicaba⁸, onde ele estudou na adolescência.

No texto “Biblioteca da Escola Norma de Piracicaba: Constituição do acervo e cultura pedagógica (1911-1920)” a autora, Ana Clara Bortoleto Nery, apresenta resultados sobre a constituição do acervo histórico presente na biblioteca da antiga Escola Normal de Piracicaba entre 1911 e 1920.

O objetivo desse trabalho é “debruçar sobre as marcas materiais resultantes das políticas de formação do leitor ao longo do tempo”. Também descreve quais as duas funções das bibliotecas de formação:

Para as bibliotecas, de modo geral, duas funções foram atribuídas: de um lado, recortar e selecionar do imenso universo de publicações aquelas que fossem consideradas apropriadas ao leitor, organizando e dispondo da melhor maneira possível o conjunto bibliográfico adquirido; de outro, adquiriu o papel de instituição de formação práticas que levavam o desenvolvimento do indivíduo e, por conseguinte, das sociedades.
(NERY, 2008. p.1)

No caso de uma biblioteca de formação de professores, fica fácil perceber qual a diretriz pedagógica pretendida pela instituição, através da escolha da bibliografia e o tipo de livros adotados. No caso da biblioteca de Piracicaba, sua função era dupla: servia como fonte de leituras para os mestres deste estabelecimento e para a formação de novos pro-

8. Serão utilizados dois textos de Ana Clara Bortoleto Nery (UNESP - Marília): “Biblioteca da Escola Norma de Piracicaba: Constituição do acervo e cultura pedagógica (1911-1920) ”. e “Cultura pedagógica e formação de professores: A biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920)”. São textos complementares e contribuíram para a compreensão a respeito da formação dos professores dessa instituição.

fessores. Dessa forma, acreditava-se que o professorado estaria em constante contato com a evolução da moderna pedagogia, já praticada nos países mais adiantados. Até mesmo o tipo de estantes que deveriam guardar esses livros era padronizado.

Analisando o livro de Tombo, a autora percebe a existência de três bibliotecas: a Biblioteca da Escola Normal Primária, para formação de professores, a biblioteca infanto-juvenil, destina à Escola Modelo Anexa e a biblioteca de Geografia e História. Nessa última, pelo levantamento feito pelo bibliotecário de 1920, havia 74 livros de História e Geografia.

No texto “Cultura pedagógica e formação de professores: A biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920)”, a autora informa que foram encontrados dois autores: Dr. José de Mello Moraes (*Chronica geral do Brazil*) e Pereira da Silva (*História da fundação do Império Brasileiro*).

Alexandre José de Mello Moraes era médico e historiador, nascido em Maceió, em 1816 e falecido no Rio de Janeiro em 1882. Também escreveu a biografia do Padre Diogo Antônio Feijó e a obra *História do Brasil-reino e do Brasil-império*.

Já João Manoel Pereira da Silva, era carioca e viveu entre 1817 e 1898. Formou-se em Direito e dedicou-se à literatura, com textos de ambientação histórica, publicados no *Jornal do Commercio*. Fundou em 1839, junto com Pedro de Alcântara Bellegarde e Josino do Nascimento Silva, a *Revista Nacional e Estrangeira*, que circulou até 1841. Vinculado ao Partido Conservador em sua província de origem, foi deputado geral em vários mandatos entre 1843 a 1887.

Assim, poder-se-ia pensar que o Dr. Avelino frequentando a Escola Normal, tenha recebido uma formação em História.

Dupla carreira

Como médico

Sua principal especialidade era Ginecologia e Obstetrícia, mas também dedicou-se à Cirurgia Geral na Santa Casa de Santos, desde 09 de janeiro de 1934. Em 30 de janeiro de 1939, foi nomeado chefe do 1º Ambulatório de Clínica Médica de Senhoras e Clínica Obstétrica. Em 13 de outubro de 1948, como o remanejamento dos serviços, seu ambulatório é extinto, passando a assumir o cargo de Chefe de Clínica da 1ª Clínica Cirúrgica e Ginecológica. Em 17 de julho de 1962, após o concurso, assume a chefia geral dessa 1ª Clínica Cirúrgica e Ginecológica, cargo que ocupou até seu falecimento.

Além da Santa Casa de Misericórdia, também trabalhou no Hospital Beneficência Portuguesa de Santos. Operou na Casa de Saúde e num hospital de São Vicente. Foi sócio da Associação dos Médicos de Santos.



Figura 18 - Formatura na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, 1933. Arquivo da família.

Como professor

O Dr. Avelino começou a trabalhar como professor quando já era casado, pai de uma filha e tendo a esposa grávida do segundo filho. A Lei facilitava a quem tivesse curso superior lecionar no ensino secundário. Naquela época a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ainda não havia formado professores em número suficiente para suprir toda a necessidade das escolas. Começou a dar aulas no dia 16 de março de 1937, substituindo o Dr. José Dantas no Ginásio do Estado em Santos (atual E.E. Canadá), onde permaneceu até sua aposentadoria em 1967. No mesmo mês assumiu as aulas de Puericultura do Liceu Feminino Santista. (34º Relatório da Associação Feminina Santista 1937, p. 7,8,9 e 16).

No início da década de 1940 a Lei exigiu que os professores que já lecionavam, se submetessem a um concurso. O concurso era constituído de prova e escrita e prova oral. Um dos membros da banca foi o Prof. Cezarino Jr. (catedrático de Direito, na Faculdade do Largo do São Francisco). Segundo o relato de seu filho, Dr. José Cassio, o Prof. Avelino levava os livros de estudo para o consultório e aproveitava os intervalos entre as consultas para estudar. Foi aprovado e no dia 04 de julho de 1945 foi publicada no Diário Oficial, a nomeação do professor Avelino da Paz Vieira no cargo de História Geral e do Brasil, 2º ciclo (nº 24.103-45). Antes de tornar-se professor concursado, ele respondeu a um processo no DOPS.

De acordo com o processo nº 3328, instaurado em 16/11/1942, o Dr. Avelino da Paz Vieira foi acusado de infringir a Lei nº 431 de 18 de maio de 1938 (crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social).

De acordo com esse decreto-Lei:

Art. 3º São ainda crimes da mesma natureza:

(...)

24) provocar ou incitar, por meio de palavras, gravuras ou inscrições de qualquer espécie, prevenção, hostilidade ou desprezo contra as forças armadas;

Pena – 6 meses a 2 anos de prisão;

(...)

Art. 11. Os funcionários civis e militares condenados por crime definidos nesta lei ficam inabilitados, pelo prazo de 10 anos, de exercer qualquer cargo ou função em serviço público, ou em instituto ou serviço mantido ou subvencionado pela União, pelos Estados ou Municípios, assim como em empresas ou estabelecimentos concessionários de serviços públicos, sob fiscalização do poder público ou com administrador nomeado pelo Governo.

(...)

Art. 20. A pena de prisão a que se refere esta lei será a de prisão celular, podendo, no entanto, o ministro da Justiça e Negócios Interiores mandar, a qualquer tempo, que a mesma seja cumprida em estabelecimentos especiais ou em colônias penais agrícolas.

O Inspetor Federal de Ensino da época da denúncia, o Sr. Luiz Tramonte Garcia, também encaminhou uma representação a Diretora da Divisão do Ensino Secundário no Rio de Janeiro, a Lucia Magalhães.

Nesse processo podemos observar quatro aspectos relevantes:

- A fala do professor, transformada em denúncia pelo aluno, em tempos de 2ª Guerra Mundial;

Durante uma aula da 4ª série do Ginásio do Estado, no dia 11 de maio de 1942, fez uma alusão elogiosa a atuação dos soldados alemães e japoneses, pela sua organização e disciplina. O aluno denunciante, Armindo Gago Lourenço, de 18 anos, afirmou que o professor diminuiu o valor dos soldados brasileiros, ao afirmar que os EUA não queriam soldados do sul do nosso país e que “se dez anos antes a Argentina tivesse declarado guerra ao Brasil, deveríamos nos render de joelhos”.

- As disputas entre professor e inspetor pela vaga na cadeira de História no Ginásio de Santos;

O Inspetor Federal de Ensino Luiz Tramonte Garcia, que atuava no Ginásio em 1942, não conseguiu nomear sua esposa para reger as cadeiras de História Geral e do Brasil e procurou vingar-se por esse meio desleal. ” (Prontuário 10.644 fls. 6).

- O uso das festas cívicas para discursos elogiosos ao presidente e à sua política de aproximação aos países Aliados (em especial os EUA).

O Inspetor Federal de Ensino Roberal Roche Moreira, que passou a ser responsável pelo Ginásio de Santos em 1943, deu um depoimento favorável ao professor, alegando que: “teve oportunidade no dia 10 de novembro último (1942) quando o Ginásio do Estado comemorava solenemente o Dia do Estado Nacional, de ouvir uma conferência feita pelo professor Avelino Vieira teve ocasião de pronunciar palavras de entusiasmo pelo nosso atual governo e pela pessoa do presidente Getúlio Vargas, terminando-a com as palavras que o professor Doutor Alfredo Monteiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pronunciara, fazia pouco, na Capital Federal, em uma solenidade: ‘perante V. Excia. como brasileiro estou pronto para servi-lo e, como soldado, perfilo-me.’ (Processo Nº 3328, fl. V).

- Indício de participação favorável à entrada do Brasil no conflito e uma aula de estudo do meio:

No depoimento do diretor Mario Marques de Oliveira, também houve uma defesa da atitude do professor, pois, na sua opinião, os alunos não haviam entendido a colocação

do mestre. Afirmou que reconhecia no Dr. Avelino um patriota, já que havia organizado a campanha do alumínio no Ginásio; levou os alunos ao porto para visitarem os seis navios construídos em estaleiros nacionais e arrumou passagem e condução para que os alunos conhecessem a Base Aérea em Bocaina.

A campanha de coleta municipal de metais foi realmente realizada, e recebeu o nome de Pirâmide Monte Serrat, com objetivo de arrecadar metais, para a indústria de guerra brasileira, como documentou Manoel Pereira de Souza, em seu livro “Soldados da retaguarda: A formação de um front em Santos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945) ”:

No dia 12 de setembro (1942), o Ginásio do Estado, futuro colégio Canadá, inaugurou a Pirâmide Duque de Caxias, uma iniciativa do Professor de História do Brasil, Dr. Avelino Vieira, que arrecadaria quase uma tonelada e meia de metal nas primeiras três semanas de campanha. (SOUZA, 2012.p.45)

Embora fizesse parte de uma campanha maior, a coleta feita pelo Ginásio do Estado ganhou nome próprio – Pirâmide Duque de Caxias. Curioso observar que, tanto a campanha pela arrecadação de metais, como o discurso favorável ao chefe da Nação ocorreram após a denúncia do aluno Armino Gago Lourenço, acusando o professor de “apologia às forças do Eixo”. Por outro lado, esses mesmos fatos demonstram que o conhecimento histórico não se restringia às aulas de História, também se desenvolviam nas festas cívicas e no envolvimento da escola nos movimentos sociais do período.

No dia 16 de março de 1943 o Delegado de Polícia encaminhou o Relatório ao Tribunal do Rio de Janeiro, que em 16 de maio de 1943 considerou ser incompetente para julgá-lo. O processo só terminou em 27 de abril de 1945, quando o Presidente do Tribunal de Segurança Nacional, Ministro F. de Barros Barreto inocentou o Prof. Avelino.

No mesmo período da cidade de Santos, ocorreu o processo do professor Francisco Domenico, do Ginásio Tarquínio Silva, que se declarou contrário à decisão do governo de confiscar os bens dos súditos do Eixo, durante uma solenidade na escola. Foi denunciado e processado, conforme publicado no Jornal A Tribuna (05 de janeiro de 1943. p.2).

A atuação da Inspeção de Educação cumpria seu objetivo de regular o ensino, intervindo no cotidiano da sala de aula.

No Estado Novo (1937-1945), também através dos serviços de inspeção, foi elaborado um aparato legal para inserir, nas práticas pedagógicas das escolas sob fiscalização, um ambiente educativo propício ao nacionalismo e à formação de cidadãos nos moldes militaristas do regime. (DIAS, Amália, ALVES, Claudia. 2014, p. 47).

O objetivo era criar um modelo de trabalho do professor que coadunasse com a função política da educação escolar esperada pelo Ministério da Educação. Nas palavras do ministro Gustavo Capanema, durante a abertura da I Conferência Nacional de Educação (1941) “a educação não podia ser neutra, mas teria de **‘se colocar decisivamente ao serviço da nação’**”. (grifo meu). No subtítulo “A Legislação referente a disciplina de Educação Moral, História e Geografia”, esse tema já foi abordado.

Produção cultural no Estado Novo: Autores e Livros e Cultura Política.

A análise de duas publicações da imprensa justifica-se nessa dissertação, como uma forma de conhecer o pensamento histórico acessado pelo grande público naquela época, que provavelmente influenciou o professor Avelino.

Durante o Estado Novo duas publicações da imprensa divulgavam a produção cultural brasileira: o suplemento literário do jornal “A Manhã”, chamado Autores e Livros e a Revista Cultura Política. Ambos surgiram em 1941 e tinham objetivos bem específicos:

Enquanto em Autores e Livros é possível fazer uma discussão historiográfica fundada no delineamento “de quem é” o historiador e “do que constitui” o trabalho do historiador, em Cultura Política o caminho mais frutífero é o que busca compreender “qual o lugar da história” na construção do discurso estado-novista e, como desdobramento, “qual é a história do Brasil” que se está escrevendo nesse momento para um público de elite, mas não circunscrito aos círculos da educação formal. (GOMES, 1996, p.133-134).

No suplemento Autores e Livros, intelectuais da época analisam historiadores de final do século XIX e início dos trinta primeiros anos do século XX. A definição de

“historiador” era bastante ampla: ia desde estudos de documentos aos romances históricos, passando por publicação de compêndios escolares, ensaios históricos, tradução e prefaciamento de livros estrangeiros. Devido a essa gama tão eclética de profissionais, é importante discutir algumas questões:

a) A noção de intelectual: A definição que melhor se encaixa com essa publicação é a de um “especialista no processo de criação e transmissão cultural, que despertam a atenção dos envolvidos com o ‘círculo do poder político’, por suas capacidades de interpretar a realidade social e produzir ‘visões de mundo’.” (GOMES, 1996. p.39)

A noção de geração: Difere da noção clássica de pessoas da mesma idade e classe social e chega à conclusão de que fazem parte da mesma geração todos aqueles que comungam de uma memória comum e de valores, que transmitem àqueles que não vivenciaram. Só é possível identificar uma geração quando comparada a outra, seja por simpatia ou competição.

b) A noção de sociabilidade moderna: Essa definição passa pelo conceito “geográfico”, quando identifica em quais espaços ocorrem essa sociabilidade (escolas, revistas, salões) e pelo sentido simbólico, ligados aos sentimentos de amizades ou hostilidades entre os membros dessa geração de intelectuais.

Essas noções remetem ao entendimento da formação de tradições intelectuais, que marcam o perfil de gerações. No caso da Autores e Livros, existe algumas semelhanças entre os homenageados: todos eram brasileiros e estavam mortos. Também havia relação entre os homenageadores e homenageados: todos bem-nascidos e bem-educados, em sua maioria com curso superior e exerciam atividades ligadas ao jornalismo. Os lugares de sociabilidade mais frequentados por esses intelectuais eram a Revista Brasileira e a Academia Brasileira de Letras (ABL).⁹

Esses intelectuais procuravam afastar-se das disputas políticas e adotavam uma postura neutra, de acordo com a escola metodológica, que pressupunha um distanciamento entre o objeto de estudo e o observador.

Já a revista, dirigida por Almir Andrade analisa diversos assuntos da cultura e história brasileiras, servindo como uma prestadora de serviços ao Brasil. Ela trazia

matérias sobre política, economia, artes, letras e ciências, incluindo temas do momento, como a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, o objetivo da publicação é o de “conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para o conflito”. (GOMES, 1996. p.130).

Entre suas diversas seções, havia “Brasil social, intelectual e artístico”, que explicava a importância dos investimentos feitos pelo Estado Novo. No grupo de colaboradores para essa seção encontramos intelectuais/ideólogos do Estado Novo e colaboradores “especializados” em determinados assuntos. Os primeiros procuravam discutir a nova proposta política, enquanto os segundos escreviam sobre assuntos variados e especificamente para serem publicados nessa Revista, sem outro tipo de projeção no mundo intelectual.

Diferentemente da “Autores e Livros”, a “Cultura Política” afirmava a necessidade de aproximação entre o meio político e os intelectuais. Estes eram considerados “especialistas”¹⁰ capazes de promover o progresso sociocultural, portanto, deveriam pactuar com o aparelho do Estado. Dessa maneira, o “espírito nacional” estaria garantido, pois somente o intelectual seria capaz de interpretar a brasilidade. Sem cair no campo das promessas, ele indicaria quais atitudes o Estado Novo deveria assumir na esfera da cultura.

Para alcançar esse objetivo, cabia aos intelectuais recuperarem o passado brasileiro, sem permitir um sentimento de inferioridade ou de superioridade, ambos considerados prejudiciais ao “espírito nacional”. Os editoriais dessa revista procuram interpretar e dar sentido a nossa história sem utopia nem fatalismo. Castro Gomes (1996) interpreta da seguinte maneira:

9. A Revista Brasileira foi o núcleo organizacional do grupo de intelectuais que, no início da estabilização política da República – em 1898 – decide criar a Academia Brasileira de Letras (ABL). Feitas a Abolição e a República, e ultrapassados os anos entrópicos do militarismo e do jacobinismo, tratava-se de rearticular o campo intelectual em novas bases, mais afastadas dos engajamentos políticos e das questões culturais que assolaram as décadas de 70 e 80 do século passado. A segunda metade dos anos 1890 inaugurava um outro tempo, não sendo casual o sucesso do projeto intelectual que orientou o grupo da revista. Tratava-se de fundar uma associação – no conhecido modelo das academias -, cujo objetivo precípua seria afirmar “profissionalmente” o intelectual, “afastando-o” da política (a dimensão partidária é clara) e propiciando a valorização de “um ponto de vista mais realista”, isto é, mais “neutro” e, portanto, mais competente. (GOMES, 1996. p.48).

Esse “sentido”, a nosso juízo, é identificado no processo de centralização política que estaria presente na evolução social do Brasil através do tempo, iniciada com Tomé de Sousa e ganhando contornos contemporâneos com Getúlio Vargas. A “vocação centralizadora que o estudo da história do Brasil vinha traçando confirmava-se em todas as experiências fracassadas de descentraliza o, quer das capit nias hereditárias, quer do hiperfederalismo republicano. Nada surpreendente, portanto, considerando-se a experiência política estado-novista (p.144)

Segundo Ângela de Castro Gomes, toda essa “mentalidade” centralizadora e nacionalista, repercutirá no ensino de História. A começar pela Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-lei n  4.244 de 9 de abril 1942 – que tornou aut noma a disciplina de História do Brasil. Também repercutiu na cria o do Museu Imperial em Petrópolis, no surgimento de novos Institutos Históricos e Geográficos pelo país e pelas 23 associa es históricas subsidiadas pelo governo federal.

Outra forma de recupera o do passado era o calendário de comemora es de nascimento e morte dos brasileiros mais importantes e os centenários de acontecimentos. Os historiadores organizavam as exposi es, congressos, publica es e esses eventos contavam com a presença e o apoio do Ministério da Educa o e Saúde.¹¹

10. Esse debate sobre intelectuais “especialistas” ou expertos foi muito bem definido por BOBBIO, 1997: “[...] os expertos são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem que a a o que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo.”

11. Uma análise dessas festas e a participa o das escolas já foi desenvolvida por Manoel Pereira de Souza, na disserta o “Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso chefe, as comemora es cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)”.

Capítulo 3 – O ensino e os lugares de conhecimento histórico.

O conhecimento histórico no Brasil: a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 21 de outubro de 1838, em pleno Período Regencial (1831-1840) e com objetivos muito claros: pretendia estabelecer contatos com as províncias, para o recolhimento de documentos relativos à história e geografia do Brasil e manter contato com membros de instituições congêneres em diversos países. Também pretendia estimular a produção de trabalhos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira. Nesse período, a única obra sobre o conjunto da história brasileira era de autoria do inglês, Robert Southey.

Seus membros e sócios fundadores eram figuras da elite política do Império, “homens da geração da Independência”, que pretendiam alcançar objetivos político-administrativos e intelectuais muito superiores aos da rotina acadêmica. Segundo Wehling:

Enquanto entre os sócios efetivos predominava a alta burocracia, o quadro de sócios honorários brasileiros era nitidamente político, predominando justamente os representantes regressistas [grupo que desejava o retorno de D. Pedro I] e que fundariam o partido conservador. (1994 p.153)

Portanto, o IHGB tinha também a função de formar e aperfeiçoar os quadros funcionais e para isso deveria seguir uma linha política bastante definida. Seus fundadores rejeitavam o absolutismo e a lusofonia, assim como recusavam o liberalismo radical e o republicanismo.

No ano da fundação do Instituto, o Brasil enfrentava revoltas em vários estados, tais como a Sabinada (BA), Balaiada (PA) e a Revolução Farroupilha (RS), correndo o risco de separação do território. Também surgiam ideias abolicionistas, apoiada inclusive pelo ex-Regente Feijó, que ameaçavam o projeto de Monarquia Constitucional defendido pelos integrantes do IHGB. Dessa forma, não é de se estranhar que as obras produzidas sob a orientação do IHGB defendessem esse projeto político.

Os fundadores do IHGB falavam como os historiadores desde o final do século XVIII, numa história tríplice: filosófica (interpretativa, que

elucidasse o significado dos acontecimentos à luz das grandes tendências), pragmática (que servisse de orientação para a sociedade do presente) e crítica (que através de métodos confiáveis, restabelecesse a verdade objetiva, ressalvadas as distorções partidárias, quer políticas, quer religiosas, e os excessos literários). (WEHLING, 1994. p.166)

Esse posicionamento estava em choque com a postura francesa/germânica da mesma época. O caráter filosófico havia sido abandonado pelos Metódicos, por considera-lo excessivamente abstrato. Por outro lado, imitavam os franceses quando procuravam utilizar o conhecimento histórico para aperfeiçoar a realidade social, incentivavam obras históricas que valorizassem seu modelo político (3ª República na França e Monarquia Constitucional no Brasil) e acreditavam que o conhecimento histórico possibilitaria um cientificismo capaz de prever o futuro do país.

O conhecimento histórico e a Escola Metódica

A escola metódica¹² surgiu na Alemanha, tendo o historiador Leopoldo Von Ranke como principal disseminador e ampliou-se na França, com a contribuição de Fustel de Coulanges e de G. Monod, que lançou o manifesto, dando origem à Revista Histórica em 1876; E. Lavissee, Taine, Langlois e Seignobos, esses dois últimos lançaram o guia para os estudantes em 1898.

A Revista Histórica surge com o objetivo de recolher as investigações originais sobre as diversas partes da história e a fornecer informações exatas e completas sobre os estudos históricos nos países estrangeiros e na França. A composição de seus colaboradores é eclética. Em sua maioria são protestantes, embora nos primeiros anos teve um co-diretor católico, alguns judeus e principalmente livres pensadores franco-maçons.

12. A Escola Metódica – dita positivista – é fruto de uma sociedade europeia cientificista do final do século XIX e início do século XX. Nesse período estavam ocorrendo transformações econômicas e políticas: por um lado a consolidação da Revolução Industrial e a supervalorização dos inventos científicos e por outro, a consolidação de duas nações (Itália e Alemanha), além das transformações políticas da Terceira República na França. Esses fatos contribuíram para o surgimento de novos paradigmas no campo do conhecimento histórico. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos.

O principal objetivo dessa escola era atribuir características das ciências naturais às análises históricas, “afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história” (BOURDÉ,1983, p.97) construindo um método de coleta e descrição dos fatos históricos (Seignobos e Langolis). Segundo o historiador alemão Leonard Von Ranke, os postulados da Escola Metódica dividem-se em:

- 1ª regra: Incumbe ao historiador não julgar o passado nem instruir os seus contemporâneos, mas simplesmente dar conta do que realmente se passou;
- 2ª regra: Não há nenhuma interdependência entre o sujeito conhecedor – o historiador – e o objeto do conhecimento – o fato histórico. Por hipótese, o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que lhe permite ser imparcial na percepção dos acontecimentos;
- 3ª regra: A história – o conjunto das *res gestae* (ou realidade histórica) – existe em si, objetivamente; tem mesmo uma dada forma, uma estrutura definida, que é diretamente acessível ao conhecimento;
- 4ª regra: A relação cognitiva é conforme a um modelo mecanicista. O historiador registra o fato histórico, de maneira passiva, como o espelho reflete a imagem de um objeto, como o aparelho fotográfico fixa o aspecto de uma cena ou de uma paisagem;
- 5ª regra: A tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, assente em documentos seguros; a partir desses fatos, por si só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar. Qualquer reflexão teórica é inútil, mesmo prejudicial, porque introduz um elemento de especulação. (BOURDÉ, 1983. p.114)

A utilização de documentos tornaria sua análise rigorosa, universal e científica. Entre as características desse documento destaca-se a plenitude científica (precisa ser idôneo e deve ser classificado de forma encadeada), precisa ter origem comprovada (por isso a preferência por documentos oficiais), possuir uma escritura definitiva (a crítica estaria restrita ao momento de análise das fontes).

A Escola Metódica, utilizando o conceito positivista de ciência, acreditava num processo evolutivo da humanidade e rejeitava qualquer ruptura ou descontinuidade. Nesse método, deveria haver leis de ordem, de evolução, que possibilitassem ao historiador conhecer o passado e prever o futuro.

Essa metodologia para o desenvolvimento da História como ciência encontrou um terreno fértil na França, devido ao incentivo do Estado em financiar a produção desua

própria história e justificando a evolução da sociedade. Mas é aí que consiste a contradição entre a teoria e a prática: embora seus defensores sejam adeptos a neutralidade, ao distanciamento a qualquer dogma ou partidos, A Revista Histórica toma uma posição em favor da República democrática, moderada e centralizadora. Defende a escola laica, gratuita e obrigatória e faz críticas à Igreja católica.

Os colaboradores de A Revista Histórica e os inspiradores das leis que criam a escola da Terceira República (laica, gratuita e obrigatória) frequentam os corredores do Ministério da Instrução Pública, as escolas normais superiores, os templos protestantes ou as lojas maçônicas. Por esse motivo, os manuais escolares produzidos pelos universitários influenciados pelos metódicos, valorizam o culto aos heróis nacionais e incentivam o sentimento patriótico.¹³ Pretendiam

(...) instruir as novas gerações no amor da República, a fim de consolidar a base social do regime; recalcar o obscurantismo clerical tirando à Igreja o controle sobre os espíritos; preparar a vingança contra o inimigo hereditário, contra o Reich alemão.” (BOURDE, 1983. p.109).

Embora tenha sofrido inúmeras críticas, a escola metódica contribuiu para a estabilização da profissão de historiador, que se tornou criteriosa e sistemática, fixou uma metodologia e ampliou o espaço da disciplina de História no meio acadêmico do século XX. Também é importante destacar o espírito crítico desenvolvido pelos Metódicos, educando o olhar do historiador em relação a suas fontes.

13. O curioso dessa relação de admiração e ódio aos alemães, provocada pela guerra Franco-Prussiana de 1870, foi a ida de muitos dos historiadores franceses (G. Monod, E. Lavis, C. Julian, Ch. Seignobos e outros) para os centros de investigação no além-Reno. Acreditavam que precisavam aprender com os alemães a perfeita organização de suas instituições militares, civis, intelectuais, para reconstruir a França. Mas nunca sentiram-se rebaixados em relação ao inimigo, pois consideravam que a história da França era muito superior a germânica.

História Universalista X História Nacionalista.

Na década de 1930 ocorreu no Brasil um debate a respeito da concepção da História, que envolveu o IHGB. De um lado estavam os adeptos da concepção de “evolução da humanidade”, também chamada de universalista, que acreditava que a História deveria partir do entendimento do geral para chegar no particular. Dessa forma, a disciplina de História do Brasil deveria ser inserida na disciplina de História Geral. Essa foi a concepção que prevaleceu na Reforma Educacional de 1931.

A outra visão, chamada nacionalista, acreditava que a História do Brasil deveria partir das particularidades do país e, por esse motivo, defendia a separação da disciplina. Os defensores dessa ideia eram os membros do IHGB e acreditavam que a disciplina deveria glorificar a Pátria e influenciar o civismo. “O presidente do IHGB da época, Max Fleiuss (1934), chegou a enviar ao presidente Getúlio Vargas uma exposição de motivos pela volta da cadeira de História do Brasil nos programas de ensino.” (SANTOS, 2011. p.121).

Entre os professores do Colégio Pedro II também havia discordância: Jonathas Serrano, catedrático de História, acompanhava seus companheiros do IHGB na defesa pela disciplina de História do Brasil, enquanto Delgado de Carvalho, catedrático de Sociologia, era favorável à concepção universalista, cultuada pelos membros da Associação Brasileira da Educação (ABE). O único ponto em comum desses professores era a defesa das ideias da Escola Nova, no sentido que ambos acreditavam que o aluno deveria participar de forma dinâmica do processo de aprendizagem.

O Programa de Ensino de 1931, oriundo da Reforma Francisco Campos, tinha uma concepção universalista da História, apontando um progresso da humanidade, formando uma linha contínua que relacionava passado e presente. Utilizava a periodização clássica: História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea e criou a disciplina História da Civilização, que unia História Geral, da América e do Brasil.

O conteúdo deveria ser ministrado nas cinco séries do Ensino Fundamental e nos dois anos do Ensino Complementar, com dois tempos semanais. Também era utilizada a história biográfica, enfatizando o meio social do passado em que o biografado viveu, como forma de compreender a cultura material, de acordo com um de seus idealizadores, Delgado de Carvalho.

Os professores da época criticaram a centralização da elaboração dos programas, que impedia a introdução de qualquer item regional; o excesso de conteúdos, em comparação com a quantidade de aulas semanais; a justaposição da História da América e do Brasil à História da Civilização e ainda, a dificuldade que os alunos tinham de compreender alguns conceitos do programa. (SANTOS, 2011, p.128). Na análise do Livro Ponto de 1940 do Ginásio de Santos, foi possível notar que o professor Avelino dedicava poucas aulas aos temas de História da América e a História do Brasil estava concentrada na quarta e na quinta séries, como será demonstrado mais adiante.

Somente com a Reforma Capanema (1942), a História do Brasil retornou à grade, com seu objetivo de formação moral e patriótica. Vitória dos membros do IHGB. Também conseguiram influenciar no sentido dessa disciplina:

[...] o ensino de História caracterizava-se pelo ufanismo, exaltando o patriotismo por meio dos atos dos personagens históricos, que deveriam passar “bons valores” e exemplos patrióticos aos jovens; [...] Cabia à História – especialmente a História do Brasil – unir os valores morais e patrióticos do ensino. (SANTOS, 2011. p. 131)

O IHGS no Ginásio do Estado

A história do Instituto Histórico Geográfico de Santos (IHGS) está ligada na sua origem à vida do Ginásio do Estado por relações maiores que as da vizinhança. Ele localiza-se até hoje na av. Conselheiro Nébias, bem diante da rua Mato Grosso, há uma quadra do Canadá.

O Instituto foi fundado a 21 de fevereiro de 1938 (IHGS) e a sessão solene de instalação foi realizada dias depois (05 de março de 1938) com a presença do convidado de honra e conferencista da noite Dr. Baptista Pereira, o Bispo Diocesano Dom Paulo de Tarso, que fez a benção da sede social. Francisco Martins dos Santos, um dos fundadores, fez o discurso, inaugurando-a. A festividade contou com a Banda do Corpo de Bombeiros, a presença das mais destacadas autoridades da cidade e personalidades da sociedade santista. Depois todos se dirigiram para o Ginásio do Estado (atual E.E. Canadá) para a conferência do historiador e publicista Dr. Baptista Pereira sobre o tema “Brás Cubas e o Caminho do Mar.



Figura 19: Cinquentenário da Abolição, 1938. Acervo IHGS.

A foto acima refere-se à sessão comemorativa do cinquentenário da Abolição da Escravidão a 13 de maio de 1938, onde aparecem, além de autoridades civis e religiosas, o então presidente Júlio Conceição, ao lado do conferencista. Entre Júlio Conceição e Monsenhor Rizzo está o grande historiador J. Costa e Silva Sobrinho (que foi também presidente do IHGS na década de 1940). O primeiro da ponta direita é o Dr. Manoel Hipólito do Rego, que vai assumir, com a morte do Comendador Júlio Conceição, ainda em 1938 a presidência do IHGS. A foto foi tirada no belo saguão do Ginásio do Estado, após a solenidade.

A foto seguinte foi tirada numa sala do Ginásio (possivelmente a dos Professores). Sem data assinalada, indica, entretanto, uma solenidade do IHGS, pois nela estão autoridades militares e civis, entre elas o Prefeito de Santos Cyro Athayde Carneiro que governou a cidade no período de 14/7/1938 a 7/6/1941. Destacamos na foto, além do prefeito, que também era titular de uma cadeira no Instituto, duas pessoas: o presidente José da Costa Silva Sobrinho (o primeiro, sentado à esquerda) e o Prof. Dr. Avelino da Paz Vieira, professor de História do Colégio (o primeiro em pé, à esquerda).



Figura 20: Solenidade do IHGS no Ginásio do Estado, sem data. Acervo IHGS

Houve, no período que estamos estudando, participação dos professores do Ginásio no IHGS, como é o caso do professor de Português, mais tarde diretor, Antônio Júlio de Guimarães Sampaio e do próprio prof. Dr. Avelino da Paz Vieira, como se pode observar em solenidade do Instituto realizada no colégio no dia 24 de novembro de 1941.



Figura 21: Conferência do Prof. Júlio Guimarães Sampaio no IHGS, 28-11-1941. Foto Justo. Acervo IHGS.

A foto acima, mostra o prof. Antônio Júlio Guimarães Sampaio, proferindo palestra no auditório do Instituto Histórico Geográfico em 29 de novembro de 1941. O presidente dirige a sessão e, ao lado direito da foto, sentado, o Dr. Nicanor Ortiz (o escritor Rui Blás) também membro da Instituição.

O Prof. Antônio Júlio Guimarães Sampaio também proferia 43 aulas radiofônicas na Rádio Clube de Santos, no ano de 1940 que as reuniu em um livro intitulado “Idioma Nacional”, publicado em 1942.

Outras ligações podem ser levantadas, como por exemplo, o Dr. Manuel Hipólito do Rego, que foi deputado a Assembleia Constituinte na era Vargas e que enquanto presidia o IHGS tinha dois filhos no Ginásio do Estado nas primeiras turmas: Manoel do Rego, que tornou-se advogado, seguindo a carreira do pai, e Néelson Manoel do Rego.(ingresso em 1940) que futuramente tornou-se pediatra e professor universitário nas Faculdades de Direito e de Filosofia da Sociedade Visconde de São Leopoldo, mantenedora da atual Universidade Católica de Santos. (MARTINS, 1995).

O cruzamento entre o livro de História de Joaquim Silva e o registro do professor de História.

No Ginásio do Estado de Santos, o professor Avelino adotava o livro de História de Joaquim Silva. Para análise desse cruzamento, utilizamos o único registro de conteúdo do período: um Livro Ponto de 1940-1941, no qual o professor Avelino descrevia o assunto da aula em cada sala que lecionou.

No material disponível do antigo Ginásio do Estado, existe uma dificuldade: o fato de ser um registro manuscrito, feito por um médico, com caneta tinteiro. Em muitas dessas anotações encontra-se apenas um contorno de letra, feito às pressas, dificultando a identificação. Quando não, a ação do tempo e da má conservação, produziu um borrão de tinta.

FRANÇÊS	20/10/40 10/11/40 10/11/40 30/11/40	Mapa de França Mapa de França Mapa de França Mapa de França		HISTÓRIA
INGLÊS	30/10/40 30/10/40 40/10/40 40/10/40	Mapa de Inglaterra Mapa de Inglaterra Mapa de Inglaterra Mapa de Inglaterra	Condições do Quaternário F.L.M. Who owned that poor dog? Tradução de vários textos L.L.M. " " " "	DES
LATIM	40/10/40	Quintana	Inscrições com exercícios de análise léxica e sintática	EDUCA
HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO	40/10/40 40/10/40 50/10/40 30/11/40	Precedentes Precedentes Precedentes Precedentes	De Hean... ... Batallas... Roma... hija	
GEOGRAFIA	20/10/40 20/10/40 50/10/40 20/11/40	Mapa de Portugal Mapa de Portugal Mapa de Portugal Mapa de Portugal	Montanhas do Mass co Atlantic... Movimentos de translação da Terra	

Figura 22: Livro ponto 1940 – 09 de agosto.

Foto: Andréa Lopes

Dentro dessas limitações, foi realizado o cruzamento dos conteúdos do livro de História adotado oficialmente no ginásio por décadas e as anotações diárias do Livro Ponto, que funcionava como uma espécie de diário de classe. Nessa pesquisa foram utilizados os livros didáticos da 1ª 3ª e 4ª série ginásial, pois os demais não foram encontrados.

Ficou claro que o uso do livro não era seguido à risca, pois os conteúdos se repetem em grande parte na 1ª e 2ª série e depois se inter cruzam na 3ª e 4ª série. O livro da 4ª série foi pouco utilizado.

Por outro lado, foi possível perceber a concepção Universalista da Reforma Francisco Campos (1931) e a dificuldade no cumprimento de um conteúdo tão extenso. Foram poucas as aulas dedicadas à História da América e o conteúdo de História do Brasil também ficou incompleto. Segundo o programa do Colégio Pedro II para as décadas de 1930 e 1940, a divisão dos conteúdos deveria acontecer da seguinte forma:

Na primeira série, o programa de História Geral iniciava-se com o título “A revelação da civilização egípcia” e terminava com “Revolução Russa e sua repercussão”. O conteúdo era extenso, comportando desde as primeiras civilizações – Egito, Mesopotâmia, hebreus, fenícios e persas, passando pela Grécia e Roma, o feudalismo a formação das monarquias nacionais e por todo o período correspondente À Época Moderna e Contemporânea. (SANTOS, 2011. p.124)

A partir da segunda e até a quinta série, a disciplina de História deveria estar dividida em dois tomos: Tomo I: História Geral (da Antiguidade até a Contemporânea) e Tomo II: História da América e do Brasil.¹⁴

Quadro 2 - Divisão do conteúdo de História nas séries (1931)

2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª série
Tomo I: História da Antiguidade, subdividido em Oriente, Grécia e Roma.	Tomo I: Império Carolíngio, Islamismo e Feudalismo.	Tomo I: Idade Moderna; Grandes Invenções, Renascimento até Despotismo Esclarecido.	Tomo I: Idade Contemporânea: de Revolução Francesa a Comunismo, Fascismo e democracia.
Tomo II: História da América e do Brasil.	Tomo II: Primeiros Habitantes da América, os mais antigos vestígios do Homem Americano. Grupos selvagens brasileiros	Tomo II: Contato dos Europeus com os primitivos habitantes. Conquista e início da colonização.	Tomo II: História do Brasil até a Proclamação da República, intercalando com a História da América

Fonte: Santos, 2011. Autora: Andréa Lopes

14. Os conteúdos divididos por série constam do livro: SANTOS, 2011. P. 124,125.

Comparando com os registros do Ginásio do Estado, percebe-se a influência dessa divisão dos conteúdos, sobrecarregando a 1ª e a 4ª série, que possuem um número excessivo de temas, sendo que boa parte dos conteúdos de História Antiga (da 1ª série) se repetem na 2ª série. Já o conteúdo da 2ª e 3ª séries eram menores. Os temas de História da América nas 2ª e 3ª séries são abordados nas últimas semanas de aula, um pouco antes das provas finais. Somente no dia 11 de junho, na aula da 4ª série existe uma anotação sobre trabalho de campo, e no dia 07 de junho, na 5ª série, uma anotação de trabalho escrito, ambas sem maiores detalhes. No apêndice dessa dissertação é possível verificar os conteúdos anotados pelo professor Avelino em 1940.

O livro didático adotado - Joaquim Silva - Organização dos conteúdos

Seguindo uma tendência de outro autor expoente da época, o historiador católico Jonathas Serrano, os livros de Joaquim Silva também iniciavam a História pelos Hebreus, pois considerava que estes haviam dado à humanidade um legado importante:

Os hebreus, povo que não se distinguiu na história por grandes ações políticas ou militares, nem por sua cultura artística ou científica: seu mérito foi o de dar ao mundo, no meio do politeísmo dos antigos povos do Oriente, o exemplo do culto dum único Deus, imaterial e eterno, na pura das religiões conhecidas antes do cristianismo. (SILVA, 1942 p.13)¹⁵

Analisando essa obra, podemos perceber que havia uma analogia entre o progresso da sociedade cristã e o desenvolvimento político e material das mesmas. As guerras, por outro lado, eram vistas apenas como “desvios” desse desenvolvimento, como resultado de um castigo divino, para que os homens retornassem à justiça.

Podemos encontrar uma visão parcial da História da Humanidade, restringindo a importância dos Hebreus apenas do ponto de vista do monoteísmo. Importante lembrar que no Antigo Egito o faraó Amenotep IV (por volta de 1375 a.C.), realizou uma reforma religiosa monoteísta e instaurou o culto ao deus Aton, simbolizado pela imagem do disco solar.

15. SILVA, Joaquim, História da civilização. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1942, 14ª ed. p.13. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes, Pátria, Civilização e Trabalho. São Paulo, Loyola, 1990, p.80

O ensino de História do Brasil, por sua vez, carecia de modelos a serem seguidos e necessitava construir um discurso que legitimasse o poder dos grupos dirigentes. A solução encontrada foi enfatizar os feitos dos personagens históricos, que eram descritos como protagonistas desses fatos, numa visão tradicional e positivista da História.

No livro *Pátria, Civilização e Trabalho* (BITTENCOURT, 1990) o tema é discutido da seguinte forma: “A História Pátria deveria exercer, nas “escolas populares”, a função específica de criar a imagem de um único passado, capaz de esclarecer quem eram as autoridades que no presente e no passado eram responsáveis pelo destino da nação. [...]”. (p.200)

No texto “A História ensinada através dos livros didáticos de Joaquim Silva: uma educação moderna dos sentidos”, o autor Arnaldo Pinto Junior faz uma análise do quadro do ensino secundário da época, com as transformações na política educacional e a predominância de escolas particulares e confessionais. Confronta os dados das escolas com o número de livros do autor, publicados pela Companhia Editora Nacional (CEN), que foram vendidos e conclui:

Entretanto, ressalto a evidente importância das reformas no ensino ocorridas nas décadas de 1930 e 1940, além dos projetos socioculturais relativos à educação, para a composição dos livros didáticos analisados. Ao contrário da clientela preferencial supostamente pretendida pela CEN, editor(es) e autor estavam atentos às normatizações educacionais do período e produziam obras que seguiam integralmente os programas oficiais da disciplina. A cada novo decreto ou portaria ministerial, a CEN lançava poucos meses depois uma nova obra que correspondia ao programa oficial instituído. Nesses casos, nenhum estabelecimento de ensino, público ou particular, poderia rejeitar a novas publicações da editora, pois os títulos dos capítulos seguiam rigorosamente os pontos do programa vigente. (PINTO JUNIOR, 2011. p.9).

Arnaldo Pinto Júnior, ainda discorre sobre o objetivo da obra de contribuir para a formação do cidadão brasileiro, apoiando-se na produção historiográfica de integrantes do IHGB e do IHGSP. É possível encontrar discursos conservadores do liberalismo, nacionalismo e catolicismo.

Nos livros analisados de História do Brasil de Joaquim Silva (volumes 3 e 4), publicados respectivamente em 1945 e 1944, segundo sua análise foram observados os seguintes “fatos” e personagens da História brasileira:

Presença dos jesuítas.

Os jesuítas aparecem em dois capítulos do volume para a Terceira Série; a continuação do capítulo II (p.77-79) – Os primórdios da colonização 4) Início da catequese – e o capítulo VII – Desenvolvimento espiritual – (p.176- 199).

A atuação dessa ordem religiosa é vista como moralizadora do elemento colonizador. Serviu para “combater desregramentos dos colonos, defendendo a liberdade dos indígenas, auxiliando os governadores...” (p.77), de duas formas: educando as crianças indígenas e através do exemplo de sua vida virtuosa.

O papel dos jesuítas extrapolava a atuação religiosa: a figura do padre representava também o professor, o médico, o juiz, mas principalmente o protetor dos índios, contra a escravidão dos colonos portugueses.

No capítulo VII – Desenvolvimento Espiritual – o papel dos jesuítas no ensino brasileiro é pormenorizado, nos conteúdos e locais onde foram desenvolvidos.

O capítulo também relata os nomes de jesuítas que se destacaram no Brasil, com destaque especial para a breve biografia: Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Nóbrega tem destacada a sua participação na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e como “pai dos desamparados” (como dizia Anchieta).

O próprio Anchieta é lembrado por sua atuação na educação dos índios e na fundação da Vila de São Paulo. A pacificação dos índios Tamoios, em Iperoig, é um feito que une os dois jesuítas. Anchieta como intérprete da língua dos indígenas, que Nóbrega não dominava.

Bandeirantes

O capítulo IV do livro para o Terceiro Ano Ginásial é destinado às Entradas e Bandeiras. Ele é construído de forma descritiva, com muitas notas de rodapé que pormenorizam cada uma das viagens de personagens como: Aleixo Garcia, Basílio de Magalhães, os netos de Caramuru: Antônio Dias Adorno e Belchior Dias Moréia. Quanto à descrição dos bandeirantes, é enaltecida a bravura, pois trata-se de um “desbravador” e

cita St. Hilaire: “Só a formação duma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados.” (v.3 p125)

Mesmo quando o tema é a escravidão dos índios, esta é justificada pela pobreza do colono do sul do Brasil que não tinha condições de adquirir um negro, que era muito caro. A posição contrária da Igreja à escravidão indígena é citada em uma nota de rodapé, sem maiores reflexões.

O capítulo também possui um mapa em folha dupla, mostrando que as bandeiras percorreram muitos quilômetros no interior brasileiro, em todas as direções geográficas.

O bandeirante Fernão Dias Paes merece quase uma página inteira, contando sua aventura, que mesmo não encontrando esmeraldas (eram na verdade crisólitos e turmalinas), foi a “mais importante do Brasil, senão da América do Sul” (v.3 p.130) por descobrir as terras de Minas Gerais.

Tiradentes

No contexto da Conjuração Mineira, ainda no livro da Terceira Série Ginásial (capítulo VIII p. 213-222), Tiradentes é descrito como “um homem de caráter nobre, sinceramente religioso e exaltado amigo da liberdade” e a “alma da propaganda” (p.215). Sua figura ganha destaque principal em todo o processo, pois teria sido ele o informante das ideias do médico Domingos Barbosa, recém-chegado da Europa, sobre os planos de libertação do Brasil. Foi Tiradentes, também, conforme informa o livro, o mais cassado no Rio de Janeiro, após a delação dos planos por José Silvério dos Reis.

O texto sobre o processo e a execução de Tiradentes continua enaltecendo o herói:

Quase todos os acusados, presos havia já tantos meses, abatidos, fraquejavam: inocentavam-se ou acusavam-se mutuamente. Muito, poucos foram os que não negaram a própria responsabilidade. Mas dentre todos destacava-se, nobre, impávido, admirável em seu generoso desprendimento, sacrificando-se pelos companheiros que desanimavam, o grande Tiradentes, que procurava atrair sobre si a maior culpa da malograda conjura. (SILVA, v. 3 p.218).

O movimento conspiratório, influenciado por ideais iluministas e inspirado pela Independência dos EUA de 1776, ganha contornos de sacrifício pessoal, de uma personalidade abnegada, que luta solitário pela pátria.

Processo de Independência: D. Pedro e José Bonifácio.

A narrativa sobre a Independência do Brasil, contida no capítulo IX do volume para a Terceira Série (p.252-266), tem como eixo central a atuação do príncipe D. Pedro, “o lugar-tenente e regente do Brasil” (p.252) e sua “capacidade de servir, com inteligência e energia, à causa pública.” (p.253). Sua atuação como regente é descrita como um governante que procurou recuperar a economia brasileira, diminuiu os abusos de juízes e outras autoridades contra a liberdade dos cidadãos, aboliu a censura da imprensa e permitiu a entrada de quaisquer livros, com exceção dos obscenos. Ele também é descrito como um político conciliador, que por duas vezes viajou para apaziguar os ânimos de políticos de fora do Rio de Janeiro (Minas e São Paulo).

Da mesma forma, José Bonifácio de Andrada e Silva tem uma participação positiva, influenciando D. Pedro na decisão de permanecer no Brasil, no episódio do Fico e na carta que o convence a proclamar a Independência.

Este é um dos capítulos com maior número de imagens. Os personagens são apresentados como em um museu, com a data de nascimento e morte, seguidas de um resumo de sua atuação na História do Brasil. Aparecem D. Pedro I (p.254), Joaquim Gonçalves Ledo (p. 256), José Joaquim da Rocha (p.258), José Bonifácio (p. 260), José Clemente Pereira (p.262) e a reprodução do quadro “O Grito do Ipiranga”, de Pedro Américo (p.263).¹⁶

Livro 4: Do Primeiro Reinado a Segunda República.

A estrutura dos capítulos continua inalterada, com grande ênfase aos “grandes homens” que construíram cada fase de nossa história, e extensas notas de rodapé, que explicavam o panorama da época e/ou aprofundavam alguns tópicos, como as causas das revoltas que são apenas citadas no texto principal. Essas notas de rodapé, lembradas pelas alunas entrevistadas, pelo fato de o professor perguntar sobre os temas que lá estavam nas

16. Daqui em diante será realizada uma análise mais geral do livro.

provas, mais do que complementos do texto, eram textos que abrangiam temas que “fugiam” do estilo principal da obra. Essas notas não eram tão factuais, como o texto principal, possibilitando que o aluno entrasse em contato com outros aspectos do assunto.

Entre os capítulos do final do Império e início da República um capítulo sobre o progresso nacional no Império, subdividido em aspectos econômicos, meios de transporte, serviços urbanos e as figuras de destaque nas ciências, letras e artes, tais como: Castro Alves, Gonçalves Dias e Machado de Assis (aspectos de uma história mais cultural). Todos os capítulos terminavam com uma lista de datas notáveis, sumário e exercícios escritos. Esse tipo de organização respaldava o tipo de trabalho desenvolvido pelo professor Avelino, de leitura do texto por um aluno, explicação do professor e atividades propostas (ainda de acordo com o relato das ex-alunas).

Desenvolvimento do conhecimento histórico no Ginásio de Santos

De acordo com os relatos das alunas entrevistadas, percebe-se que o ensino da História no Ginásio de Santos seguia os parâmetros difundidos pelo IHGB e pelo Colégio Pedro II. Era valorizado o culto a grandes personagens nacionais e o acúmulo de dados sobre o acontecimento histórico, sem interpretação ou julgamento.

Dentro da concepção Universalista da disciplina de História nas décadas de 1930 e 1940, foi utilizado o recurso da história biográfica como forma de conhecer o meio social de seu biografado. Uma aluna da década de 1940 entrevistada, relata como ocorria essa pesquisa e como ela encarava isso:

Os alunos tinham um caderno específico para registra-las e o professor indicava um personagem da História do Brasil para ser biografado. Os alunos deveriam copiar o verbete da Enciclopédia Jackson e na aula, o professor ficava com o caderno do aluno na mão, fazendo perguntas sobre o tema pesquisado. Como os verbetes eram longos, essa aluna utilizava de um recurso: copiava o tema (José Bonifácio, por exemplo) de outra publicação, o Dicionário Simões da Fonseca, que era bem resumido. Quando foi questionada pelo professor sobre o motivo do seu texto ser tão pequeno, ela ficou nervosa e respondeu que copiava do Dicionário “Castro Simões”. O professor respondeu: “Castro Simões é meu cunhado e, que eu saiba, ele nunca escreveu um dicionário!”

Também havia um tipo de pesquisa, um trabalho extraclasse, que foi lembrada por uma aluna da turma de 1945: os alunos deveriam decorar os textos que aparecem no

Monumento aos Andradas, na Praça da Independência, que se localiza na rotatória da Avenida Ana Costa:

Quadro 3: Frases dos Irmãos Andradas – Praça Independência

Autor e ocasião	Frase	Data
José Bonifácio nomeado Primeiro Ministro	“Para vos servir senhor e convosco” Melhor À Pátria	16 de janeiro de 1822
Antônio Carlos no calabouço	“Perdão só peço a Deus, do Rei quero justiça”	1821
Martim Francisco entrega À princesa a carta	“Se se tem que fazer senhora, que se faça já.”	Agosto 1822
Antônio Carlos nas Cortes de Lisboa.	“Silêncio desta tribuna até os reis têm que me ouvir.”	22 de maio de 1822
José Bonifácio e Pedro I Menino	“Meu imperador e meu filho”	8 de abril 1831
Os Andradas partem para o exílio.	“Soberano do mundo eu te saúdo.”	13 de novembro de 1822

Fonte: Monumento aos Andradas – Praça Independência. Autora: Andréa Lopes.

Esse foi o único “trabalho de campo” solicitado pelo professor, que pode ser comprovado. Em conversas informais com oito ex-alunas da escola, da turma de 1964, ou em entrevistas com três alunas de 1945, o professor Avelino é descrito da mesma forma: muito rígido com o comportamento dos alunos, tirando notas até por estarem com a meia do uniforme da cor errada. O uso do uniforme completo era um dos pré-requisitos para frequentar a escola, como uma forma de disciplinar e identificar os alunos. Seu estilo de aula manteve-se durante décadas: lia, ou mandava algum aluno ler o texto do livro didático de Joaquim Silva, explicava o ponto e, na prova, fazia perguntas sobre o que estava escrito nas notas de rodapé.

Um espaço cultural e histórico no Ginásio – O Vitral

Dentro do Ginásio (atual E.E. Canadá) existe um espaço de aprendizagem da História local, além do aluno entrar em contato com uma obra de arte representativa para a história da cidade, feita por um artista da região: o vitral do Anfiteatro. Embora não sabendo o verdadeiro motivo da colocação de tal obra, podemos imaginar que tal acontecimento retratado passou a fazer parte do imaginário dos que por ali circulavam (alunos, professores e funcionários). Contudo, não temos evidências de que algum professor o tenha utilizado para o ensino.



Figura 23: Vitral da Casa Conrado – Réplica do quadro de Benedicto Calixto.

Foto: Andréa Lopes.

O prédio possui um Anfiteatro com capacidade para duzentas cadeiras aproximadamente, e no primeiro andar foi colocado um vitral confeccionado pela Casa Conrado, de 2,5 m por 4 m com a reprodução do quadro de Benedito Calixto da Fundação de Santos (o mesmo da pintura que está na Bolsa do Café).¹⁷

Foi reproduzido o painel central do quadro, onde Benedicto Calixto pintou o momento da leitura do foral por Brás Cubas. O foral era um documento real, que elevava

17. A análise da obra foi baseada no texto: ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Os três painéis de Benedicto Calixto, no Palácio da Bolsa do Café: Tesouros da Arte e da História de Santos. **Revista Leopoldianum**. V. XXV, nº 67, Universidade Católica de Santos, Santos, dez. 1998. p. 11-33.

o Povoado à condição de Vila de Santos e determinava os direitos e deveres de seus moradores (fato que deve ter ocorrido entre 1545 e 1547). Brás Cubas é retratado em uma posição típica dessa cerimônia: com a mão na argola da coluna do pelourinho.

A cena mostra a atual Praça da República e nela aparecem as construções que havia naquela época: ao longe está o Outeiro de Santa Catarina, local considerado o marco na fundação de Santos, no qual foi construído a capela de Santa Catarina de Alexandria; no primeiro plano aparece a construção da Igreja de Nossa Senhora de Misericórdia da Irmandade, as dependências do hospital da Santa Casa e as casas dos Povoadores. À esquerda do observador está a Casa da Câmara e Cadeia, com bandeiras portuguesas e a presença dos “homens bons” no alpendre e na escada.



Figura 24: Vitral da Casa Conrado – Réplica do quadro de Benedicto Calixto.

Lado direito. Foto: Andréa Lopes

Calixto colocou no primeiro plano as figuras de destaque da época, políticos, juízes, religiosos, primeiros povoadores, homens, mulheres, brancos e índios. Além do próprio Brás Cubas é possível reconhecer o padre Gonçalo Monteiro (um dos primeiros

párocos do Brasil), dois juízes: Pedro Martins Namorado (de vara vermelha) e Cristóvão de Aguiar Altero (de vara branca). Também é possível observar o escrivão e tabelião Pedro Fernandes. Próximo a eles aparece uma das famílias mais importantes da Vila, responsáveis pela construção da capela de Santa Catarina de Alexandria: Luís de Góis, seu filho Cipião de Góis e a mulher D. Catarina de Andrade e Aguilar.



Figura 25: Vitral da Casa Conrado – Réplica do quadro de Benedicto Calixto.

Lado esquerdo. Foto: Andréa Lopes

Ao redor de Brás Cubas dois grupos: os militares, retratados com suas armas e os civis, representados pelos capitães-mores de São Vicente e Santo Amaro. Os índios são divididos em dois grupos: os Tupi, aliados, participam da solenidade, e os Carijó, inimigos escravizados, aparecem com instrumentos de trabalho.

Esse painel tem fica em uma parede que divide a parte superior do Anfiteatro do corredor das salas do primeiro andar. Todos os dias os alunos passavam por esse vitral, possibilitando um duplo contato com a cultura nacional: a imagem de um fato histórico da cidade e o talento de um prestigiado artista da região.

Festas e comemorações cívicas

Os eventos aqui descritos eram organizados pelo Ministério da Educação e Saúde e colaboravam para o conhecimento histórico do aluno e da sua família, que participava dos eventos nas ruas, como os desfiles e paradas militares. O objetivo era desenvolver um espírito nacionalista e cívico em toda a sociedade.

As datas cívicas.

O conhecimento histórico não se desenvolve apenas dentro da sala de aula, com o livro didático e a exposição do professor. As comemorações das datas cívicas faziam parte do processo educativo, principalmente nos anos do Estado Novo (1937-1945), como forma de uma formação nacionalista e patriótica, que alcançaria não só os alunos, mas também suas famílias e a sociedade.

Como modo de socialização específico, isto é, como espaço onde se estabeleceram formas específicas de relações sociais, ao mesmo tempo que transmite saberes e conhecimentos, a escola está fundamentalmente ligada a formas de exercícios do poder. (VINCENT, 2001. p.17)

O “esforço de guerra”.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Brasil estava sob o regime político ditatorial, denominado Estado Novo (1937-1945) que se identificava politicamente com o nazi-fascismo, como pode ser observado nas leis trabalhistas, inspiradas na “Carta del Lavoro” de Mussolini; na Constituição “Polaca” de 1937 e na instituição do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que censurava os órgãos de comunicação, a produção artística e produzia material de propaganda para o governo.

Economicamente dependia da venda de café para os países dois lados do conflito. Por esse motivo, teve uma posição de neutralidade, apesar da pressão norte-americana. Somente em maio de 1941 Getúlio Vargas permitiu que os EUA instalassem bases aeronavais em Natal (RN), obtendo em troca, o financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ). Com isso, a política externa varguista dava sinais de uma tomada de posição. Em janeiro de 1942, em resposta ao ataque de Pearl Harbor pelos

japoneses, o Brasil rompeu com os países do Eixo. A resposta veio em agosto de 1942, quando os submergíveis alemães afundaram os navios brasileiros, forçando a entrada do Brasil no conflito ao lado dos aliados.

O envio de tropas da FEB (Força Expedicionária Brasileira) para a Itália foi, talvez, o mais emblemático “esforço de guerra” do país, mas não foi o único. Ocorreram muitas manifestações da sociedade civil, em apoio ao conflito. Essa atitude já ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Revolução Constitucionalista de 1932.

A sociedade santista também se mobilizou, na campanha do metal e da borracha. A campanha dos metais, a Pirâmide de Metal Serrate em setembro de 1942, teve uma mobilização espontânea, ou seja, não partiu de uma demanda do governo federal, como no caso da borracha. A mobilização foi capitaneada pela Guarda Noturna de Santos, a Sociedade Rádio Atlântica e do jornal A Tribuna.

O Prefeito Antônio Gomide Ribeiro dos Santos teve a honra de inaugurar a pirâmide, com uma “vistosa estatueta”. A pilha recebeu doações de todas as classes sociais e ocorreu uma intensa participação das escolas, entre elas, o Ginásio do Estado, que batizou sua coleta como Pirâmide Duque de Caxias, como já foi citado no tópico sobre o processo sofrido pelo professor Avelino.

Outras festas que contaram com a participação do Ginásio do Estado, ainda de acordo com a dissertação de Manoel Pereira de Souza, “Nossa Pátria, nossa bandeira, nosso chefe”: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)”, foram:

Homenagem à bandeira em 1937.

A aluna do Ginásio do Estado, Jandyra Loylo, fez um discurso, de sua autoria, demonstrando a assimilação por parte dos alunos das representações presentes no discurso autorizado:

Eis porque te reverenciamos a todo instante e principalmente no dia de hoje, que é expressamente consagrado ao teu culto indelével e sagrado. Ah! Estás no teu posto de honra, e oxalá possas sempre, daí onde te vemos, gloriosa e intangível, incutir, no ânimo de todos

nós, principalmente dos que estudam nesta casa de ensino, o estímulo necessário para que nos tomemos sempre dignos de ti. (A Tribuna, 20 nov. 1937, contracapa).¹⁸

Este é um momento crítico para a política nacional, poucos dias após a decretação do Estado Novo (10/11/1937), portanto era importante demonstrar através dos ritos escolares o alinhamento do sistema de ensino com a formação patriótica esperada pelo governo.

As comemorações do Sete de Setembro.

Seguindo as determinações do Departamento de Educação Física, todos os programas das escolas estaduais contaram com uma parte dedicada à prática esportiva e o Ginásio de Santos participou em 1938 com voleibol, no período da manhã. No período da noite ocorreu a solenidade na escola com recitativos, canto orfeônico, sapateado e “dança árabe” (A TRIBUNA, 07 set. 1938, p. 6).¹⁹

18. Trecho extraído de SOUZA, Manoel Pereira de dissertação de Mestrado em Educação e. “Nossa Pátria, nossa bandeira, nosso chefe”: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945)”. Dissertação de Mestrado. p. 87.

19. Ibidem. p. 111

Considerações Finais

A pesquisa sobre conhecimento histórico em uma instituição de ensino tradicional da cidade de Santos, durante um período de mudanças na estrutura educacional brasileira, é um grande desafio. Os registros oficiais a respeito da legislação federal e estadual são abundantes, mas pouco se conservou da aplicação desse período dentro da instituição escolar.

Para construir um panorama sobre o tema, foi necessário traçar um paralelo entre as mudanças estruturais do período, como a criação do Ministério da Educação e Saúde, as Reformas educacionais (Francisco Campos e Capanema) que permitiram observar a criação do Ginásio oficial na cidade de Santos e o desenvolvimento do Ensino Secundário.

A legislação sobre a disciplina de Educação Moral, História e Geografia foi analisada e, comparada com as leis gerais do Ensino Secundário, demonstra a preocupação governamental em reforçar uma mentalidade cívico-patriótica na juventude, que também alcançaria a população que estava fora da escola (desfiles escolares, palestras etc.).

A utilização de depoimentos e entrevistas também ficou muito restrito, devido à distância cronológica dos acontecimentos (1934-1945) e a idade avançada dos alunos. Conseguiram-se alguns depoimentos de ex-alunos um pouco mais jovens, sobre o método de trabalho do professor, mas não sobre aulas em abundância.

A respeito da criação do Ginásio de Santos, ficou claro que se tratava de uma reivindicação da sociedade santista, que estava em sintonia com a conjuntura política e econômica do Estado e da Nação, que ampliava, ainda que timidamente, as oportunidades do acesso à escola de estratos sociais emergentes. O Ensino Secundário estava voltado para a formação de uma “elite condutora”, que frequentaria as universidades.

O Ginásio surgiu no bairro do Boqueirão, local de moradia da classe alta da sociedade, mas de fácil acesso pela existência de rede de transporte coletivos (os bondes). O imponente prédio construído em 1937 demonstra a importância dada à educação no período e sua localização apontava para a importância do ensino implantado.

O entorno da escola era também local de eventos e convívio social, como pode ser constatado na construção dos pavilhões pelo Centenário da elevação da Vila de Santos à

categoria de Cidade (1839-1939), onde o prédio da escola (inaugurado em 1937) foi utilizado para exposições. Outros locais eram o Miramar, o Parque Indígena e os clubes para a elite econômica. Contudo a praia apresentava-se então como o lugar mais democrático de convivência social.

Tanto o bairro como a escola foram se consolidando no mesmo período, em que a sociedade santista e paulista estavam se adaptando às novas exigências da transição econômica promovida pelo contexto nacional e mundial, necessitando de maior mão de obra técnica e de profissões liberais. Dessa maneira, o papel da formação escolar ganhou novo destaque.

Outro momento de participação social na instituição de ensino foi a reivindicação pela equiparação do colégio. Existem diversas matérias do jornal “A Tribuna” registrando as reuniões, o surgimento de abaixo assinado e o apoio de diversos setores da sociedade, como o Rotary Club, a OAB e o Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS). Essa mobilização pressionou os agentes públicos municipais, que participaram de reuniões no Rio de Janeiro e que investiram na construção da área para atividades físicas necessária para que o ginásio se transformasse em colégio (curso colegial, propedêutico para o ingresso nas faculdades).

Na abordagem sobre o professor que atuava no período, foi possível perceber que a carência de profissionais habilitados na licenciatura de História, no início dos anos 1930, fez com que profissionais de sólida formação humanista - nem sempre com aptidões didáticas - de outras áreas suprissem as necessidades dos Ginásios recém-criados. Mas, ao contrário do que se imagina, essa não era apenas uma ocupação “quebra galho”, pois o professor que mais tempo atuou na escola, Prof. Avelino, se empenhou em estudar para o Concurso público e seguiu as carreiras de médico e professor paralelamente. Essa carência de professores habilitados devia-se ao fato de que no período a Universidade de São Paulo estava sendo criada e somente em alguns anos as escolas começaram a receber professores licenciados.

Através do estudo dessa trajetória de vida, evidenciou-se a política centralizadora do Estado Novo, que através dos órgãos de controle nos mais diversos escalões do funcionalismo público, como a inspetoria federal de ensino, provocavam um controle sobre a atitude e a prática de ensino dos profissionais da área. Esse professor não foi o único a sofrer um processo no DOPS e isso demonstra que o ensino estava sob a tutela de

um Estado centralizador, que convenciona os mais jovens, no caso do aluno denunciante, de que a liberdade de pensamento e expressão é perigosa.

O estudo sobre o conhecimento histórico no Ginásio do Estado de Santos – objeto desta dissertação - não se restringe ao que acontece dentro da sala de aula e, por esse motivo, são refletidas a produção cultural do período: no IHGB, os livros de formação da Escola Normal de Piracicaba (Nery) e as publicações da época do Estado Novo: o suplemento “Autores e Livros” e a revista “Cultura Política”, a partir das análises de Ângela de Castro Gomes. No suplemento estão definidas as personalidades consideradas qualificadas para escrever sobre História: homens bem-nascidos, que estudaram no exterior e atuavam no jornalismo. Eles procuravam adotar uma postura neutra e distanciada do seu objeto de estudo. Já a revista “Cultura Política”, existia um objetivo de prestar um serviço aos leitores, de “conscientizar e mobilizar a sociedade”, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A linha editorial da revista acreditava em uma aproximação entre os intelectuais (os especialistas) e o meio político, como forma de promover o progresso sociocultural e garantir o “espírito nacional”.

Em concordância com essa mentalidade, estava a produção do conhecimento histórico pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Com isso o ensino da disciplina História segue a Escola Metódica, surgida na Alemanha e na França. A busca por “objetividade histórica”, era uma tentativa de elevar a disciplina à categoria de ciência. Esse método foi adotado pelo Colégio Pedro II, que ainda era a referência para o modelo educacional brasileiro. Nessa instituição surgiu outra discussão: o ensino da História deveria seguir a concepção universalista, de “evolução da humanidade”, incluindo a História do Brasil dentro da História Geral, ou deveria haver uma disciplina específica de História do Brasil. Até a Reforma Capanema (1942) prevaleceu a História Universalista, como se observa pelo registro no Livro Ponto de 1940, pelo professor do Ginásio de Santos. Dessa forma, a História do Brasil ocupa um espaço mais restrito na formação do estudante do ensino secundário, distinguida nas quarta e quinta séries.

A produção do livro didático seguia essa concepção, coadunada com o projeto governamental de formação de uma mentalidade cívico-patriótica. De acordo com a narrativa do livro de História do Brasil adotado, do autor Joaquim Silva, percebe-se um enaltecimento da figura de alguns “escolhidos”, que parecem “tomar as rédeas da História” e fazerem tudo acontecer. Na tentativa de construir uma identidade nacional e

despertar o sentimento patriótico, optou-se por dissociar o processo histórico da população. A disciplina de História parece ser uma galeria de nomes e fatos, que devem ser conhecidos pelo aluno, mas da qual o estudante nunca fará parte.

A metodologia de ensino segue a mesma lógica de alunos expectadores e professor condutor do conhecimento. Embora o período estudado seja de muitas discussões dentro e fora do Brasil, a respeito da “escola ativa”, poucas atividades seguem essa pedagogia, como foi declarado por uma ex-aluna, que recordou um trabalho feito no Monumento aos Andradas, no Gonzaga. Contudo, essa pedagogia vai abrindo caminhos.

Assim, outras formas de conhecimento histórico do Ginásio de Santos aconteciam não só dentro da escola, mas fora da sala de aula. Dentro do anfiteatro existe um vitral, retratando a Fundação da Vila de Santos por Brás Cubas. Trata-se de uma réplica do quadro de Benedicto Calixto, que se encontra na antiga Bolsa do Café, atual Museu do Café. Produzida pela tradicional Casa Conrado, esse vitral possibilita um duplo contato com a cultura nacional: a imagem de um fato histórico da cidade e o talento de um prestigiado artista da região. Incluímos também as festas cívicas, que comemoravam o sete de setembro (Independência do Brasil) e o dia da bandeira. Nesse momento, os alunos apresentavam-se, declamando poesias e enaltecendo a pátria. Os alunos também puderam participar do momento histórico brasileiro: quando o Brasil declarou guerra às potências do Eixo (1942), o professor de História organizou a coleta de metais para a indústria de guerra brasileira na escola – a Pirâmide Duque de Caxias – que contribuiu para a coleta do município – a Pirâmide Monte Serrat.

Com essa dissertação pude concluir que o conhecimento histórico produzido e ensinado pela sociedade brasileira, durante a Era Vargas, recebeu influência da historiografia nacional e internacional, além de seguir a determinação do governo federal para construir um sentimento nacionalista, de enaltecimento do patriotismo de toda a sociedade, a partir dessa elite emergente (filhos de profissionais liberais, professores, funcionários públicos, comerciantes fora do esquema da economia cafeeira), que frequentava o ensino secundário.

Concluindo, limitações neste estudo apareceram. Apesar do recurso ao conceito de cultura escolar, como categoria de análise, a reconstituição histórica das práticas escolares ressentiu-se da ausência de fontes primárias insuficientes.

Referências e obras consultadas

Fontes primárias

Documentos oficiais - Legislação:

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.

_____. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

_____. Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938. Crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

_____. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

_____. Decreto-Lei n. 4.245, de 9 de abril de 1942. Disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário.

_____. Decreto-Lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei n. 8.347, de 10 de dezembro de 1945. Dá nova redação aos artigos 5, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942.

SÃO PAULO. Decreto N. 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo.

_____. Decreto N. 6.601, de 11 de agosto de 1934. Institui Ginásios oficiais em Santos, Franca, Tietê, Bauru e Jaboticabal.

_____. DOU 04 de julho de 1945. Nomeação do professor Avelino da Paz Vieira como professor de História Geral ou do Brasil. (nº 24.103-45).

PROCESSO Nº 3328 de 16 de novembro de 1942. Prontuário 10.644. Arquivo do Estado de São Paulo.

34º RELATÓRIO da Associação Feminina Santista. De fevereiro de 1937 a fevereiro de 1939. Apresentado em Assembleia Geral Ordinária pela Presidente da Diretoria D. Zeny de Sá Goulart. Tip. Silva Santos.

ESCOLA CANADÁ série documental

Livro ponto docente.

I - 1935;

II - 1937

III -1939;

IV - 1940-1942.

Livro das Atas dos exames de admissão do curso do 1º ano.

I - 1935 – 1942;

II - 1935 – 1948.

Livro de matrícula de 1ª série, notas e frequências. 1935-1936

Livro de matrículas notas e frequência:

I -1936 – 1937;

II -1937-1938;

III - 1938 – 1939 (1);

IV - 1938 – 1939 (2);

V - 1938 – 1939;

VI - 1938 – 1945;

VII - 1940 – 1942.

Livro de atas de Provas parciais:

I - 1ª a 3ª série. 1935 – 1937;

II - 2ª série ginásio. 1938 – 1943;

III - 3ª série. 1938 -1945;

IV - 1ª série. 1938 – 1945;

V - 4ª série. 1938 – 1947;

VI - 5ª série. 1938 – 1942.

Livro de atas, notas e frequência de alunos 1938 – 1939

Livro Ata de promoção dos alunos. 1934-1935

Livro de atas dos resultados finais. 1937 – 1946

Livro de atas de concursos de transferências 1936 – 1958.

Livros de atas de conclusão de curso. 1940 – 1958

Mapa administrativo escolar. 1935 – 1938

Mapa de movimento administrativo escolas. 1939 – 1940

Estudos sobre a E.E. Canadá

CORREA, Evani Magalhães Barros Arantes. **Memórias da Escola Canadá: participação estudantil nas décadas de 1950 e 1960.** 2007. 109 f. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos, Unisantos, Santos.

MEIRELES, André Luiz. **Colégio Canadá: memória dos professores na voz dos alunos (1934-1962).** 2009. 154 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Unisantos, Santos.

PRATES, Eliane Guimarães de Campos. **O perfil de uma cidade: o esporte feminino escolar na década de 1950.** 2008. 150 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos.

VIEIRA, Angélica Arcanja. **Memórias dos 66 anos da Escola Estadual Canadá.** 2000. 167 f. Monografia (graduação de licenciatura em História) Universidade Católica de Santos, Unisantos, Santos.

Livros didáticos

SILVA, Joaquim. **História Geral**. Primeiro Ginásial. 12.ed. São Paulo: Nacional, 1944. 303 p.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil**. Terceiro Ginásial. 16.ed. São Paulo: Nacional, 1945. 277p.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil**. Quarto Ginásial. 9.ed. São Paulo: Nacional, 1944. 213 p.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Os três painéis de Benedicto Calixto, no Palácio da Bolsa do Café: Tesouros da Arte e da História de Santos. **Revista Leopoldianum**. V. XXV, nº 67, Universidade Católica de Santos, Santos, dez. 1998. p. 11-33.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, Civilização e Trabalho. O ensino de História nas escolas paulistas, 1917/1939**. São Paulo: Loyola. 1990. 230p.

BOUDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Portugal: Europa-América. 1983. p.97-118

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla Bassanezi e outros. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-233.

CARVALHO, Rosemary Maria de. **Um imposto para a instrução pública: o alvitre de A Tribuna (1915) e a “municipalização” do ensino em Santos**. 2006. 114 f. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP – São Paulo.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, nº 2, p. 177-299, 1990.

DIAS, Amália. ALVES, Claudia. Políticas de profissionalização nas reformas do ensino secundário (1931-1942). In: DELLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014. p.31-59.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Las culturas de La escuela em Espanha. Tres Cortes Historiográficos. **Proposições**, Campinas, v.16, n.1(46), p. 41-63, jan./abr.2005. Disponível em: <mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/46-dossie-benioae.pdf.> Acesso em 13 de março de 2013.

GARCIA, Renata Luigia Cresto. **Uma abordagem política educacional entre 1930 e 1934: o ensino secundário do Estado de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/09102013_092958_renata.pdf> Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras. 1989. p.142-179.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Educação**. SBHE. n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE1.pdf> Acesso em 29 de março de 2013.

LOVISON, Oriovaldo Aparecido. **Política educacional paulista de 1937 a 1945**. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/ULBJPEQKBXOP.pdf>> Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

MARTINS, Claudia Regina Kawka. **A disciplina escolar de história e o ensino público paranaense 1931-1951**. 2006. 231 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, Waldemar do Valle. **Dr. Nelson Manuel do Rego: um humanista: uma seleção e organização de textos**. São Paulo, Loyola, 1995.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Biblioteca da Escola Normal de Piracicaba: Constituição do acervo e cultura pedagógica (1911-1920). V Congresso Brasileiro de História da Educação – O ensino e a pesquisa em História da Educação. Sergipe: 2008. Disponível

em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdfm438.pdf>> Acesso em 07 de jan. de 2015.

_____. Cultura Pedagógica e formação de professores: A biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920). *História da Educação*. Santa Maria: v. 17, n.39, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/36025>> Acesso em 07 de jan. de 2015.

NOVOA, Antônio. Para uma análise das Instituições Escolares. In: **As Organizações Escolares em Análise**. Lisboa: Artes Gráficas, 1992. p. 13-42.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Júlio Conceição, um grande homem. **Revista Lopoldianum**, v. XVI, n. 47, Universidade Católica de Santos, Santos, abril, 1990. p.13-22.

PINTO JÚNIOR, Arnaldo. A História ensinada através dos livros didáticos de Joaquim Silva: Uma educação moderna dos sentidos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH** São Paulo: julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308184738_ARQUIVO_TextoAnpuh2011def.pdf Acesso em 22 de outubro de 2014.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.189-219.

SOUZA, Manoel Pereira. **Soldados da Retaguarda: a formação de um front interno em Santos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. Santos: Editora, 2012.

_____. **Nossa Pátria, nossa bandeira, nosso chefe”: As comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo. (1937-1945)**. 2013. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos.

SOUZA, Rosa Fátima de. DINIZ, Carlos Alberto. A articulação entre estados e municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1947). In: DELLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014. p.213-252.

VICENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a História e a Teoria da Forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.33. p.7-47, jun.2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La escuela y la escolaridade como objetos históricos: facetas y problemas de la historia. **Revista História da Educação**, Pelotas, v.12, n.25, p.9-54, maio/ago. 2008. Disponível em:<fae.ufpel.edu.br/asphe/revista/rhe25.pdf> Acesso em 03 de agosto de 2013.

_____. As culturas escolares. In: **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Portugal, Mangualde: Edições Pedago, 2007. p.83-97.

WEHLING, Arno. **A invenção da História**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.p.151-168.

WERLE, Flávia Obino Correa. Identidade e História Institucional: Análise do curso complementar. **Revista Reflexiones**. Costa Rica, 2006 <historia.fcs.ucr.ac.cr/congr-ed/brasil/ponencias/correa_werle.do> Acesso em 08 de agosto de 2014.

Obras consultadas não referenciadas.

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do caráter nacional: o ensino de História na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n.36, p. 103-113, 1998.

ABUD, Katia Maria. **O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931**. Revista Brasileira de História. São Paulo: v.13, n.25/26, p. 163-174, set/92-ago 93. Disponível em<www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3732>Acesso em 21 de outubro de 2014

ALMANAQUE SANTISTA. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de Santos. v. 12. Turismo e Lazer.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. **História e memória entre linhas: a memória como plano de aprendizagem histórica nos livros didáticos de História.** Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino da História. 18, 19 e 20 de abril de 2011. Florianópolis: Santa Catarina.

BARROS, Mikitta Moraes. A autoridade e a hierarquia nas organizações escolares. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”. 1938. p. 93-121.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 3.ed. São Paulo: Cortez. 2009. 407p.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema. Intelectuais e política.** Rio de Janeiro: FGV. 2001. 202p.

BORIS, Fausto. (Org. do Período Republicano). **História Geral da Civilização Brasileira.** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. Pp. 383-416 Tomo III, v.4

CASCIONE, Marcelo. **Lembranças de Escola e de Bola.** São Paulo: Ysayamae. 1997.

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. Saber acadêmico e saber escolar: a disciplina escolar História do Brasil na primeira metade do século XX. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **História da Educação: Temas e problemas.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 143-172.

CYTRYNOWICZ, Mônica Musatti. **Santos e litoral: dez roteiros históricos a pé.** São Paulo: Narrativa-Um. 2007.

ESCOLA METÓDICA dita “positivista”. **Revista Certa História.** 13 de out. 2012. <<http://certahistoria.blogspot.com.br/2012/10/a-escola-metodica-dita-positivista.html>> Acesso em 15 de jan. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Intelectuais ou professores?: A criação dos primeiros cursos de História no país já apontava os desafios do ensino universitário nesta área. **Revista de História da Biblioteca Nacional,** Rio de Janeiro, ano 5, n. 56, p. 80-83, maio.2010.

FRANCO, Ruy Eduardo Debs. **Artacho Jurado – arquitetura proibida.** São Paulo: SENAC, 2008.

GATTI JR, Décio. Aspectos teórico-metodológicos e da historiografia brasileira da temática da história das disciplinas escolares (1990-2008). **Revista Tempo e Espaços em Educação**, v.4, p. 9-30, jan./jun. 2010.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson, 2003. Capítulo A Era Vargas, p.89-103.

HORTA, José Silvério Baía. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 2010. 158 p. (Coleção Educadores)

IMPRESSÕES NO BRASIL NO SÉCULO VINTE: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. London, Lloyd's Creator Britain Publishing Company. 1919.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos Modernos na escola: Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru, São Paulo: EDUSC; Brasília, Distrito Federal: INEP, 2002. n.p. 149-168. (Coleção Educar).

MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p.7-49.

NAVA, Carmem. Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945). In: LUDWIG LAUERHASS, JR., NAVA, Carmem. **Brasil. Uma identidade em construção**. Traduzido por Cid Knipel, Roberto Espinosa. São Paulo: Ática, 2007. p. 105-128.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2009. 87p.

NUNES, Clarice. As Políticas Públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 103-125.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação. História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara, 2005 – p.61-74. Disponível em <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>> Acesso em 21/04/2014.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Santos nos caminhos da educação popular**. São Paulo: Edições Loyola.1996

PINTO JUNIOR, Edivaldo Gomes. **Escola metódica: nuances e reconsiderações**. IV FIPED Fórum Internacional de Pedagogia. Parnaíba- PI (ou Campina Grande?), 2012. <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/a5825183a2b2e6b5e72b425f0d284f30_1182.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2015

REVISTA COMEMORATIVA PELO CENTENÁRIO DE SANTOS. Prefeitura Municipal de Santos.1939

RODRIGUES, Olao. **Veja Santos!** 1975. 2. ed.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 267 p.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **Da criança ao aluno: As representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: UFMT, 2007. N.p. 155-177.

SILVA, Marinete dos Santos. **A educação brasileira no Estado Novo: 1937-1945**. Niterói: Livramento, 1980.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://incubadora.ufrn.br/index.php/req/article/view/851>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. Entre a vida, as ciências e as letras: as transformações da escola secundária entre as décadas de 1930 e 1960. In: _____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 145-226.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010. p.129-202. (Biblioteca básica da história da educação brasileira); v.6.

VIDAL, Diana Gonçalves. “80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” **Educação e Pesquisa**, vol.39 no.3 São Paulo, jul./set. 2013 Epub Maio 10, 2013 <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000300002&script=sci_arttext> Acesso em 20 de abril de 2014.

VINAO FRAGO. A história das disciplinas escolares. Tradução: Marina Fernandes Braga. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: UNICAMP,v.8, n.18, p.173-215, 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/93>>. Acesso em 21 de março de 2014.

Memória

CARVALHO, Lygia Lolo Silva de. **Aquele tempo passou: fragmentos de memória: Santos nas décadas de 40 e 50**. São Paulo: Scortecci, 2014.

TRIGO, Barbosa. (Memorialista). **Minha cidade**. São Paulo: Imprensa Brasileira, 1941. p. 53-68

Sites pesquisados

Clube XV: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/index.html> Colégio Stella Maris: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=24>> Acesso em 14 de maio de 2014.

Instituto Histórico e Geográfico de Santos: <<http://www.ihgs.com.br/nossahistoria.htm>> Acesso em 14 de maio de 2014. > Acesso em 14 de maio de 2014.

Novo Milênio (bairros, histórias): <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/index.html>>
Acesso em 14 de maio de 2014.

Jornais

REUNIU-SE ontem, no Ginásio do Estado, a comissão pró-colégio oficial. Santos. A Tribuna, Santos, 30 set.1944.

EM 1945, O Ginásio do Estado deverá funcionar como Colégio. A Tribuna, Santos, 06 out.1944. p.3

A TRIBUNA. Santos, ano 45, n.241, 26 jan. 1939, Edição Comemorativa pelo 1º Centenário da Cidade de Santos (1839 – 1939). 96p.

ANEXOS

Livros de História - Joaquim Silva (Década de 1940)

Programa Oficial da disciplina de História -1931

Anexo 1

Livros de História - Joaquim Silva (Década de 1940)

História Geral para o primeiro ano ginasial

Companhia Editora Nacional – São Paulo – 12ª ed. 1944

Índice

Leitura Preliminar

I – O Oriente

- 1) Os Hebreus
- 2) Os Egípcios
- 3) Povos da Mesopotâmia
- 4) Cretenses e Fenícios
- 5) Medos e Persas

II – O Mundo Grego

- 1) Os primeiros tempos
- 2) Esparta, Atenas e Tebas
- 3) Macedônia; Alexandre.

III – O Mundo Romano

- 1) A fundação de Roma; a Realeza.
- 2) A República: as lutas internas; as conquistas romanas.
- 3) Júlio César
- 4) O Império: vultos e episódios principais.
- 5) O Cristianismo: origem, propagação, triunfo

IV – O Mundo Bárbaro

- 1) Os povos bárbaros
- 2) As grandes invasões
- 3) Os francos: Carlos Magno

V – Os Árabes

- 1) O povo árabe
- 2) Maomé e o islamismo
- 3) As conquistas árabes

VI – As Cruzadas

- 1) Causas

- 2) As grandes cruzadas; São Luiz.
- 3) As principais consequências

VII – A Igreja

- 1) A conversão dos bárbaros
- 2) As heresias
- 3) Os grandes Papas
- 4) As ordens religiosas

VIII – A Guerra dos Cem Anos

- 1) A origem
- 2) Os mais importantes episódios; Joana d’Arc.

IX – O Império do Oriente

- 1) Fundação
- 2) O reinado de Justiniano.
- 3) Os Turcos: queda do império do Oriente.

Quadros sincrônicos

História do Brasil para o terceiro ano ginasial

Companhia Editora Nacional – São Paulo – 16ª ed. 1945

Índice

I – O Descobrimento

- 1) Origens de Portugal
- 2) Os descobrimentos portugueses
- 3) Cabral e o descobrimento do Brasil
- 4) A Carta de Pero Vaz de Caminha

II – Os primórdios da colonização

- 1) As primeiras expedições
- 2) As capitânicas hereditárias
- 3) O governo geral
- 4) Início da catequese
- 5) As primeiras cidades
- 6) Manifestações iniciais da vida econômica

III – A formação étnica

- 1) O elemento branco
- 2) O indígena brasileiro

- 3) O negro
- 4) A etnia brasileira

IV – A expansão geográfica

- 1) Os centros iniciais da vida colonial
- 2) Conquista das regiões setentrionais
- 3) As entradas e as bandeiras
- 4) Os tratados de limites

V – Defesa do território

- 1) As incursões francesas
- 2) As incursões inglesas
- 3) As invasões holandesas

VI – Desenvolvimento econômico

- 1) A vida rural: desenvolvimento da agricultura.
- 2) Progresso das indústrias: As minas
- 3) O comércio

VII – Desenvolvimento espiritual

- 1) A obra da Companhia de Jesus: a proteção aos índios; o ensino; a moralização da sociedade.
- 2) A expulsão dos jesuítas e suas consequências;
- 3) Desenvolvimento cultural na colônia

VIII – O sentimento nacional

- 1) Formação do sentimento nativista
- 2) As primeiras lutas: Emboabas e Mascates
- 3) Os movimentos revolucionários: a revolta de 1720; a Inconfidência Mineira; a revolução republicana de 1817.

IX – A Independência

- 1) D. João VI no Brasil
- 2) A regência de D. Pedro; José Bonifácio
- 3) O grito do Ipiranga

Quadros sincrônicos.

História do Brasil para o quarto ano ginásial

Companhia Editora Nacional – São Paulo – 9ª ed. 1944

Índice

I – O Primeiro Reinado

- 1) A guerra da Independência
- 2) As lutas internas
- 3) A Guerra da Cisplatina
- 4) A abdicação

II – A Regência

- 1) A regência trina
- 2) A regência una: Feijó e Araújo Lima
- 3) A Maioridade

III – A política interna do Segundo Reinado

- 1) As guerras civis: ação pacificadora de Caxias
- 2) Os dois grandes partidos
- 3) A questão religiosa

IV – A política externa do Segundo Reinado

- 1) Ação contra Oribe, contra Rosas e contra Aguirre
- 2) A questão Christie
- 3) A guerra do Paraguai: suas causas; principais vultos e episódios.

V – A Abolição

- 1) A escravidão negra
- 2) O tráfico de escravos
- 3) A campanha abolicionista; seu triunfo

VI – O progresso nacional no Império

- 1) O progresso econômico: a agricultura, a indústria e o comércio.
- 2) Os meios de transporte e de comunicação
- 3) Os grandes serviços urbanos.
- 4) As ciências, as letras e as artes.

VII – O advento da República

- 1) A propaganda republicana
- 2) A questão militar
- 3) A proclamação da República
- 4) O Governo Provisório
- 5) A Constituição de 1891

VIII – A Primeira República

- 1) Os governos republicanos
- 2) Principais vultos e episódios da política interna
- 3) A política exterior; Rio Branco
- 4) As maiores realizações administrativas
- 5) Desenvolvimento econômico e cultural

IX – A Segunda República

- 1) Da Revolução de Outubro ao Estado Novo
- 2) Getúlio Vargas
- 3) Sentido da política interna: organização da unidade e da defesa nacional.
- 4) Os rumos da política exterior
- 5) Os grandes empreendimentos administrativos
- 6) Progresso geral do país.

Quadros sincrônicos (Império e República).

Anexo 2

Programa Oficial da disciplina de História -1931

1ª série

História Geral (iniciava-se com a “Revelação da Civilização Egípcia” e terminava com a “Revolução Russa” numa tentativa de compilação de toda a “História da Humanidade”).

2ª série

I – História da Antiguidade (Oriente, Grécia e Roma).

II – História da América e do Brasil (dos descobrimentos até a guerra hispano-americana e a independência de Cuba).

3ª série

I – Idade Média (desde os aspectos econômicos, sociais e políticos dos povos bárbaros até o desenvolvimento cultural da Idade Média e as origens do Capitalismo).

II – História da América e do Brasil (começando com os mais antigos vestígios do homem americano até a vista do conjunto do estado político, social, econômico, religioso e cultural do selvagem (sic) brasileiro, passando pelas culturas pré-colombianas).

4ª série

I – História Moderna (desde as grandes invenções e suas consequências até o despotismo esclarecido).

II – História da América e do Brasil (desde a Europa na época do descobrimento e o contato com os primitivos habitantes até a repercussão da independência norte-americana e as tentativas de emancipação na América Latina).

5ª série

I – História Contemporânea (de causas e sucesso da Revolução Francesa até o mundo contemporâneo e seus mais importantes problemas).

II – História da América e do Brasil (a partir da política ibérica de Napoleão Bonaparte e suas consequências até a América de nossos dias e seus problemas mais importantes).

Apêndices

**Programa de História do Ginásio do Estado – Livro Ponto de
1940**

Alunos do Ginásio de Santos 1935

Alunos do Ginásio de Santos 1936

Apêndice 1

Programa de História do Ginásio do Estado – Livro Ponto de 1940

1ª Série:

Revelação da civilização egípcia

Grandes civilizações (?) Babilônia

(?) de Israel

Os Fenícios

Os Acadianos

Péricles e a Civilização Helênica

D (?) e H (?) e Felipe

Alexandre e a Cultura (?) Helênica

Objetivo político de Roma

O Cristianismo

Juliano e o (?)

Bizâncio a grande cidade medieval.

Islamismo

Império de Carlos Magno

A crise Feudal

A Fé e a ideia de heresia.

(?) imperial portuguesa²⁰

20. (?) Parte ilegível.

Nos temas com * são de História da América.

Foram mantidas as abreviações feitas pelo professor.

São Francisco e a (? Borrado)

Viagem Marco Polo

Joana D'Arc e o patriotismo francês.

Expansão Otomana

Gutemberg e a imprensa

As grandes (?)

Renascimento

Carlos V e o Império (?)

Reforma

Companhia de Jesus

Henrique VIII e a reforma religiosa

Luís XIV

Revoluções Inglesas

Pedro – o grande

Os déspotas esclarecidos.

2ª Série:

Do homem pré-histórico ao homem histórico

O mundo mediterrâneo e a Índia

Antiguidade Oriental: Egito

Hebreus

Fenícios

Medos e Persas

Judeus (?)

Idade Média

Colonização Grega

Esparta e Atenas

Organização política grega

Atenas e a Democracia

Guerras Greco-Pérsicas

Imperialismo ateniense e a Guerra do Peloponeso

Hegemonia de Thebas

O advento da Macedônia

Unidade (?) grega Delos e Delfo

Religião Grega

Época de Péricles

Alexandre e o Helenismo no Oriente

Época Helênica

Decadência (?) da Grécia Antiga

O que devemos aos gregos

Roma Antiga

Roma (?) economia e religião

Relação Romana em Etiópia

Expansão Romana na Itália

A arte militar de Roma

Cartago

Guerras Púnicas

Exp. Roma (?)

Transformações econômicas em Roma

Influência Grega na vida (?) romana

Espanha de A(?)

Expansão imperial (Roma)

O que devemos aos romanos

A civilização desaparecida*

Conquista do México*

3ª série:

Migrações dos povos bárbaros

Bizâncio e (?)

Clóvis e o Império Franco

Grandes invenções

O islamismo

(?) dos Carolíngios

Feudalismo

Cavalaria e a expansão medieval

Sacro Império Romano Germânico

Formação dos Estados Escandinavos e Europa Oriental

Cultura Europeia na Idade Média

Economia senhorial e (?) a Indústria (?) e o movimento capitalista

O mais antigo vestígio do homem americano*

Velhos (?) povoamento da América*

(?) Latino Americano*

4ª série

Grandes Navegações

Origem do Homem Americano

Distribuição geográfica dos índios brasileiros

Primeiras explorações da costa

Capitanias Gerais

O Renascimento

Governo Geral

Const. Estados Nacionais: Inglaterra, França e (?)

2º governo J. J.

Evolução política, social e econômica a Europa Central

Expansão dos (?)

(?) e o equilíbrio europeu (?)

Mudanças da cidade (?) do Rio de Janeiro

Missão (?) da Companhia de Jesus S.XVI

Guerra Religiosa

Governo (?) e (?) unificação

(?) divisão do Brasil e (?)

TRABALHO DE CAMPO

O Brasil sob domínio Espanhol

Mercantilismo

Os exércitos permanentes

Os franceses no Maranhão

Tratado de “Mastricht” (aspas do professor)

Entradas e Bandeiras

(?) e o desenvolvimento

Os Holandeses na Bahia – Primeira invasão

A Igreja medieval (?): As (?) religiosas – os jesuítas

A expansão da Holanda: império colonial e as comp. comércio – sua decadência

Os Holandeses em Pernambuco (segunda invasão)

O desenvolvimento econômico e a formação da (?)

Modificação do equilíbrio europeu, o advento da Prússia, da Polônia e da Turquia

Expulsão Holandesa

O sul, entradas e bandeiras no séc. XV

Lutas dos jesuítas contra paulistas (?) Beckman

Palmares

Tendência inglesa

Movimento da Reforma social e política e econômicas

Aspectos da Europa da Espanha dos descobrimentos

(?) Fronteiras (?)

Casa de Contratação

Bandeirantes século XVII

Vilas e cidades (?)

(?) colonial espanhola

D. José I

5ª série

Viagem de D. João ao Brasil

Dinastias portuguesas (?) e de Bragança no Brasil

Revolução Pernambucana de 1817

Independência

A Época contemporânea

Primeiro Reinado

Causas da Revolução Francesa (recapitulação)

(?) Pedro II

TRABALHO ESCRITO

Oribe-Rosas Christie

Guerra do Paraguai

Batalha do Riachuelo

Retirada Laguna

Questão do Br?

Disp. Ordem (?)

Governo F. (?)

Governo Prudente de Moraes

Rodrigues Alves

ALUNOS DO GINÁSIO DE SANTOS 1935 (matrícula em maio de 1935)

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Sala 1								
Alberto Mendes Corrêa	25/05/1921 (13)	Brasileiro – Santos	João Assumpção Corrêa / Elisa Mendes Corrêa		Português	Rua Silva Jardim, 171		
Alberto de Oliveira Maia	21/09/1920 (14)	Brasileiro – São Paulo	Albino Maia					
Alfredo Magalhães Jr.	23/02/1924 (10)	Brasileiro – Santos	Alfredo Magalhães					
Álvaro Corrêa	10/11/1923 (11)	Brasileiro – Santos	Brasilio Correa					
Antonio Benedicto Ferreira	13/06/1922 (12)	Brasileiro – Santos	Antonio Primo Ferreira / Siliosa P. Moraes Ferreira	Professor e Inspetor de ensino.	Brasileiro	Rua Sampaio Moreira, 14 Telefone: 7086 Embaré		
Antonio Erasmo Dias	02/06/1924 (10)	Brasileiro – Paraguassú	Antônio Augusto Dias / Elza Gieseler C. Dias	(ex-sacerdote)	Português/ Brasileira	Rua República Portuguesa, 25		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Armando Souza	28/08/ 1920 (14)	Brasileiro – Santos	Anibal Souza					
Aurora Vieira Ribeiro	07/09/ 1923 (11)	Brasileira – São Paulo	Antônio Pereira Ribeiro				Eliminada em 30/09/1935 por motivo de falta.	
Bernardino de Castro Pimentel	23/08/ 1921 (13)	Brasileiro – Santos	João Pimentel					
Branca Gomes de Abreu	05/06/ 1921 (13)	Brasileira – Santos	Joaquim Gomes de Abreu					
Carlota Gonçalves Malheiros	26/05/ 1918 (15)	Brasileira – Santos	José Gonçalves Malheiros				Eliminada em 30/09/1935 por motivo de faltas	
Cassio de Almeida	05/02/ 1923 (12)	Brasileiro – Santos	Waldomiro de Almeida/ Laura Almeida		Português	Rua Carvalho de Mendonça, 263		
Drauzio Tilly Nogueira	14/12/ 1923 (13)	Brasileiro – Santos	Antônio da Cruz Nogueira					
Eloysa Caiaffa Esquivel	22/07/ 1918 (16)	Brasileira – Santos	Edegard Esquivel					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Hilda Dal Colletto	06/11/ 1921 (13)	Brasileira – Tietê	Roberto Dal Colletto					
Joaquim Luiz Pereira	20/04/ 1922 (13)	Português (Leiria)	André Luiz / Maria da Gloria Pereira		Português	Rua República Portuguesa, 25		
José Carlos Martins Junqueira	26/04/ 1924 (11)	Brasileiro – Santos	Frederico Junqueira Filho / Silvia Martins Junqueira	Comissário de café.	Brasileiros	Rua José Caballero, 26 5382		
José Leite Cidade	19/03/ 1923 (12)	Brasileiro – Santos	Herminio Azambuja Cidade/Maria Leite Cidade	*funcionário Canadá	Brasileiros	Av. Pinheiro Machado, 943 Telefone: 3669		
Lourival Campos Giuliano	26/03/ 1921 (14)	Brasileiro – Brotas	Joaquim Giuliano / Leonitina Campos Giuliano		Brasileiros	Rua Aviador Ribeiro Jr, 48 (S. Vicente)		
Lucia de Almeida Lambert	15/06/ 1923 (11)	Brasileira – Santos	Arhur de Britto Lambert / Zulmira de Almeida Lambert	Pai Dentista e mãe prof. de Matemática		R. Almeida de Moraes nº 02		

Maria Aparecida Müller Araújo	11/11/1920 (13)	Brasileira – Ribeirão Preto	José Ribeiro de Araújo	Propr. Engenho dos Erasmos / prof. de Geografia				
Maria Regina Moura Freire	15/03/1920 (15)	Brasileira – Santos	Renato Sassala Freire/ Conceição Moura Freire		Brasileiros	R. Azevedo Sodré, 91 4095		
Maysa Martins Figueiredo	24/03/1922 (13)	Brasileira – Pirassununga	Joaquim Marques Figueiredo/ Alzira Martins Figueiredo		Brasileiros	R. Epitácio Pessoa, 29		Nov / 1940
Nelio Pereira	13/10/1919 (15)	Brasileiro – Piracicaba	Abilio Pereira					
Nelson Bernardo	29/04/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Manoel Bernardo / Olinda Bernardo		Portugueses	R. Dr. Eduardo Ferreira, 35 7001		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Nerval Pires de Faria Lemos	02/07/1922 (12)	Brasileiro – Laranjal	Nelson de Faria Lemos					
Newmar Maria de Lima Azevedo	07/06/1924 (13)	Brasileiro - Santos	Laercio Azevedo / Margarida A. L. Azevedo		Brasileiros	Rua Espírito Santo, 19		
Nilza Serpa Pinto Gomes Cruz	12/11/1921 (13)	Brasileira – Ourinhos	Eugenio Gomez Cruz					
Oliva Guerra	15/05/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Manoel Guerra					
Orlando Perdiz Pinheiro	07/05/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Maximino Perdiz Pinheiro					
Pedro Spilotros	16/03/1923 (12)	Brasileiro – São Vicente	MatteoSpilotros					
Pierina da Rocha Brito	14/09/1922 (12)	Brasileiro – Santos	Hermenegildo da Rocha Brito					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Roberto França Domingues	09/11/1922 (12)	Brasileiro – Santos	Haroldo Pinheiro Domingues/ Antonietta França Domingues		Brasileiros	R. Alexandre Martins, 51		
Ruh Amaro da Silva	25/10/1919 (15)	Brasileira – Iguape	José Amaro da Silva					
Ruy Barbosa	29/10/1920 (14)	Brasileiro – Campinas	Luiz Barbosa Junior					
Iolanda Todescato	07/04/1922 (12)	Brasileira – Mocóca	Flora Todescato					
Sala 2								
Aline Sampaio Silva	20/11/1921 (13)	Brasileira – Santos	Herculano H. da Silva/ Olga Sampaio da Silva		Brasileiros	Rua Affonso Penna, 145		
Anna Josepha de Freitas	28/08/1921 (13)	Brasileira – Santos	João Gonçalves Freitas				Eliminada a pedido dos pais em março de 1937	

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Antônio Carlos Corrêa	02/07/1921 (13)	Brasileiro – Piracicaba	Antônio Campos					
Antônio Iris da Cunha	13/06/1919 (14)	Brasileiro – São Vicente	Armando Cunha					
Arlinda Varella Alcovér	26/03/1924 (11)	Brasileira – Santos	Osthalio Alcovér					
Armando Lichti	18/05/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Armando Lichti				Transf. p/ Lyceu Nacional Rio Branco (SP) em 28/06/1937.	
Beatriz Moura Freire	18/10/1921 (13)	Brasileira – Santos	Renato Lassala Freire				Transf. p/ Ginásio Stella Maris (Santos) em 22/02/1937	
Cyro Angerami	10/05/1924 (11)	Brasileira – Santos	Carmo Angerami					
Dilza da Rocha Leite	27/10/1923 (11)	Brasileira – Santos	Nestor da Rocha Leite/ Sabrina da Rocha Leite		Brasileiros	Rua Jacob Emmerick, 169 (S. Vicente)		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Edevaldo de Freitas Gaia	01/08/1919 (15)	Brasileiro – Villa Bella	João Gaia Sant'Anna / Catharina de Freias Sant Anna		Brasileiro	Rua Silva Jardim, 449	Transferido para estabelecimento congênere a 26/06/1940	
Esperança Feijo	07/09/1922 (12)	Brasileira – Santos	Clervando Feijó				Eliminada a pedido dos pais em março 1937.	
Euclides Baptista	20/04/1921 (14)	Brasileiro – Ariranha	Izidoro Baptista				Transf. Com certificado de promoção p/ o curso propedêutico comercial 14/03/1937.	
Euclides Pires de Camargo Filho	29/03/1920 (15)	Brasileiro – Santos	Euclides Pires de Camargo					
Gorki Nunes	03/10/1922 (14)	Brasileiro – Santos	João Nunes					
Helena Pereira	13/08/1922 (14)	Brasileiro – Piracicaba	Abilio Pereira					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Ivo Cidade Pinto de Oliveira	10/03/1924 (11)	Brasileiro – Santos	Americo Pinto de Oliveira					
João Baptista Passos Silveira	25/12/1921 (13)	Brasileiro – Atibaia	Ezequias Silveira					
José Azevedo Silva	22/01/1923 (12)	Brasileiro – Aracajú	Antônio Azevedo Silva					
José Dantas	23/12/1922 (12)	Brasileiro – Santos	Mathias Fontes Dantas/ Noemy de Lima Dantas		Brasileiros	Rua Alexandre Herculano,11		
José Geraldo Neves	24/04/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Antônio José Neves				Eliminado a pedido dos pais em junho de 1937	
José Massahiro Arakaki	30/12/1918 (16)	Brasileiro – Santos	Seici Arakaki					
José Porto de Oliveira	15/11/1922 (12)	Brasileiro – Santos	Pedro Porto de Oliveira					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
George Mizukami	12/02/ 1924 (11)	Japonês – Tokio	Fujio Muzukami					
Laurecy Freitas Gaia	10/12/ 1921 (13)	Brasileiro – Villa Bella	Catharina Freitas Sant Anna					
Magali Catunda Marques	12/10/ 1923 (11)	Brasileira – São Vicente	Manoel Waldemar Marques / Ilka Catunda Marques		Brasileiros	R. Conselheiro Nébias, 730 3091		Nov / 1940
Maria de Lourdes Teixeira	10/12/ 1922 (12)	Brasileira – Santos	José Augusto Teixeira/ Ida Schmidt Teixeira		Português/ Brasileira	Rua José Clemente Pereira, 131		
Maria Helena Athayde	11/06/ 1920 (14)	Brasileira – Iguape	Waldomiro de Barros Athayde/ Antonieta Ferreira Athayde		Brasileiros	Rua Luiz de Camões, 207		
Paulo Machado Albernáz	26/06/ 1922 (12)	Brasileira – Jardinopolú	Dr. Pedro de Barros Albernáz					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Roberto Siqueira de Castro	18/11/1922 (12)	Brasileira – Campinas	Epaminondas de Castro					
Rubens Ribeiro Magalhães	12/01/1923 (12)	Brasileira – Altinópolis	Orlando de Souza Magalhães/ Anna Ribeiro Magalhães		Brasileiros	Jardim Almeida, 3 (S. Vicente)		Nov / 1940
Ruth Alcovér	22/07/1921 (13)	Brasileira – Santos	Arnaldo Alcovér/ MarhaBadiaAlcovér		Brasileiro	Rua Campos Mello, 191		
Ruth SquarzinePiscolotto	22/05/1924 (10)	Brasileira – Campinas	Antônio Piccolitto/ Carmem Andrade Squarzine		Brasileiros	Rua Jacob Emmerick, 165 (S. Vicente).		
Salvador Prieto Junior	24/04/1922 (12)	Brasileira – São Sebastião	Salvador Prieto Blanco/ Sarah Ronay Prieto		Espanhóis	Av. Sen. Pinheiro Machado, 967 Tel. 8183		
Sarah Perez Gil	14/09/1921 (13)	Espanhola - Goyani	Jesus Perez Rodriguez/ Gregoria Gil Perez		Espanhóis	Rua Bernardino de Campos, 524 Tel. 3573		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Yara Rodrigues da Cunha	02/06/1919 (15)	Brasileira – Santos	Oswaldo Rodrigues da Cunha/ Alzira Rodrigues da Cunha		Brasileiros	R. Comendador Martins, 216		

Sala 1: 36 alunos. Mulheres (13), Homens (23). Um aluno português. Profissões dos pais: um inspetor de ensino, um dentista e uma mãe professora.

Sala 2: 35 alunos. Mulheres (14), Homens (21). Um aluno japonês e uma aluna espanhola.

Fonte: Livro de Matrícula 1935-1936

Autora: Andréa Lopes

ALUNOS DO GINÁSIO DE SANTOS 1936

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Sala 1								
Adelaide Lavinia Barletta	31/01/1923 (13)	Brasileira – Bragança	Humberto Barletta					
Alvaro Corrêa	10/11/1923 (13)	Brasileiro – Santos	Brasilio Corrêa					
Alfredo Magalhães Junior	23/02/1924 (12)	Brasileiro – Santos	Alfredo Magalhães					
Assilise Vasconcellos	15/05/1925 (11)	Brasileiro – Santos	Francisco de Assis Vasconcellos/ Elisa Ramos Vasconcelos		Brasileiros	Av. Conselheiro Nébias, 474 4443		
Benedicto Del Bosco Moura	20/12/1924 (12)	Brasileiro – Santos	Eugênio Moura/ Rosa S. Del Bosco Moura		Brasileiros	Rua Mato Grosso, 70 2340		
Cassio de Almeida	05/02/1923 (13)	Brasileiro – Santos	Waldomiro de Almeida/ Laura Almeida		Portugueses	Rua Carvalho de Mendonça, 263		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Clotilde Alba	15/09/ 1923 (12)	Brasileira – Santos	Ezequiel Alba/ Rogelia Alba		Espanhóis	Rua Evaristo da Veiga, 88		
Cypriano Marques Filho	06/02/ 1925 (11)	Brasileiro – Santos	Cypriano Marques/ Zenaide Marques		Brasileiro	Av. Almirante Cochrane, 15 4069		Nov / 1940
Cyro Angerami	06/05/ 1924 (11)	Brasileiro – Santos	Carmo Angerami			NC		
Dirce de Moraes Fonseca	09/02/ 1923 (13)	Brasileira – Santos	Laercio Luiz Fonseca/ Gertrudes Moraes Fonseca		Brasileiro	Av. Ana Costa 388		Nov / 1940
Diva de Oliveira Sulzer	31/07/ 1922 (14)	Brasileira – São Paulo	Amélia Oliveira Sulzer		Brasileira	Rua Visconde de S. Leopoldo, 597 4534		Nov / 1940
Eunice Gonçalves	26/07/ 1924 (11)	Brasileira – Santos	Raphael Gonçalves/ Maria A. Gonçalves		Espanhol / Brasileira	Rua Silva Jardim, 37		Nov / 1940
Floreal Pinto dos Reis	05/09/ 1924 (11)	Brasileira – Santos	Arhur Pinto dos Reis/ Maria Moreno Pinto		Brasileiros	Rua Bernardino de Campos, 71		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Gelcina Araújo	07/05/ 1921 (14)	Brasileira – Santos	Pedro Araújo/ Maria Luiza Araújo		Português/ Brasileira	R. Amador Bueno, 207 6041		Nov / 1940
Gorki Nunes	03/10/ 1922 (14)	Brasileiro – Santos	João Nunes					
Guiomar Moraes Fonseca	06/08/ 1921 (14)	Brasileira – Santos	Laercio Luiz Fonseca/ Gertrudes Moraes Fonseca		Brasileiros	Av. Anna Costa, 388 5388		
Haydee Nascimento	11/05/ 1923 (12)	Brasileira – Santos	Silvério Nascimento/ Otilia Carvalho do Nascimento		Brasileiros	R. Sen. Pinheiro Machado, 938 3085		Nov / 1940
Irene Prieto Blanco	03/01/ 1921 (15)	Brasileira – São Sebastião	Salvador Prieto Blanco/ Sarah Ronay Prieto		Espanhóis	R. Ana Costa, 69		Nov / 1940
José Amaro da Silva Junior	03/02/ 1923 (13)	Brasileiro – Iguape	José Amaro da Silva					
José Benedicto Paes de Barros Couto	26/02/ 1921 (15)	Brasileiro – São Paulo	José Guimarães Couto					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
José Franco de Andrade	02/08/1922 (13)	Brasileiro – Campinas	Francisco Pompeu Franco de Andrade					
José Luiz da Silva Penna	15/11/1923 (12)	Brasileiro – Monte Alto	Luiz Damasco Penna	Delegado Regional de Ensino				
José Pereira Guimarães Junior	13/03/1925 (11)	Brasileiro – Santos	José Pereira Guimarães/ Zulmira Pereira Guimarães		Brasileiros	R. Olavo Bilac, 29 3284		Nov / 1940
José Roberto Vaz Guimarães	08/11/1924 (11)	Brasileiro - Santos	José Vaz Guimarães Sobrinho/ Dioguina Vaz Guimarães		Brasileiros	Rua Bartholomeu de Gusmão, 10 3277		
Jurandyr Joaquim Dias	08/06/1922 (13)	Brasileiro – Santos	Luiz Joaquim Dias/ Angelina Dias		Brasileiros	Rua Marquês de Olinda, 23		
Luiz Francisco Silveira	29/12/1924 (11)	Brasileiro – São Paulo	Luiz Corrêa Silveira					
Luiz José Machado Soares	07/08/1924 (11)	Brasileiro – Santos	Luiz Soares/ Olga Machado Soares		Brasileiros	Av. Ana Costa 215 2754		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Maria da Costa Ferreira	06/04/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Manoel Pinto Ferreira					
Maria Lúcia Jordão Montenegro	19/03/1924 (12)	Brasileira – Santos	Oseas Bastos Montenegro					
Maria Luiza Prieto	11/10/1924 (11)	Brasileira – Santos	Constância Prieto					
Maria Ottilia de Freitas Umbuzeiro	16/03/1922 (14)	Brasileiro – Santos	Omenidio de Freitas Umbuzeiro/ Ruth B. Umbuzeiro		Brasileiros	Rua João Guerra, 287 6894		
Marina Stella Tapie Nogueira	24/08/1923 (12)	Brasileira – Campinas	Oduvaldo Souza Nogueira					
Mauricio Pinto	07/07/1922 (13)	Brasileiro - Santos	Francisco Dias Pinto Junior					
Nelson de Albuquerque Lima	16/06/1924 (11)	Brasileiro – Santos	Pedro O. Albuquerque Lima					
Ney Luiz Guerra Souza e Silva	18/03/1925 (12)	Brasileiro – Santos	Antonio de Souza e Silva					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Nice Simões Dias	27/06/1924 (11)	Brasileira – Santos	Joaquim Dias Junior				Transf. p/ Ginásio “São José” (SP) em 13/03/1937	
Oswaldo Muniz Oliva (Futuro Reitor da USP)	01/02/1925 (11)	Brasileiro – Santos	Oswaldo Oliva			Praça Washington, 24		Nov / 1940
Paulo Pedro Darigo	07/07/1924 (11)	Brasileiro – São Paulo	Leopoldo Darigo				Transf. p/ Ginásio da Bahia (S. Salvador) em 25/02/1937	
Regina Sellera	29/09/1921 (14)	Brasileira – Santos	Henrique Sellera					
Stella Marina Riug	24/06/1924 (11)	Polonesa – Zolkiewka	José Herszek Ring/ GennyRuig		Poloneses	Av. Vicente de Carvalho, 30 7512		
Stella Nocélllo	04/04/1923 (13)	Brasileira – Santos	Domingos Nocélllo					
Trajano Oliveira Leite	02/09/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Leopoldo Francisco Leite					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Waldemar Catunda Marques	01/03/1925 (11)	Brasileiro – São Vicente	Manoel Waldemar Marques					
Yolanda Rocha Brito	16/09/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Hermenegildo da Rocha Brito					
Zilda Dantas Valença	28/10/1922 (13)	Brasileira – São Vicente	João Gonçalves Valença					
SALA 2								
Abrahão Tévelis	07/07/1922 (13)	Brasileiro – Rio de Janeiro	Moysés Tévelis				Transf. p/ Lyceu Jorge Tibiriçá (SP) em 13/03/1937	
Alfeu Brandão Praça (futuro vereador)	17/11/1924 (11)	Brasileiro – Santos	Manoel Leite Praça/ América Brandão Praça		Português/ Brasileira	Av. Epitácio Pessoa, 227		
Álvaro da Cunha Bastos	06/05/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Antenor Cunha Bastos/ Emilia Gomes Bastos			Rua Ypiranga, 15 SV		Nov / 1940
Anna Celeste	17/02/1923 (14)	Brasileiro – Santos	Antonio Martins Oliveira					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Anna Maria Piffer Sarmiento	09/03/1925 (12)	Brasileira – Poços de Caldas	Alberto Vasconcellos Sarmiento			R. Campos Mello, 405		Nov / 1940
Antônio Carlos Corrêa	02/07/1921 (14)	Brasileiro – Piracicaba	Antônio Campos					
Augusto Ferreira Gonçalves	11/02/1924 (12)	Brasileiro - Santos	João Ferreira Gonçalves					
Carlos Marcondes Tavares	20/03/1922 (14)	Brasileiro – Santos	Isolino Menezes Tavares					
Celia Almeida Lambert	11/08/1924 (11)	Brasileiro – Santos	Arthur de Brito/ Zulmira de Almeida Lambert	Pai Dentista e mãe professora de Matemática		R. Conselheiro Nébias, 261		Nov / 1940
Francisca Piffer Sarmiento	04/01/1924 (12)	Brasileira – São João da Bella Vista	Alberto Vasconcellos Sarmiento/ Maria Piffer Sarmiento		Brasileiros	Rua Campos Mello, 405		
Gerald Anthony Thillier Pimentel	13/06/1923 (12)	Brasileiro – São Vicente	Manso Pimentel					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Gracinda Carollo	29/01/ 1929 (15)	Brasileira – Santos	José Pereira Carollo/ Rosa Moreira Carollo		Brasileiros	Av. Anna Costa, 154 5438		
Helio Bertolli Ferreira	02/09/ 1924 (11)	Brasileiro – Bragança (SP)	Elyseu Ferreira de Godoy					
Helio Martins Figueiredo	15/10/ 1924 (11)	Brasileiro – Pirassununga	Joaquim M. Figueiredo					
Hilda Magalhães	26/06/ 1922 (13)	Brasileiro – Santos	Alfredo Magalhães					
Joaquim Corrêa	11/02/ 1925	Brasileiro – Santos	Jordão Corrêa				Transf. p/ Lyceu N. S. Auxiliadora de Campinas em 23/02/1937	
José Console	25/11/ 1923 (12)	Brasileiro – Santos	Francisco Console/ Rosa Console		Italianos	Av. Presidente Wilson, 209		
José Estanislau Kostka Oliveira	19/07/ 1924 (11)	Brasileiro – Santos	Leopoldo Antonio de Oliveira/ M ^a Amelia Pereira Oliveria		Brasileiro	Av. Campos Sales, 107		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Julia Marques Agostinho	14/10/1922 (13)	Portuguesa – Leiria	Cesar Lourenço Agostinho					
Letícia Sampaio Cruz	04/11/1924 (11)	Brasileira – Santos	Florianos dos Santos Cruz/ Emilia Sampaio Cruz			Rua Borges,294		
Manoel Paiva Felix	24/05/1924 (11)	Brasileiro – São Manoel	Manoel Felix					
Maria Aparecida Lopes Buil	01/11/1922 (13)	Brasileira – Campos (RJ)	Bonifácio Lopes Buil / Alcina Lopes Buil		Espanhol e Brasileira.	Praça José Bonifácio, 16		Nov / 1940
Maria Dilma Leite Cidade	27/09/1924 (11)	Brasileira – Santos	Herminio d’Azambuja Cidade					
Maria Helena Vasconcellos	14/02/1922 (14)	Brasileira – Santos	Raymundo Gualter Vasconcellos/ Ana Vasconcellos		Brasileiros	Rua Goiás, 149, Boqueirão		
Maria José Pinto	12/01/1925 (11)	Brasileira – Santos	Izidio Pinto/ Lucinda Oliveira Pinto.			Rua Euclides da Cunha, 85		Nov / 1940

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Maria de Lourdes Bonfim	02/09/1924 (11)	Brasileira – Maceió (AL)	Heitor Eduardo de Mello Bonfim/ Jesuína Barbosa		Brasileiros	Rua Xavier da Silveira, 09		Nov / 1940
Maria de Lourdes Gobbi	15/04/1923 (12)	Brasileira – Conceição de Monte Alegre	Manilio Gobbi				Transf. p/ Ginásio Anglo Latino (SP) em 28/06/1937.	
Maria Lucia de Mello Pupo	01/10/1924 (11)	Brasileira – São Paulo	Cyro de Mello Pupo/ Lucilia Passos Pupo		Brasileiros	Rua Mario Ribeiro, 126 (Guarujá) 9316		
Maria Lucia Werneck de Sá	08/02/1925 (11)	Brasileira – Santos	Jayme Sá				Transf. p/ Collegio Sagrado Coração de Maria, do RJ em 10/03/1937	
Maria Luiza de Mello Pupo	14/06/1923 (12)	Brasileira – São Paulo	Cyro de Mello Pupo/ Lucilia Passos Pupo		Brasileiros	Rua Mario Ribeiro, 126 (Guarujá) 9316		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Newton Neiva Magalhães	12/10/1921 (14)	Brasileiro – São Paulo	Affonso Magalhães				Transf. p/ Lyceu Jorge Tibiriçá (SP) em 30/06/1937.	
Ninive Gomes Bernardes	18/06/1924 (11)	Brasileira – Brotas (BA)	Jonas Bernardes/ Clara Gomes		Brasileiros	Rua Padre Visconti, 19		Nov / 1940
Ophelia Silva	06/09/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Miguel Antônio da Silva/ Esperança O. Silva		Brasileiros	Av. Pinheiro Machado, 627		Nov / 1940
Orlando Perdiz Pinheiro	07/05/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Maximino Perdiz Pinheiro					
Pedro Spilotios	16/03/1923 (13)	Brasileiro – São Vicente	Matteo Spilotios					
Rubens do Amaral Villela	22/09/1922 (13)	Brasileiro – Taubaté (SP)	João Severino Villela					
Rubens Araújo Tucunduva	21/03/1923 (13)	Brasileiro – Assis (SP)	Manoel Rodrigues Tucunduva					

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Rubens Rodrigues Nunes	24/11/1922 (13)	Brasileiro – Santos	Antonio Rodrigues Nunes/ Maria C. Nunes		Espanhol / Brasileira	Rua Sarg. Cunha Moreira, 217		
Rubens Silva	22/06/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Francisco Silva					
Ruy Barbosa	29/10/1920 (15)	Brasileiro – Campinas	Luiz Barbosa Junior					
Salvador Priolli Netto	09/06/1922 (13)	Brasileiro – Santos	Luiz Priolli				Transf. p/ Lyceu N. S. Auxiliadora (Campinas) em 18/02/1937	
Yolanda Gloria de Camargo	15/06/1921 (14)	Brasileiro – Santos	Euclides Pires de Camargo				Eliminada a pedido dos pais (março de 1937)	
Ives Rodrigues da Cunha	01/06/1923 (12)	Brasileiro – Santos	Oswaldo Rodrigues da Cunha					
Zuleika de Andrade Filgueiras	28/11/1924 (11)	Brasileira – Santos	Paulo Filgueiras/ Leonor Andrade Filgueiras	Professor	Brasileiros	Rua Goiás, 13		

Nome	Idade	Nacionalidade	Pai/Mãe	Profissão do pai	Nacionalidade dos pais	Endereço	Cancelamento ou transferência	Conclusão
Zulmira Gobbi	21/09/1921 (14)	Brasileira – Conceição Monte Alegre	ManilioGobbi				Transf. p/ Ginásio Anglo Latino (SP) em 28/06/1937.	

Sala 1: 45 alunos. Mulheres (21), Homens (24). Uma aluna polonesa. Profissão do pai: delegado regional de ensino.

Sala 2: 45 alunos. Mulheres (22), Homens (23). Uma aluna portuguesa. Profissão do pai: pai dentista e mãe professora (os mesmos de 1935).

Fonte: Livro de matrícula 1935-1936 e 1936-1937.

Autora: Andréa Lopes

Notas biográficas: Andréa Lopes



Formada em Estudos Sociais, com habilitação plena em História pela Universidade de Guarulhos. Pós-Graduada (Latu Sensu) pela COGEAE da PUC-SP. Professora de História da rede particular e estadual de Ensino do Estado de São Paulo, desde 1995.